

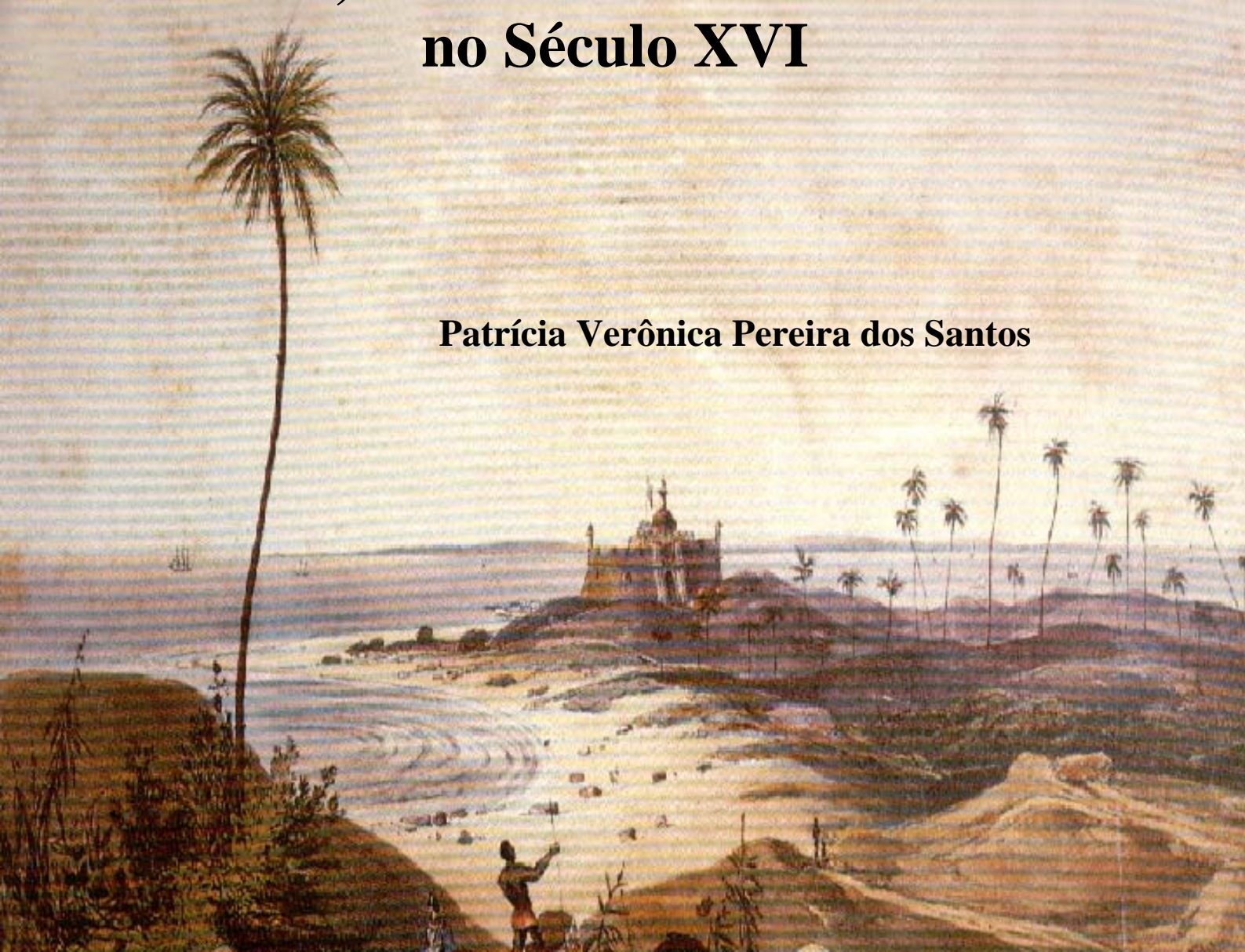
Universidade Federal da Bahia

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em História Social

**Trabalhar, Defender e Viver em Salvador
no Século XVI**

Patrícia Verônica Pereira dos Santos



S237 Santos, Patrícia Verônica Pereira dos
Trabalhar, defender e viver em Salvador no Século XVI / Patrícia Verônica Pereira dos Santos. – Salvador, 2004.
132 f.: il.

Orientadora : Profa. Dra. Maria Hilda Baqueiro Paraíso.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2004.

1. Bahia - História – Séc. XVI. 2. Salvador – Séc. XVI. 3. Fortificações – Bahia -Séc. XVI. 4. Mão-de-obra – Bahia - Séc. XVI. 5. Bahia – Colonização. I. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. II. Título.

CDD – 981.03

Patrícia Verônica Pereira dos Santos

**Trabalhar, Defender e Viver em Salvador
no Século XVI**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em História ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Hilda Baqueiro Paraíso

Salvador – Bahia
2004

Aos Meus Avós

Maria Pereira (*in memoriam*) e Albertino Francisco

Quem construiu Tebas de sete portas?
Constam nos livros os nomes dos reis;
Terão os reis arrastado os blocos de pedra?
E Babilônia, tantas vezes arrasada – quem, tantas vezes, a reconstruiu?
Em que edifícios da dourada Lima os construtores moravam?
Para onde iam, à noite os pedreiros, depois de pronta a Muralha da China?
A grande Roma é cheia de arcos de triunfo. Quem os ergueu?
Sobre quem triunfaram os Césares?

Perguntas de Trabalhador que Lê
Bertolt Brecht

Agradecimentos

Agradeço ao Mestrado em História Social da UFBA e ao CNPq pelo financiamento à pesquisa durante o período que estive no Mestrado. Às Instituições: Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico Cultural, DIMUS/IPAC - Diretoria de Museus, APEB – Arquivo Público Estadual da Bahia, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, CEDIC -Fundação Clementi Mariani e Museu Eugênio Teixeira Leal.

Uma palavra especial de agradecimento às bibliotecárias Marina da Silva e Maria Lúcia Fonseca (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFBA); Graça Cantalino (Fundação Clemente Mariani); Sônia (Museu de Arte da Bahia); Valderéz (IPHAN); Frei Ulisses Bandeira (Biblioteca da Igreja da Piedade); Nancy Leopoldina Montero e Silvia Maria Picanço (Eugênio Teixeira Leal) e a todos os outros pelo apoio ao disponibilizarem o acervo bibliográfico e fontes necessárias para a dissertação.

A Professora Doutora Lina Maria Brandão de Aras e ao Professor Henrique Celso Santos, mestres que souberam transmitir seus conhecimentos e experiência. Na caminhada da graduação até o mestrado estiveram presentes com o apoio que tanto precisava e sem os quais o meu percursos seria muito mais difícil.

As professoras Cássia Muniz Carleto, sua sabedoria foi uma grande inspiração para o estudo da História; Edilece Couto; Elen Mello; Elizete Silva; Heloísa Costa; Jamile do Carmo; Joseania Freitas; Ligia Bellini, que através de Adriana disponibilizou seu arquivo; Maria da Conceição da Costa e Silva; Maria das Graças Teixeira; Maria José Rapazzi; Mary Ann; Suely Moraes Cerrávolo. Aos professores Cândido da Costa e Silva; Carlos Etchevarne; Estácio Fernandes com quem iniciei as pesquisas de fortificações; Fernando Guerreiro; João José Reis; José Cláudio de Oliveira; Marcelo Cunha; Pedro Agostinho e Valdemir Zamparoni.

Aos seletos e grandes amigos Daniela Nery; Elisângela e Elinsmar Adorno, Hudson; Coronel Paraíso, pela leitura atenta dos capítulos, Jaime Nascimento, Jorge Bandeira; Humberto Barroso; Djane Cruz; Ana Maria Figueiredo; Eliene Bina, amiga desde sempre; Renata Lemos, por ter lido a dissertação com toda dedicação, crítica e gentileza que lhes são peculiares, buscando sempre coerência e clareza na redação; Isabel (Bina); Elane Gonçalves e Selma Reis; Marivaldo e Glaucimara Amaral e Lysié

dos Reis, irmãos de alma; Henry Luydy; Cinthia Cunha pelas horas de discursões sobre história, enriquecendo o trabalho com algumas sugestões; Telma, Fred, Genebaldo e Augusto por uma convivência mais do que alegre, simplesmente sublime.

Quero agradecer aos funcionários da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: Ivonete Correia (Bolete); Darci Camelier; Jade Braga; Márcia Teles e Sr. Augusto Bispo; Andréa Machado, Davi Alberto, Creusa Machado, Amália Souza, Luis Borges e Alessandra por terem escutado todas as queixas, alegrias e tristezas próprias da exaustão de quem faz um trabalho desse porte.

Agradeço aos colegas da turma do Mestrado: Adriana (Adri), Bel, Denílson (Deny), Jackson (Jack), Jairo, Joceneide (Jú), Jorginho, Lara, Neidinha, Ricardo, Serginho, Teresinha (Tê) e Zeneide. É muito triste realizar que nossa convivência diária acabou, no entanto espero poder vê-los de vez em quando, e aí acreditar que tudo vai estar apenas começando.

A Maria Hilda Baqueiro Paraíso, que como orientadora, soube dirigir cuidadosamente essa dissertação localizando fontes, dando sugestões e disponibilizando bibliografias que foram utilizadas. Por muitas vezes me emprestou muito de si mesma, e como uma verdadeira mãe, cuidou de mim como uma filha, porém sem esquecer de ensinar-me que deveria ser autora e não discípula, e devido a sua carinhosa influência, passei a gostar cada vez mais de História Indígena. Muito obrigada por ter sido paciente com as minhas inquietações e que Deus ilumine seu caminho.

A minha família: Tias: Nena, Dedea, Mariza, Roseilda, Debora e Zete; Tios: João, Dadai e Adelvide; Primos e Primas: Rose Mary, M^a de Fátima, Jaciara, Maurício, Marcos e Diogo (os demais sintam-se representados nessas pessoas); Irmã Ana Paula e principalmente aos meus Avós: Maria Pereira dos Santos (in memoriam) e Albertino Francisco dos Santos por todas as vezes que me apoiaram, por toda a verdade que me fizeram ver, por toda a alegria que trouxeram a minha vida, por cada sonho que realizaram, por todo o amor de verdadeiros pais que encontrei. Meus avós foram à força quando estive frágil, a voz quando eu não podia falar, os olhos quando eu não podia ver. Com eles eu aprendi que viver só se aprende vivendo, e hoje, eu só sou o que sou porque fui amada por eles.

E, finalmente, a Deus por ter me dado forças para chegar até onde cheguei.

Resumo

No segundo quartel do século XVI Salvador firmou-se como a mais importante localidade da América Portuguesa. Edificada numa escarpa no interior da Baía de Todos os Santos no ano de 1549, a cidade foi pensada para ser simultaneamente um centro administrativo e político e, ante as constantes ameaças ao domínio metropolitano pelos indígenas, corsários e representantes de outros países europeus, esse núcleo foi protegido por sistema defensivo composto por um cordão de fortificações marítimas e terrestres. Primeira urbe planejada da América Portuguesa, seu traçado de influência marcadamente medieval com altos muros e portas, representava um exemplo de organização urbana pensada em função da guerra no Novo Mundo. Com apenas dez anos de fundada, o governador Mem de Sá afirmava que ia "em muito crescimento," ultrapassando os muros e as duas portas que a guarneciam contra possíveis ataques de invasores. Esse clima de prosperidade devia-se ao florescimento da produção açucareira no entorno da Baía de Todos os Santos, onde se localizavam aldeias e engenhos. Apesar das diversas vertentes possíveis de análise, esta dissertação privilegiou o estudo acerca da construção da fortaleza do Salvador, dos conflitos entre índios, colonizadores e representantes de outras nações europeias e da participação de pessoas oriundas de vários continentes como trabalhadores e suas formas de pagamento.

Summary

In the second barracks of the century XVI Salvador it was firm as América Portuguese's most important place. Built in a scarp inside the Bay of All the Santos in the year of 1549, the city it was thought to be simultaneously an administrative and political center and, in the face of the constants threats to the metropolitan domain for the natives, corsairs and representatives of other European countries, that nucleus was protected by defensive system composed by a string of marine and terrestrial fortifications. First planned city of América Portuguesa, your influence plan remarkably medieval with high walls and doors, it represented an example of urban organization thought about function of the war in the New World. With only ten years of having founded, Sá's governor Mem affirmed that it went " in a lot of growth, " surpassing the walls and the two doors that provided her/it against possible attacks of invaders. That prosperity climate was due to the expansion of the sugar production in I spill him/it of the Bay of All the Santos, where they were located villages and mills. In spite of the several possible slopes of analysis, this dissertation privileged the study concerning the construction of the fortress of Salvador, of the conflicts among Indians, settlers and representatives of other European nations and of the participation of people originating from of several continents as workers and your payment forms.

Abreviaturas

ABNRJ – Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

DHBNRJ– Documentos Históricos Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

IHGB – Instituto Geográfico Histórico da Bahia

RIHGB – Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Sumário

Introdução	1
Capítulo I	6
1. De Portugal a Salvador: Viagens e Conflitos	
2. Conhecer e viajar: As novas técnicas de navegar	
3. O que fazer com o novo mundo	
4. O Governo Geral e a Solidificação da conquista	
Capítulo II	36
1. Construindo a Cidade Fortaleza	
1.1. O Governo Geral e as determinações para a construção da Cidade	
2. Os modelos de construção defensiva Portuguesa, Indígena e Africana	
3. As Técnicas de Guerra	
4. Construindo Salvador: técnicas, matérias de construção e modelo arquitetônico	
5. Espaço Urbano	
6. A construção da Fortaleza do Salvador	
7. O Sistema Defensivo	
8. As fortificações do Sistema Defensivo	
Capítulo III	68
1. Morar e Trabalhar na Fortaleza do Salvador no século XVI	
1.1. A consolidação da nascente cidade	
2. Viver em Salvador	
3. Os trabalhadores	
3.1. A Mão-de-obra Européia	
3.2. A Mão-de-obra Indígena	
3.3. A Mão-de-obra Africana	
4. As formas de Pagamento em Salvador no século XVI	
4.1. As mercadorias usadas como pagamento	
5. Morar em Salvador	
Considerações Finais	113
Fontes	121
Referências Bibliográficas	125

Introdução

A escolha de um objeto de pesquisa é sempre o resultado do interesse que determinados temas despertam na vida do estudioso e da sua trajetória pessoal, acadêmica e profissional. Nesse sentido, o produto da pesquisa é o resultado de um conjunto de condicionamentos social e historicamente determinados. A importância e o significado do fato histórico, objeto de um trabalho, resulta do valor que lhe é atribuído pelo pesquisador a partir do contexto histórico-social por ele vivido.

Dadas essas características é essencial que o pesquisador explicita as opções feitas a partir dos seus interesses, das características do objeto, das limitações impostas pelas fontes e pela necessidade de estabelecer limites espaciais e temporais que garantam coerência à sua análise.

A delimitação temporal teve como marcos o ano de 1549, quando se iniciou a administração de Tomé de Sousa e a construção da cidade e do sistema de defesa implantado na capital e seu entorno. O outro ponto de corte é o ano de 1580, momento em que, superado o conflito com os Tupinambá, estabelecida a inserção da produção dos colonos na rota comercial internacional e o enriquecimento da população e da cidade, a região se torna objeto de cobiça de corsários e de outros governos europeus, o que obrigou a Coroa portuguesa a repensar as relações sociais e o sistema de defesa de sua capital americana.

A delimitação do espaço decorreu da definição da área física onde tais processos históricos ocorreram: Salvador, a Baía de Todos os Santos e, de forma mais restrita, a região hoje conhecida como Litoral Norte.

Lidando com as fontes

Uma das grandes dificuldades enfrentadas no curso do trabalho foi a impossibilidade de acesso a fontes primárias inéditas. A possibilidade de existirem não foi descartada, porém, os limites temporais impostos pelos prazos acadêmicos e as restrições a fontes de financiamento para um deslocamento para Portugal, terminaram por restringir as fontes aos documentos publicados nas Coleções dos Documentos Históricos e nos Anais pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e por outros pesquisadores do mesmo tema e a algumas obras produzidas no período e publicadas posteriormente.

Especial destaque merece o conjunto de documentos publicados pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Na coleção de Documentos Históricos encontramos dados que permitiram identificar, ainda que de forma fragmentada, etnia, nome, profissão, soldo e formas de pagamento de algumas pessoas que habitavam a fortaleza.

Já nos Anais, localizamos informações sobre o projeto e a fundação da Cidade do Salvador e sobre seu traçado original. Destacamos, dentre muitos documentos, o Regimento de Tomé de Sousa, as cartas de Luis Dias dirigidas a Miguel de Arruda elementos gráficos ricos em detalhes que permitem uma melhor compreensão das obras executadas.

Nessa categoria de fontes primárias, além dos documentos publicados pela Biblioteca Nacional, há que se reeferir, pela sua relevância, às Cartas Jesuíticas, particularmente as de Padre Manuel da Nóbrega, José de Anchieta e Leonardo do Valle. Outras fontes importantes são as obras de Pero Magalhães Gândavo, Frei Vicente do Salvador, Gabriel Soares de Sousa, Hans Staden, José Antonio Caldas e Luis dos Santos Vilhena.

Quanto às fontes secundárias, elas foram usadas de acordo com o momento histórico em que as obras foram produzidas, o que nos remete a questões como a seleção das fontes e o viés teórico com que foram trabalhados, e com o maior ou menor grau de centralidade do tema na obra considerada.

Alguns autores foram fundamentais, dado o grau de abrangência de suas obras, para a compreensão do tema. Citamos, nesse caso, os trabalhos de Thales de Azevedo, J. Capistrano de Abreu, Alberto Silva, Luís Henrique Dias Tavares, Ignácio Accioli e Brás do Amaral,

Francisco Varnhagen, Edson Carneiro, Pedro Calmon, Teodoro Sampaio, Affonso Ruy e Frederico G. Edelweiss.

Outro conjunto de obras foi fundamental para a análise do sistema de defesa e os modelos arquitetônicos adotados. Destaco os vários trabalhos de Mário Mendonça de Oliveira, Cybéle Santiago, Fernando Fonseca, Maria do Rosário Rosa Rodrigues, Aníbal Barreto e J. da Silva Campos.

Para a compreensão, de forma mais ampla, do processo histórico explicativo do contexto social, buscamos apoio em autores consagrados como Fernando Novais, José Roberto do Amaral Lapa, Pedro Abelardo de Santana, J. Russel-Wood, Max Guedes Justo e Jorge Couto.

Outra questão enfrentada no trato das fontes foram os silêncios, – falta de informações mais consistentes inclusive demográficas – ou as distorções eurocêntricas encontradas quando as fontes se referem à presença, padrões sociais, valores, revoltas e participação dos indígenas na construção da cidade e das fortificações. Para superar esse problema, busquei apoio nos seguintes autores, Darcy Ribeiro, Ronaldo Vainfas e Maria Hilda Baqueiro Paraíso.

O mesmo tratamento foi dado aos negros africanos que atuaram desde o momento em que desembarcaram com Tomé de Sousa. Cabe ressaltar que essas questões são ignoradas pela quase totalidade dos autores que trabalharam com o tema.

O fato dos dados usados não comporem um conjunto homogêneo quanto a sua origem ou data de produção, exigiu um constante questionamento de como foram coletados, sua forma e o grau de confiabilidade diferenciado dos autores. Como consequência, as informações, às vezes bastante conflitantes entre si, não foram incorporadas de forma acrítica, mas, após o estabelecimento de constantes cruzamentos e confrontos entre os autores.

Após a referência a tantas obras usadas para compor esta dissertação, pode-se concluir que a temática escolhida não é inédita, pois muitos dos seus aspectos já foram trabalhados em momentos históricos distintos e sob vários ângulos. Nesse sentido, a preocupação central que norteou esta dissertação foi a de identificar as razões que levaram a Coroa portuguesa a determinar a fundação da cidade do Salvador e do sistema defensivo que a protegia, quem realmente os construiu, quem a habitava e nela trabalhava, como eram remunerados, quais as condições de vida desses moradores e, finalmente, qual o grau de confiabilidade do sistema de defesa e como e porque foi reformulado no último quartel do século XVI.

O texto está ordenado em três capítulos e a conclusão. No primeiro capítulo, iniciei com a análise das razões e importância do Ciclo de Navegações e como as terras americanas motivaram questionamentos e dúvidas aos administradores metropolitanos sobre como administrar a nova colônia. Em seguida, considero os vários modelos administrativos implantados, as razões do seu insucesso e as relações estabelecidas nesse vários momentos com as populações indígenas que viviam no entorno da Baía de Todos os Santos.

Centro a atenção nas diversas razões que levaram ao malogro das Capitânicas Hereditárias, privilegiando a situação de conflito entre índios, outros moradores de origem européia, os Donatários e a constante ameaça representada pela presença de franceses negociando com os Tupinambá, razões pelas quais a Coroa Portuguesa deliberou pela criação de um governo geral que articulasse as ações de conquista e sua consolidação na América Portuguesa. Encerrei o capítulo com a chegada do governador nomeado e sua comitiva, marco de um novo tempo na região em análise.

O segundo capítulo está centrado na escolha do local em que foi construída a “cidade fortaleza”, a razão estratégica da escolha, o modelo determinado no Regimento do Governador e as adequações que se fizeram necessárias. Considerei, ainda, as técnicas de construção usadas nos primeiros momentos nos quais urgia defender o núcleo administrativo e residencial de um possível ataque dos indígenas.

Especial destaque foi dado ao sistema defensivo em construção, os percalços enfrentados pelos construtores e autoridades durante a construção dos muros, fortes, torres torreões que compunham esse sistema. Avalio aí a eficácia do sistema considerando-se os dois maiores opositores ao sucesso do empreendimento colonial: os ataques de estrangeiros e dos indígenas, concluindo que as defesas foram satisfatórias se considerarmos, apenas, os segundos opositores.

No terceiro e último capítulo, os temas centrais são a consolidação da cidade, os trabalhadores que atuaram em Salvador, a sua diversidade étnica, as diversas formas de inserção no sistema de trabalho e no social, bem como as diversas formas de pagamento usadas.

Finalmente, dedico um olhar sobre a questão sanitária enfrentada pelos moradores da Lisboa da América, como esse problema era agravado pelo intenso movimento de esquadras no porto de Salvador, as dificuldades de fazer frente ao problema e seus reflexos sobre a vida das pessoas e da cidade.

Na conclusão é feito um resumo dos capítulos anteriores, a demonstração do enriquecimento da população, o que se refletiu na expansão da área efetivamente conquistada aos índios e ocupada por colonos, o crescimento da cidade para além dos muros, o interesse de europeus em conquistá-la e ao Recôncavo, porque e como foi reforçado o sistema de defesa da cidade e do seu entorno.

Capítulo I

1. De Portugal a Salvador: Viagens e Conflitos

A conquista do que hoje é chamado Brasil é um dos capítulos da História das Grandes Navegações na qual os portugueses tornaram-se protagonistas. Situar a participação portuguesa e o domínio das rotas comerciais que ligavam a Europa ao Oriente são elementos essenciais para o entendimento da revolução vivida por aquela sociedade e da qual resultou na construção de um império, cujas terras localizavam-se no além-mar, considerando-se a perspectiva européia.

Esse contexto é o da expansão marítima, intensificada nos séculos XV e XVI, coincidindo com o ordenamento das relações econômicas pela ótica mercantilista que difundia a crença de que o rápido enriquecimento de uma nação dependia essencialmente do controle do comércio, destacando-se, dentre as mercadorias mais valorizadas, as especiarias do Oriente.

Ao longo de vários séculos foram constituídas inúmeras rotas comerciais ao longo do mundo conhecido até o século XV. Podem ser identificados três grandes eixos de circulação de mercadorias e convergência de rotas comerciais. O primeiro eixo¹ era composto por duas rotas. A primeira, conhecida como a Rota da Seda, interconectava o Pacífico e o Índico, ligando o Japão, China, Indonésia, Índia, Ceilão, Arábia do Sul e África Oriental, chegando ao Mediterrâneo Oriental. Pela segunda rota, conhecida como Rota das Especiarias, circulavam produtos entre as ilhas Molucas, Índia, Golfo Pérsico ou Mar Vermelho, Alexandria, Cairo e Beirute atingindo também o Mediterrâneo Oriental. As atividades comerciais exercidas neste eixo estavam sob constante ameaça devido à instabilidade política nos reinos envolvidos e às relações com os muçulmanos que a controlavam, o que exigia constantes negociações e elaborações de tratados comerciais.

¹ Por este eixo circulavam sedas, porcelanas, perfumes, incensos, pedras preciosas marfim, canela, cravo, noz-moscada, pimenta e gengibre.

O segundo eixo² era o da Bacia do Mediterrâneo que envolvia diretamente nações muçulmanas, senhoras de extensas áreas entre a Ásia Menor, o Oriente Médio, todo o Norte da África, Gibraltar, a parte sul da Península Ibérica e o mundo cristão. Esta rota veio a se consolidar após o século XIII, marco do início do fortalecimento de grandes cidades comerciais italianas, como Veneza e Gênova, e da gradativa perda de poder dos muçulmanos. Aos poucos os italianos assumiram o controle dos portos do Mar Adriático, do Negro e da cidade de Alexandria, passando a condição de distribuidores dos produtos vindos pela Rota da Seda. Também conseguiram controlar o comércio oriundo das rotas trans-saarianas que convergiam para o Sudão Ocidental.

O terceiro eixo,³ denominado Mar do Norte/Báltico, organizava o comércio entre o norte da Europa, passando por Flandres e atingindo Londres. Também este caminho passava por áreas politicamente instáveis. Portugal participava da navegação comercial européia desde o século XIV, sendo a Inglaterra seu principal parceiro ao qual fornecia atum, baleia, bacalhau e mercadorias que transitavam entre o Mediterrâneo e o Mar do Norte.

Este aparente equilíbrio econômico, no entanto, rompeu-se quando a crise estrutural européia se tornou mais aguda, obrigando os países a buscarem soluções para os problemas. A referida crise resultou de um conjunto de fatores: o esgotamento do modelo feudal de produção que impossibilitava de suprir satisfatoriamente as necessidades do mercado consumidor; a emigração dos trabalhadores rurais para as cidades que não possuíam estrutura para absorvê-los, gerando um clima constante de insatisfação social e de revoltas que se agravou após as crises de fome e a falência do sistema comercial e financeiro. Esse quadro de crise e insatisfações assumiu maiores proporções com a Guerra dos Cem Anos e com a epidemia de peste negra que matou 1/3 da população européia, acentuando a desestruturação do sistema produtivo.⁴

2 As mercadorias mais comumente comercializadas neste eixo eram sedas, brocados, algodão, perfumes, jóias, marfim e porcelanas.

3 Pelas rotas deste eixo circulavam madeiras, cobre, ferro, sal, pescado, peles, mel, vinhos, trigo e lã.

4 Verificar: NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1979. SZWMRECSÁNYI, Tamás. [Org]. **História econômica do período colonial**. HUCITEC E FAPESP São Paulo, 1996. NOVAES, Adauto. [Org]. **A Descoberta do Homem e do Mundo**. Companhia das Letras. São Paulo, 1998.

A configuração das relações econômicas e políticas entre as metrópoles e suas colônias, bem como dos seus graus de subordinação, interdependência e dependência, em determinado período da História que podemos balizar entre 1500 e 1800, foi coincidentemente elaborada e praticada pelas nações envolvidas no processo.⁵

Portugal, devido a sua tradição marítima, ao desenvolvimento de sua frota pesqueira e comercial e à pequenez do seu território e de sua população, viu-se impulsionado a buscar no além-mar a solução para os desafios enfrentados. O fato de Portugal já se constituir em um Estado Monárquico centralizado, delimitado em termos geográficos e com uma população com sentido de nacionalidade surgido no âmbito da reconquista do território aos muçulmanos, criava condições propícias ao empreendimento.

2. Conhecer e Viajar: as novas técnicas de navegação.

O período áureo das navegações portuguesas compreende entre 1415 e 1580, no qual podem ser definidos três grandes ciclos: O primeiro (1415-1460) conhecido como *henriquiano*, por ter ocorrido sob a tutela do Infante D. Henrique, quando ocorreu a conquista de Ceuta (no Marrocos) e a descoberta das Ilhas da Madeira e Açores, Cabo Bojador, Rio do Ouro, arquipélago de Arguin (Mauritânia); Cabo Verde e Golfo da Guiné.

O segundo pode ser associado ao período do reinado de D. João II, é marcado pela ocupação das Ilhas da Madeira e Açores, chegada à foz do rio Congo, ao sul do Golfo de Guiné, ao Cabo da Boa Esperança, ao Mar Vermelho e aos portos do sul da Arábia e África Oriental. É também nesse período que, em decorrência da descoberta da América pelos espanhóis, foi firmado o Tratado de Tordesilhas, o que exigia uma ação mais conseqüente por parte do Estado português para garantir o exclusivo comercial no Atlântico Sul.

5 LAPA, José Roberto do Amaral. **O Antigo Sistema Colonial. Brasiliense.** São Paulo, 1982. p.9

O terceiro ciclo ou *manuelino* é o da imposição de vantajosos acordos comerciais a Calecute, na Índia, ao Ceilão (Cananor, Cochim, Manar); a Malaca, Molucas e Timor, no Índico Oriental, a Macau, na China, e nos portos do Mar Vermelho, Sul da Arábia e Golfo Pérsico (Mascate e Ormuz); além de Nagasaki, no sul do Japão, e a descoberta da Terra de Santa Cruz.

Essas conquistas resultavam de uma política de investimentos na ampliação de conhecimentos sobre cartografia, técnica náutica e na melhoria das embarcações. O grande centro responsável por essas conquistas foi a Escola de Sagres, fundada pelo Infante D. Henrique com fundos financeiros concentrados pela Ordem da Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo e herdados da extinta Ordem dos Templários,⁶ cujos sobreviventes se refugiaram em Portugal após a perseguição sofrida na França. A riqueza da Ordem de Cristo era tanta que por dois séculos todas as expedições marítimas portuguesas se lançaram ao mar com financiamento dessa Ordem.

A Escola de Sagres não foi instalada no promontório do qual recebeu o nome. Este era conhecido por *finnis terra* da Europa por ser um lugar ermo. Foi na vila de Lagos, no Algarve a 30 km de Sagres que a escola começou a funcionar e para onde foram atraídos sábios, cartógrafos, astrônomos e astrólogos de várias procedências, inclusive judeus expulsos da Espanha, como é o caso do principal assessor de D. Henrique, o cartógrafo catalão Jehuda Cresques.

Em termos de conhecimento náutico, pode-se afirmar que o século XV foi revolucionário, pois se inicia a valorização de *prestar atenção á observação*, o ressurgimento da teoria heliocêntrica, da astronomia moderna, a invenção da imprensa e os primeiros estudos da anatomia humana. Essas foram conquistas importantes e que também contribuíram, em graus de relevância distintos, para os avanços técnicos que permitiram a aventura no Mar Tenebroso.

⁶ Esta Ordem foi fundada em 1116 em Jerusalém por cruzados franceses e tendo como objetivo proteger os peregrinos cristãos na Terra Santa. Graças a constantes saques, esta Ordem, organizada militarmente, enriqueceu e vários reis contraíram dívidas com os Templários. Este é um dos principais motivos para a repressão desencadeada pelo Rei Felipe, o Belo, que resultou na extinção da Ordem, condenação à morte de vários dos seus participantes, confisco dos seus bens. Os sobreviventes e parte de suas riquezas foram acolhidos pelo rei de Portugal e incorporados à Ordem de Cristo, fundada em 1317.

O instrumental técnico criado nesse século foi fundamental. A arte de navegar nos séculos anteriores se fazia pela técnica conhecida como “rumo e estima.” Os instrumentos usados – bússolas, sondas, tábuas de maré – eram adequados aos mares de pouca profundidade, o que obrigava os viajantes a navegar sempre próximo à costa. Muitos dos instrumentos de navegação – bússola, astrolábio, quadrante, tavoleta, balestilha e o prumo⁷ -, na verdade, já haviam sido introduzidos pelos árabes na Europa, porém foram aperfeiçoados e adequados às novas necessidades.

As bússolas, apesar de terem sido melhoradas com a inovação da agulha imantada, balancins e balestilha não se mostraram tão eficazes quanto o desejado para determinar a longitude. Este problema só foi totalmente solucionado no século XVIII como resultado de sucessivas tentativas de encontrar uma forma segura de fazer as demarcações.

Outra questão técnica a ser enfrentada era a cartografia. Os mapas anteriores ao século XIII eram baseados em conhecimentos bíblicos e antigos, apresentavam graves distorções, como um excessivo dimensionamento no sentido leste-oeste sendo o mundo representado de forma retangular e plana. Até mesmo os que já representavam a idéia da terra de forma circular – as cartas portulanas – só eram adequados à navegação no Mediterrâneo, apenas representavam o litoral e não possuíam as marcações de longitude e latitude. Várias transformações foram sendo introduzidas lentamente pela incorporação das novas observações e seus registros.

7 Astrolábio - também chamado de astrolábo ou astrolábion. Usado para medir, observar e determinar a altura do Sol e das estrelas. Servi também para medir a latitude e a longitude do lugar onde se encontra o observador.

Balestilha - Instrumento que precedeu o astrolábio. Usado na navegação para verificar a altura dos astros durante a noite. Também chamado de alabastrilha, arbalestrilha, balestrilha, lestrilha.

Prumo - Usado para medir a profundidade da água do mar, rio, ou para retirar amostras do fundo dos mesmos.

Quadrante - Instrumento que permite medir da embarcação a altura dos astros e suas distâncias angulares. Também era conhecido como quintante e sextante.



Fonte: Planisfério anônimo, atribuído a Martin Waldseemüller, c. 1507. Dos Arquivos da Casa Waldburg zu Wolfegg-Waldsee. In NOVAES, Adauto. [Org]. **A Descoberta do Homem e do Mundo**. Companhia das Letras. São Paulo, 1998.

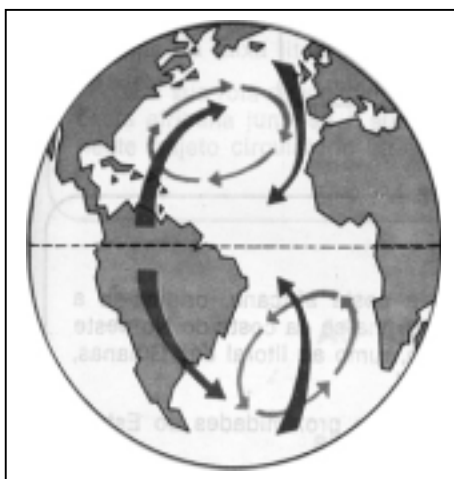
O estudo do regime de ventos e das marés foi outra questão que mereceu especial atenção. Elementos dos mais importantes, considerando-se que a navegação era à vela e com o auxílio de remos, o regime de ventos e de marés do Mar Tenebroso variavam de acordo com o hemisfério em que ocorresse a navegação. Os ventos sopravam na posição horária no hemisfério norte e anti-horária no hemisfério Sul, formando correntes circulares no oceano que se movimentavam em sentido oposto em cada hemisfério. (vide mapa abaixo). “A cada seis meses o tempo mudava, os ventos e as correntes marinhas invertiam o curso [das embarcações]; quando era ruim zarpar do norte para o sul, estava no tempo de fazer o caminho oposto. Esse fenômeno causava muito estorvo aos viajantes.”⁸

Com o domínio das rotas marítimas e o conhecimento do regime de ventos, as viagens entre a metrópole e sua colônia na América e para a Índia incrementaram o tráfego marítimo de grandes esquadras no Atlântico. Era constante o deslocamento das naus da Carreira da Índia que, carregadas de especiarias, aportavam na Baía de Todos os

8 SANTANA, Pedro Abelardo de. **Da Bahia a Pernambuco no século 16: Viagens Entre dois Pólos da Colonização do Brasil**. Universidade Federal de Sergipe, Serviço Social do Comércio. Aracaju, 2003. p.77

Santos onde encontravam um porto bem localizado para abastecer e realizar reparos. Sua localização, além de ser adequada se considerarmos a rota seguida pelas naus, também, era de grande dimensão e sua boca facilitava a entrada dos navios. Assim, com relativa rapidez, o local rivalizava em volume de negócios e em importância militar com Luanda e Goa, integrando com estas o triângulo que sustentou o império ultramarino lusitano por todo o período colonial.

Paralelamente à função de ponto de escala, o porto de Salvador destacou-se pela sua importância na circulação comercial a nível internacional, nacional, regional e local. Desde meados do século XVI, funcionou como porto importador de mercadorias procedentes da Metrópole e da África e como exportador de produtos tropicais para o Reino; importador de produtos coloniais vindos de outras capitânicas e centro reexportador de mercadorias para outras regiões da Colônia.⁹

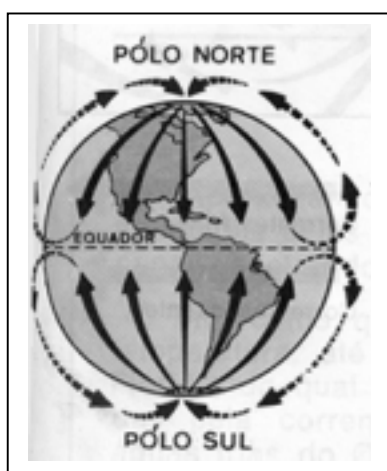


Fonte: D'AGOSTINI, Mario P. **Geografia: A Terra, O Planeta da Vida**. v.1. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1988.

As embarcações saíam de Portugal para a colônia da América quando predominavam os ventos de noroeste ou alísios, que sopravam do pólo norte para o equador, entre o início do mês de janeiro e meados de fevereiro. Estes ventos impulsionavam as embarcações em direção às correntes do Atlântico, permitindo-lhes atingir as Ilhas de Açores, Canárias, Madeira e a América Central. Essa região, por ser uma

⁹ ROSADO, Rita de Cássia Santana de Carvalho. **O Porto de Salvador. Modernização em Projeto: 1854/1891**. Dissertação (Para obtenção para Título de Mestre em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia. Salvador. 1983. p.21

zona de transição entre dois distintos regimes de ventos e marés, caracterizava-se por ser uma área de calmaria, o que exigia a entrada imediata das embarcações na corrente marítima do Atlântico Sul, que estava associada ao regime de ventos contra-álisios, que vão do Equador em direção ao pólo sul. (vide mapa abaixo). Já a saída de naus na direção sul-norte era mais adequada entre os meses de setembro e outubro, quando diminuía a intensidade dos ventos sueste, permitindo a navegação para a Europa.



Fonte: D'AGOSTINI, Mario P. **Geografia: A Terra, O Planeta da Vida**. v.1. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1988.

Entretanto, todos esses conhecimentos não seriam possíveis e nem teriam qualquer utilidade caso não ocorressem investimentos na melhoria das embarcações. Portugal foi um dos países que mais investiu na melhoria das técnicas de construção naval e no aperfeiçoamento das antigas naus, mais adaptadas às navegações em rotas curtas.

A técnica de construção de embarcações é antiga e as inovações eram essenciais para a conquista de novos mares e esta conquista resultava em novos conhecimentos que permitiram o aperfeiçoamento das frotas. Outro fator a ser considerado como razão das mudanças introduzidas a partir do século XIV foi o volume de mercadorias a serem transportadas.

Até o século XIV, as embarcações eram movidas a remo e/ou velas, o que limitava as distâncias percorridas e impunham a necessidade de navegar em mar fechado e sem se afastar da costa. Os portugueses atribuíam um nome genérico a suas embarcações: barca,

cujos modelos eram, predominantemente, originários do norte da Europa e que associavam o uso de remo e vela. Apesar de serem de pequeno porte, pois transportavam sessenta toneladas, as barcas tradicionais foram usadas pelos lusos nas suas primeiras investidas às costas africanas.¹⁰

Alguns desses modelos tradicionais aos poucos foram sendo adaptados, o que ocasionou o surgimento das barchas e barinel, mais adequados a viagens em mar aberto e a cursos mais longos. O barinel, de origem italiana, possuía dois mastros e maior capacidade de carga, com essa embarcação, iniciou-se o uso da técnica de navegação á bolina.¹¹

Os antigos modelos foram sendo substituídos paulatinamente a partir do século XVI pelas caravelas, galeões e naus. De inspiração árabe, as caravelas eram originalmente pequenos veleiros destinados à pesca e ao transporte de mercadorias entre a Itália e Portugal. Possuíam proa baixa e popa alta¹² sendo adotados mais tarde panos retangulares ou velas latinas¹³ com mastro grande na popa. Utilizavam velas e seu leme era governado por roda para manobras nos ancoradouros, bolinavam com mais facilidade, eram mais resistentes e transportavam entre vinte e cinco e sessenta toneladas.

Foi a partir desse modelo árabe que os portugueses construíram a nave mais eficaz daquele período. Suas dimensões foram aumentadas e passou a transportar entre oitenta a cento e vinte toneladas, introduziu a roda de proa, popa redonda e dois mastros, depois aumentados para três, quando sua capacidade foi, mais uma vez, ampliada para cento e sessenta a duzentas toneladas. Eventualmente podiam ser usados remos para auxiliarem na atracação.

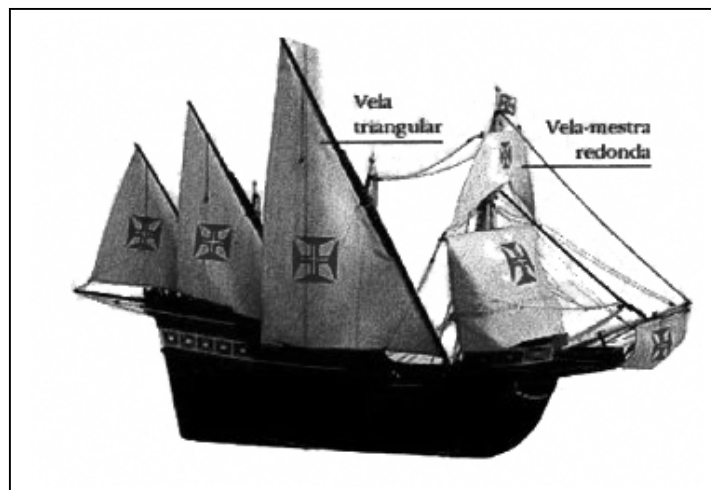
Um modelo diferente de caravela apresentava dois ou três mastros com velas latinas e uma redonda e era conhecido como caravela de armada ou redonda sendo adaptadas para combater em alto mar e atacar portos e ancoradouros. Quando foram substituídas pelos galeões, as caravelas foram usadas para comboiar as naus que iam para o reino e para levar correspondência e alimentos.

10 RUSSEL-WOOD. J. **Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)**. Difel. São Paulo. 1988.

11 Curso em zigue-zague contra o sentido dominante do vento.

12 Proa - parte dianteira de uma embarcação;

Popa - Parte traseira da embarcação, oposta à proa, onde se localiza o leme.



Caravela

Fonte: NEVES, Mendes da Costa [Org]. As terras do Brasil e o mundo dos descobrimentos. Secretaria da Educação, Instituto Anísio Teixeira. Salvador, Boanova, 2000.

Apesar de sua agilidade e suas excepcionais qualidades “como veleiro, o que permitia navegar com bolina muito apertada, cerca de cinco a seis quartas de ventos.”¹⁴ A caravela apresentava algumas limitações: falta de porte para viagens longas e falta de capacidade de carga para o transporte de mercadorias e de víveres suficientes para a tripulação, que permanecia a bordo por muitos meses.

Visando a superação dessas limitações, a Coroa portuguesa investiu na melhoria de uma embarcação de origem nórdica e que ficou conhecida como nau oceânica, naus grossas, carracas ou nau das Índias. Essa nau, depois de modificada, passou a ter três mastros, sendo duas velas redondas e uma latina, atingindo, sucessivamente ao longo do século XVI, a capacidade de transportar mil e depois mil e seiscentas toneladas. No entanto, era bem menos veleira que as caravelas, pois sua capacidade de bolina¹⁵ não ia além dos 90°. ¹⁶ Essa característica explica a sobrevivência das caravelas, bergatins e barinéis, todas de menor porte, porém bem mais ágeis e rápidos, sendo usadas como

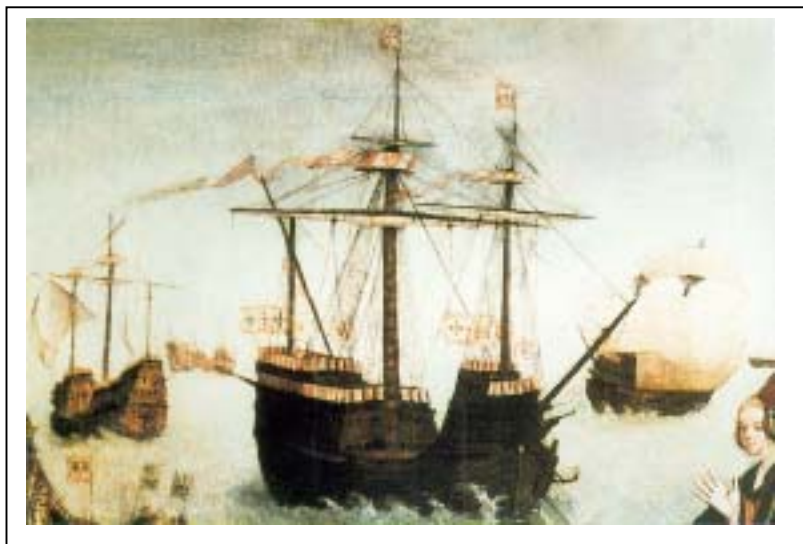
13 Velas triangulares.

14. GUEDES, Max Justo. **O Descobrimento do Brasil. Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha.** Rio de Janeiro, 1998. p29

15 É o rumo mais próximo á direção do vento que um veleiro pode navegar sem que suas velas girem. In GUEDES. Idem. Ibidem.

16 GUEDES, Idem. Ibidem.

navios de apoio à outras embarcações em caso de ataques e de necessidade de enviar mensagens com urgência, razão pela qual eram chamadas mexeriqueiras.



Fonte: Naus Portuguesas, pormenor dos Painéis de Santa Alta, c.1517-23. Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga. In NOVAES, Adauto. [Org]. **A Descoberta do Homem e do Mundo**. Companhia das Letras. São Paulo, 1998.

A grande inovação do século XVI foi o galeão, nome genérico atribuído pelos espanhóis para as embarcações utilizadas na Carreira das Índias. Seu modelo original datava do século XII, quando era usado como navio pesqueiro. O galeão foi concebido para o transporte de mercadorias e para a guerra,¹⁷ eram considerados como verdadeiras fortalezas flutuantes, dadas as suas dimensões e invulnerabilidade aos ataques em alto mar. Era de fácil manejo, deslocava-se a boa velocidade e dispensava o uso de remos.

Além de sofrerem com os ventos e tempestades ocasionais, os homens do mar lutavam contra o perigo constante dos ataques de corsários e piratas que tentavam se apossar das mercadorias transportadas. A grande quantidade de assaltos às embarcações no Atlântico e aos núcleos coloniais onde os barcos se abasteciam, determinaram a decisão de ser criado o cargo de Capitães de Vigia da Costa, encarregados de assegurar o domínio da terra e impedir o comércio ilegal de produtos. Também deveriam procurar pontos seguros onde pudessem vir a ser estabelecidos núcleos de povoamento, cujos moradores garantiriam a posse do território e criariam feitorias comerciais construídas como verdadeiros fortins de madeira e terra.

17 SANTANA, op. cit. p.73

As feitorias estavam localizadas em pontos estratégicos do litoral eram cercadas por paliçadas feitas de pau a pique, serviam para vigiar o contrabando e como entreposto das embarcações que circulavam pelo Atlântico. Eram locais, portanto, que atuavam, ao mesmo tempo, como centros econômicos, militares, políticos e administrativos. As acomodações ali construídas eram amplas e capazes de oferecer comodidade aos seus ocupantes protegidos por força militar contra os ataques dos indígenas, de corsários e de piratas.

No caso da colônia americana, era comum serem plantadas roças em sua volta, nas quais se produzia cana-de-açúcar e artigos de subsistência. Seus depósitos, nos primeiros anos de exploração, guardavam cargas de pau-brasil para serem entregues às embarcações portuguesas que as transportavam e distribuíaam na metrópole.

Os responsáveis pela administração das feitorias recebiam instruções¹⁸ particularizadas, às vezes, diretamente do próprio rei e que reafirmavam a necessidade de serem criadas as condições necessárias para a defesa do território e a solidificação das relações comerciais estabelecidas com os indígenas, os encarregados do corte e transporte do pau-brasil até as feitorias.

3. O que fazer com o Novo Mundo

No âmbito do projeto da Coroa portuguesa de buscar novos mercados produtores de especiarias e outras riquezas, a chegada oficial dos portugueses às terras americanas foi uma consequência ou um projeto planejado e concretizado em um momento politicamente adequado. Porém, apesar da importância política e estratégica atribuída à sua presença no Novo Mundo, oficialmente definido pelo Tratado de Tordesilhas como um espaço a ser dividido entre a Espanha e Portugal, em termos econômicos, as novas terras não satisfaziam as necessidades mais imediatas de Portugal de inseri-las no circuito comercial internacional. Excetuando-se o pau-brasil e algumas “curiosidades” da terra, a nova colônia não era o mercado produtor ansiado.

18 Forais ou Carta Foral.

A constatação dessa realidade não implicou no abandono do novo território, para onde foram enviadas inúmeras expedições exploradoras e fiscalizadoras. Estabelecidos contratos com particulares para exploração e exportação de pau-brasil, aconteceram constantes visitas de esquadras que se dirigiam ao Oriente e que necessitavam reabastecer-se de água, alimentos e concerto das embarcações avariadas.

Entretanto, logo ficou constatado que as feitorias, pontos de armazenamento de produtos da terra, não era o sistema mais adequado em termos econômicos e militares. Era grande a extensão do litoral a ser defendido, o pequeno número de colonos instalados e sua fragilidade bélica, ante a ação simultânea de índios e corsários exigiam medidas mais eficazes, inclusive com o deslocamento de um contingente militar mais expressivo.

As primeiras medidas adotadas – o envio de Expedições Exploradoras¹⁹ e Guarda-Costas – também não foram capazes de resolver a questão que se agravava na medida em que a Corte francesa questionava mais duramente a validade do Tratado de Tordesilhas e a liberdade de comércio no Novo Mundo. Afrontando o poder português na América, os franceses atacavam feitorias, estabeleciam relações comerciais com os indígenas e até buscavam se instalar nos domínios lusos.

A alternativa foi estabelecer contratos de arrendamento de lotes e da exploração de pau-brasil a particulares, como foi o caso de Fernão de Noronha. Os arrendatários, em contrapartida, comprometiam-se a construir fortificações e pagar à Coroa parte dos lucros obtidos. Os investimentos feitos por esses arrendatários deveriam ser protegidos pelas expedições Guarda-Costas, que não corresponderam às expectativas por serem dispendiosas, arriscadas e não terem presença e atuação duradoura.

Finalmente, em 1530, o governo metropolitano optou por medidas mais efetivas de conquista e administração para a América portuguesa. Esta tendência acentuou-se quando se estabeleceu e fortaleceu a crise nas relações comerciais com o Oriente. A insatisfação dos governos locais com o domínio português expressava-se nos saques e ataques dos turcos e indianos às fortalezas do Oriente e de corsário às embarcações lusitanas, causando graves prejuízos aos mercadores e financiadores do empreendimento colonial.

¹⁹ Que teriam o objetivo de elaborar um mapa do litoral, de norte a sul das terras descobertas, e procurar metais preciosos.

A partir de então, a colônia americana passou a ser, apesar de suas limitações, no tocante a sua inserção de forma mais efetiva nas rotas de comércio, uma opção considerada com maior cuidado. Para que essas terras atendessem às necessidades do Império Português, urgia ultrapassar a etapa da exploração das riquezas naturais, pouco atrativas no mercado internacional, e a buscar novos produtos ou fazê-las produzir mercadorias valorizadas no circuito comercial.

Completando esse quadro, as notícias da presença e atuação dos franceses na Terra de Santa Cruz – estabelecimento de alianças e de relações de escambo com os indígenas, aos quais pagavam, inclusive com armas de fogo - tornavam-se um elemento constante nos relatórios apresentados pelos comandantes das expedições que percorriam o litoral da nova colônia. Crescia, portanto, a preocupação dos lusos ante a possibilidade de perderem o controle da situação.

Dois fatos contribuíram para a avaliação negativa das perspectivas das autoridades portuguesas. O primeiro foi o ataque realizado pelos franceses a uma feitoria em Iguaraçu²⁰ em 1531. Encontrando uma guarnição de apenas seis homens, tomaram o fortim e nele instalaram setenta homens armados.

Ao aportar em Málaga,²¹ em junho de 1532, para reabastecer, o comandante da Peregrina encontrou-se com a frota portuguesa que conduzia o Bispo Martinho, de Lisboa para Roma, onde atuaria como o embaixador de Portugal. O comandante da esquadra portuguesa constatou que a nau estava “entulhada com quinze mil toras de pau-brasil, três mil peles de onça, seiscentos papagaios e mil e oitocentas toneladas de algodão, além de óleos medicinais, pimenta, sementes de algodão e amostras minerais.”²²

A nau pertencente a Bertrand d'Ornesan²³ levava para a França o resultado das atividades de sua tripulação em Iguaraçu, autorizadas pelo Rei Francisco I, da França para atuar em Santa Cruz, apesar das advertências, conflitos e negociações estabelecidas com Portugal para que esse tipo de atividade fosse interrompido.

Enquanto a carga da Peregrina era apreendida, o capitão Pero Lopes de Sousa retomava a feitoria de Iguaraçu, prendia os soldados franceses e enforcava seu comandante. A notícia não acalmou o Rei Dom João III, que decidiu, ante o fracasso das

20 Localizado no atual estado de Pernambuco.

21 Porto mediterrâneo da Espanha.

22 BUENO, Eduardo. **Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores**. Objetiva. Rio de Janeiro, 1999. p.8

negociações diplomáticas, adotar a única alternativa possível: criar uma forma mais efetiva para que a França não se instalasse definitivamente na costa americana: viabilizar o empreendimento, efetivando o povoamento e colonização, garantindo a posse do novo território com a doação de lotes de terra e criando núcleos populacionais no litoral sob a responsabilidade de particulares.

Definir como realizar essa proposta tornou-se um tema relevante, pois era preciso não só cobrir as despesas geradas com os mecanismos de defesa da nova conquista como também tornar sua ocupação e exploração uma realidade que gerasse lucro e garantisse a continuidade do projeto imperial de fortalecimento de Portugal e de expansão do seu Império.

O enriquecimento da Europa, como um todo, e de Portugal, em particular, apresentava ampla perspectiva de se concretizar com a exploração das terras de além-mar. Essa visão foi determinante para a decisão da Coroa de optar pela implantação de atividades agrícolas voltadas para a geração de produtos destinados ao mercado internacional, reproduzindo, assim, o modelo econômico mercantilista em voga, que dava preferência à produção desse tipo de artigo e aplicação de capitais voltados para a criação de um fluxo permanente de bens destinados ao mercado europeu.²⁴

O modelo adotado para a América portuguesa reproduzia o modelo mercantilista inaugurado com a ocupação e utilização das ilhas atlânticas, porém houve que fazer adequações desse modelo ao aplicá-lo à realidade americana, visto que essas terras eram habitadas, o que exigia a incorporação de elementos administrativos adotados pelos portugueses nos numerosos entrepostos do litoral africano e do mundo indiano.

23 Nobre francês, Barão de Saint Blanchard e Almirante esquadra francesa no Mediterrâneo.

24 NOVAIS, Fernando A. **O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial**. In **Caráter e Natureza do Sistema Colonial Português**. FENELON, Dea Ribeiro [Org] 50 Textos de História do Brasil. Ed. HUCITEC. São Paulo, 1974. p.25.

A formulação da nova política para a América portuguesa foi apresentada em 1532 pelo Conde de Castanheira e foi denominada de Capitânicas Hereditárias.²⁵ Era a culminância de várias tentativas anteriores de elaborar um projeto capaz de garantir o domínio, a exploração das riquezas existentes e produtos agrícolas a serem produzidas no futuro e sua incorporação ao circuito da economia mercantil.

Apesar das especificidades, a forma de viabilizar o projeto econômico seguiu os padrões da época: controle total do sistema produtivo e comercial pelo governo metropolitano. Esta forma centralizadora de administrar também se refletiu na opção pela atividade econômica que deveria ser priorizada na América portuguesa: o plantio da cana-de-açúcar e a produção de açúcar para ser comercializado na Europa. Essa decisão indica que a metrópole, naquele momento, já conhecia bem a qualidade das terras que começava a controlar.

O clima quente e úmido, o solo de massapé e a abundância de rios permitiram realizar o sonho de consolidação da conquista, da atração de capitais, do envolvimento de particulares e do enriquecimento daqueles que controlavam o processo produtivo e comercial do novo produto. O sucesso do empreendimento atraiu a cobiça de outros países e de corsários europeus, obrigando o governo português a adotar medidas defensivas mais eficazes e voltadas para garantir a posse das terras e dos investimentos realizados.²⁶

A montagem dessa estrutura produtiva, administrativa e militar resultou, assim, na implantação de um sistema colonial calcado nos princípios de gestão de mecanismos de dependência criados para efetivar o controle metropolitano. Esses mecanismos expressavam-se no estabelecimento de regras políticas de controle efetivo sobre a atuação dos agentes coloniais e de determinações econômicas acerca da cobrança de impostos capazes de garantir a transferência permanente de renda para a metrópole e suas elites.

25 Esse sistema não pode ser confundido com o Sistema Feudal. Para Nelson Werneck Sodré, há “apenas semelhanças entre as capitânicas e o regime feudal.” (SODRÉ, Nelson Werneck. Formação da Sociedade Brasileira. Livraria José Olímpio Editora. Rio de Janeiro, 1944. p.66). Enquanto que para Andrade os “feudos procuravam se auto-abastecer, preocupando-se pouco com o comércio exterior; aqui, se desenvolveria principalmente a agricultura canavieira, cuja produção – o açúcar – se destinava à exportação.” (ANDRADE, Manuel Correia de. **Economia pernambucana no século XVI**. Ed. Universitária da UFPE. Recife, 2003. p.26).

26 FURTADO, Celso. **Fatores do êxito da empresa agrícola**. In **Caráter e Natureza do Sistema Colonial Português**. FENELON, op. cit. p.30.

Dessa forma, o empreendimento colonial tornou-se crescentemente complexo, exigindo cada vez mais a atuação do Estado como agente controlador e estimulador da conquista e administração de sua colônia. Era preciso, como afirma Paraíso:²⁷

pensar e projetar investimentos e ações governamentais, referendadas pelo poder que detinha, materializados conjuntamente pelo Estado e por particulares a ele associados, os quais se engajavam ao projeto colonial estabelecido de forma a viabilizá-lo. A concretização desses objetivos exige soluções rápidas e criativas ante o desconhecido e uma grande capacidade de manipular o oponente da forma mais adequada aos interesses do empreendimento.

No caso da América, a conquista ocorreu graças à confluência de investimentos da Coroa, de seus súditos e de banqueiros genoveses, flamengos e alemães, estabelecidos através de contratos firmados entre as partes. A intervenção do Estado ocorria tanto no momento do estabelecimento do contrato como posteriormente, ao ordenar/controlar e ao determinar as regras de exploração e ocupação dos novos espaços e das relações a serem estabelecidas com as populações contatadas e com o próprio governo português. Esse ordenamento permitia que o espólio conquistado fosse inserido em circuitos comerciais sob a forma de mercadoria e viesse a beneficiar o Estado e as elites metropolitanas.

O tamanho e a localização dos lotes foram definidos a partir das informações produzidas pelos comandantes das várias Expedições Exploradoras e Guarda-Costa e verificadas por Martim Afonso de Sousa em 1533. As terras coloniais da América foram divididas em quinze lotes de terra com 50 ou 100 léguas de costa cada uma e doadas em caráter hereditário²⁸ aos donatários, membros da pequena nobreza e altos funcionários com experiência na conquista e administração de colônias na África e Ásia e, no caso de Pero Góis, por haver retomado a feitoria de Iguaraçu sob controle dos franceses. Explica-se o desinteresse da nobreza em participar diretamente do empreendimento pelas dificuldades e pelo risco a serem enfrentados: a vastidão do território, a distância da metrópole, a presença dos indígenas e de corsários franceses, bem como a necessidade de serem realizados altíssimos investimentos.

27 PARAISO, M H B. **O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste.** Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998. p.902.

28 “As capitâneas-donatarias eram hereditárias, inalienáveis e indivisíveis e estavam sujeitas a regras especiais de sucessão dentro da mesma família....” In COUTO, Jorge. **A Construção do Brasil. Ameríndios, Portugueses e Africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos.** Edições Cosmos. Lisboa, 1995. p.223.

Os donatários, cujos documentos reguladores de seus direitos e deveres eram definidos por Carta de Doação²⁹ e pelo Foral³⁰, representavam em suas capitânias a Espada e a Cruz, os dois símbolos associados da conquista das novas terras pelo Estado, através do uso das armas, e pela Igreja, através da pregação religiosa. Eles deveriam, portanto, promover a colonização e administrar seu lote de terra, inclusive com a concessão de sesmarias³¹, o que reforçava a política lusa de controlar o acesso à terra.

Nos núcleos criados nessas sesmarias, após avaliação dos capitães, poderiam ser erigidas em povoações e vilas. Os donatários podiam, ainda, nomear alcaides-mores, ouvidores, meirinhos e tabeliões, aplicar a justiça, inclusive, com o poder de decretar a pena de morte para escravos, índios e homens livres. Complementando essas atividades político-administrativas, os capitães eram responsáveis pela disseminação da fé católica e pela defesa do território dos ataques de estrangeiros e de indígenas.

Impulsionados pelo desejo de novas oportunidades e fascinados com a possibilidade de encontrar riquezas, esses homens aceitavam viver em uma região distante do seu país, onde podiam exercer seu poder e enriquecer, devendo respeitar as determinações legais, como as do âmbito fiscal.

“D. João III consignou à Coroa o dízimo do pescado, dos produtos exportados para fora do reino e das mercadorias importadas do estrangeiro; o quinto da pedraria e dos metais preciosos e não preciosos, bem como o monopólio do pau-brasil. O monarca optou por conceder aos capitães governadores uma significativa parcela dos tributos, de modo a compensá-los do enorme investimento inicial e, também, de lhes proporcionar meios financeiros adequados a prossecução de tão vultuoso empreendimento.”³²

29 Documento legal de doação de terras e títulos de capitão/governador. A Carta de Doação era o documento pelo qual o rei concedia a terra e definia os seus direitos sobre a propriedade. “que da dita terra lhe tendo passado, e por ser muito necessário haver ahi foral dos direitos, foros, tributos e cousas, que se na dita terra hão de pagar, assi do que á mim e á corôa de meus reinos pertence, como do que pertence ao dito capitão e bem da dita doação...” In ACCIOLI, I e AMARAL, B. **Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia**. V..I. Imprensa. Oficial. Salvador – Ba, 1919-1940. p.195.

30 A Carta Foral determinava os direitos e deveres dos donatários como administradores.

31 Sesmarias eram lotes de terras doadas pelo donatário aos colonos (sesmeiros) dos quais se exigia serem cristãos, que as solicitassem e se dispusessem a pagar taxas e tributos ao Rei e à Ordem de Cristo e fazer produzir a terra, aplicar a justiça, cobrar impostos, parte dos quais cabia à Coroa. Seus direitos eram semelhantes aos concedidos aos donatários. Para obterem uma sesmaria ou ampliá-la, os colonos podiam solicitá-la diretamente a Lisboa, alegando serviços prestados e as guerras feitas aos índios, como o fizeram Garcia d'Ávila e Caramuru.

32 COUTO, op. cit. p. 225.

Apesar dos esforços para alcançar o sucesso, a tarefa revelou-se demasiadamente pesada, levando ao fracasso a grande maioria das capitanias. Era difícil para os donatários e colonos adaptarem-se às condições climáticas e a um tipo de vida totalmente diferente do da Europa. Além disso, o alto custo do investimento não trazia retorno imediato. Diante de tantos problemas, a maioria das capitanias não prosperou, sendo que algumas sequer foram ocupadas.

Alguns dos donatários tiveram destino trágico. Foi o caso de Aires da Cunha, do Maranhão, morto em naufrágio; de Pero do Campo Tourinho, de Porto Seguro, acusado pelo filho de heresia, razão pela qual foi preso pelos seus próprios colonos e enviado para inquisição em Portugal; Vasco Fernandes Coutinho, do Espírito Santo, que se viciou em tabaco e bebida, o que o fez perder o controle sobre a sua capitania, onde investira todos os seus bens, tendo falecido em Portugal na mais completa pobreza, e Francisco Pereira Coutinho que pagou com a própria vida tal investida desbravadora.

Poucas capitanias obtiveram sucesso, destacando-se as de São Vicente e Pernambuco, apesar de seus capitães enfrentarem problemas comuns. No caso de São Vicente, seu donatário sequer se fez presente e na de Pernambuco, as reclamações de Duarte Coelho eram constantes. O relato de suas aflições está expresso em cartas, como a enviada ao rei D. João III, em dezembro de 1546, na qual afirmava; “Somos obrigados a conquistar por polegadas a terra que Vossa Alteza nos fez mercê por léguas.”³³

Outro conjunto de fatores explica a desestruturação do sistema de capitanias hereditárias: a má administração de alguns donatários, a estrutura social excludente e hierárquica implantada; a hostilidade dos índios insatisfeitos com o avanço sobre suas terras e com o regime de trabalho que lhes era imposto; a alta taxa de mortalidade entre os povos indígenas, particularmente, os escravizados; as grandes extensões das terras a administrar; o povoamento rarefeito; os atritos entre os donatários pela falta de recursos; a distância entre a colônia e a Metrópole, e a difícil comunicação entre as capitanias.

Um exemplo dramático de má administração foi o da capitania da Baía de Todos os Santos, de propriedade de Francisco Pereira Coutinho, descrito como um “fidalgo mui honrado, de grande fama e cavalarias na Índia, o qual veio em pessoa com uma grande armada à sua custa, no ano do nascimento do Nosso Senhor de 1535. Da

33 Carta de Duarte Coelho para o Rei. In BUENO, op. cit. p.12

Baía para dentro se fortificou, na pequena enseada da Barra, onde agora chamam a Vila Velha.”³⁴

Apesar dessa descrição positiva de Frei Vicente, Coutinho, também chamado de Rusticão, não demonstrara ser um hábil político ou negociador quando atuara na Índia. Membro da esquadra comandada pelo Marechal Fernando Coutinho, o futuro donatário da Bahia, participou da administração de Calecute, da conquista de Goa, foi capitão em Cochin e serviu na armada estacionada em Ormuz. Desentendeu-se, em 1514, com seu comandante Cristovão de Brito, na Índia, quando foi acusado de ser o responsável pelo naufrágio de um dos navios e tendo sido obrigado a regressar a Lisboa. Ao receber sua sesmaria, Coutinho se desfez de todos os seus bens em Santarém e partiu para tomar posse de um lote que possuía 50 léguas de comprimento e se localizava entre a foz do rio São Francisco e a do Jaguaripe.

O donatário desembarcou, no ano de 1536, em um local que ficava a menos de um quilômetro da Ponta do Padrão. Nesse local viviam Diogo Álvares Correia, o controvertido Caramuru, seus parentes e aliados tupinambás. O “Rusticão” iniciou, de imediato, a construção de um povoado e de residência fortificada na qual colocou artilharia voltada para o mar no local que lhe pareceu conveniente para ter um porto e defendê-lo. Impressionado com as dimensões da grande Baía de Todos os Santos³⁵, a qual considerava como um outro porto seguro, o donatário deliberou por denominar de Bahia a sua capitania, medida considerada como adequada, anos mais tarde, por Frei Vicente de Salvador que assim a descreveu:

Toma esta Capitania o nome da Bahia por ter uma tão grande que por antonomásia e excelência se levanta com o nome comum e apropriando-se a si se chama a Bahia, e com razão, porque tem maior recôncavo, mais ilhas e rios dentro de si que quantas são descobertas em o mundo, tanto que, tendo hoje cinqüenta engenhos de açúcar, todos tem seus esteiros e portos particulares; nem há terra que tenha tantos caminhos, por onde se navega. As ilhas que dentro de si tem, entre grandes e pequenas, são trinta e duas: só tem um senão que é não se poder defender a entrada dos corsários, porque tem duas bocas ou barras uma dentro da outra: a primeira a leste da ponta do padrão da Bahia, ao morro de São Paulo, que é de doze léguas, a segunda, que é a interior, do sul da dita barra ou ponta do Padrão à ilha de Taparica, que é boça de três léguas.³⁶

34 SALVADOR, Vicente [Frei]. **História do Brasil - 1500-1627**. Edição revista por Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Frei Venâncio Wileke. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982. p.126/127

35 A Baía de Todos os Santos é a maior reentrância da costa brasileira, tendo 1.052 km², abriga 56 ilhas, vários rios e riachos de água doce, sendo os principais; o Paraguaçu e o Subaé. É a maior baía navegável do Brasil, local estratégico e ponto chave nas terras Brasileiras.

36 SALVADOR, op. cit. p.125

A preocupação com a segurança do empreendimento, também destacada em 1548, quando a mesma região foi escolhida para sediar a capital da América portuguesa, encontrava respostas nas características da Baía de Todos os Santos por ser espaçosa e “tão ampla a barra que por ela pode entrar uma armada emparelhada”³⁷, devendo-se ter cautela com o baixo de Santo Antônio, por causa dos bancos de pedras e areias.

Apesar de encontrar uma área em aparente tranqüilidade, logo Coutinho entrou em conflito com os colonos europeus, que já viviam ali liderados por Caramuru e envolvidos com o comércio ilegal de pau-brasil com os franceses, e com os tupinambás, insatisfeitos com as restrições à continuidade do escambo de madeira e com as novas relações de trabalho, calcadas na escravidão e na exploração excessiva de seu trabalho.

Na descrição de Azevedo³⁸, o “Rusticão” perdeu a autoridade “sobre os seus súditos e com isso as represálias dos indígenas amiudavam em brigas e assaltos que traziam continuamente, sobressaltadas e inseguras a vila.” As dificuldades iniciais na implantação do empreendimento, a falta de habilidade no trato com os tupinambás e os atritos³⁹ com Caramuru levou-o a derrota.

... Incapaz de ajustar-se perfeitamente à nova ordem de coisas, compreende-se que o Rusticão começasse a desconfiar de suas atitudes (Caramuru), “tomando com efeito de rivalidade e afeição que para este notava nos índios”. Em consequência passou a prática de violências. Finalmente levou à prisão. E consta pela tradição que por vingança Catarina levantou as tribos da região contra o donatário.⁴⁰

Esse casal atuou de forma decisiva no fracasso de Coutinho. Caramuru ou Diogo Álvares Correia sempre se disse um naufrago português, embora se avenge a possibilidade de ter sido gallego⁴¹ e de ter chegado a Salvador em uma armada francesa e permanecido como representante dos interesses de comerciantes daquela nação junto aos tupinambás da Baía de Todos os Santos.

37VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no Século XVIII. Notas de Braz do Amaral**. Editora Itapuã, Coleção Baiana. Volume I. Salvador, 1969. p.213

38 AZEVEDO, Thales. **O Povoamento da Cidade do Salvador**. Editora Itapoã, Coleção Baiana. Salvador, 1969. p. 123.

39 “No começo as relações entre Pereira Coutinho e Caramuru eram cordiais ou, na pior das hipóteses pacíficas, tanto que os indígenas se mantinham submissos e respeitosos com o donatário e 2 moços que vieram com ele.....Caramuru por sua vez cooperava na fixação dos colonos mostrando-lhes os lugares mais convenientes à lavoura, os rios e córregos dos arredores da cidade e lhes fornecendo gêneros alimentares.” AZEVEDO, op. cit. p.110

40 AZEVEDO, op. cit. p.112

41 TOURINHO, Pero de Campo. Carta enviada ao Rei em 28/07/1546 de Porto Seguro. In ACCIOLI, I. e AMARAL. B. v.I. op. cit. p.199.

Vivendo entre os indígenas, provavelmente desde 1510, Correia teria estabelecido aliança com as várias aldeias permitindo-lhes o acesso a armas de fogo, fazendo escambo e casando-se com filhas das principais lideranças. Pelas regras do cunhadismo vigentes nas sociedades Tupi, essa forma de inserção social garantiu-lhe o apoio dos cunhados, prática comumente adotada pelos colonos no século XVI. Os cunhados eram usados para garantir a segurança, obter trabalhadores para as atividades econômicas e atuarem como pombeiros. Daí porque Paraíso⁴² destaca o casamento como estratégia de dominação e construção de alianças as quais possibilitaram a permanência do conquistador no novo território. Caramuru, assim como tantos outros colonos, souberam usar esse traço da organização social tupi em benefício próprio.

A presença de Caramuru foi registrada por portugueses em 1531 e por náufragos espanhóis em 1535 e sua associação com os franceses fica evidente quando da sua viagem a Saint Malô, na França, a bordo da nau de um comerciante de pau-brasil. Naquela oportunidade, após ter sido carinhosamente recebido pelo rei Henrique II, uma de suas mulheres foi batizada com o nome de Catarina em homenagem à esposa do principal revendedor da madeira naquele país. Também chama a atenção o fato de Caramuru ter estabelecido um acordo com os franceses de devolver os dois navios que o transportariam de volta a Vila Velha carregados com pau-brasil e outros gêneros da terra.

A presença de franceses da Normandia e Saint Malô comercializando nas áreas da Baía de Todos os Santos, Porto Seguro e Fernando de Noronha antes de 1503 é indicada por Artur Neiva⁴³ que usou os registros apresentados por Paulmier de Gonneville, na França. As mesmas referências são feitas por jesuítas e por Gabriel Soares de Sousa⁴⁴ e confirmadas pela toponímia na área da Grande Salvador, que inclui localidades como ilha dos Franceses, Aldeia dos Franceses (termo que aparece na sesmaria de Itapuã concedida por Tomé de Sousa), Porto dos Franceses (Praia do Forte) e a Mariquita, no Rio Vermelho. É também significativo o apelido de Francês atribuído a Caramuru.

42 PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. **A visão indígena e portuguesa na descoberta do Brasil – a formação da primeira família brasileira.** In Revista da Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória da Bahia. EGBa, ano V, nº 5. Salvador, 2000.

43 NEIVA, Artur. **Diogo Álvares Caramuru e os franceses. Existência do Pau-Brasil na capitania de Francisco Pereira Coutinho.** (um livro em preparação) In Revista Brasileira (publicada pela Academia Brasileira de Letras), Rio de Janeiro, número 03, ano 1.p.185-210. Dezembro de 1941.

44 SOUSA, Gabriel Soares de. **Notícia do Brasil.** Martins Fontes. São Paulo, 1943.

O comércio de pau-brasil comandado por Correia, segundo, Frei Vicente do Salvador⁴⁵ e Simão de Vasconcelos⁴⁶, também era exercido nas matas da embocadura do rio Paraguaçu, em Tatuapara, Boipeba e em Tinharé, como registrou Navarrete, ao relatar o ataque sofrido pela frota de Acunã, em 1526, naquele local, e às negociações estabelecidas pelo Caramuru para garantir a vida e liberdade dos sobreviventes da esquadra espanhola.⁴⁷

É também nebulosa a razão do conflito entre os tupinambás, Caramuru e os moradores que viviam com Francisco Pereira Coutinho. A rivalidade decorria da disputa de mão-de-obra indígena ou o comércio com os franceses era outra razão de discórdia? Para autores como Accioli, Amaral⁴⁸ e Varnahagen,⁴⁹ esses moradores - marinheiros fugidos dos navios que navegavam para as Índias ou dos que se dedicavam ao tráfico de pau-brasil - teriam sido os principais responsáveis pelo incitamento dos índios contra o donatário, por não estarem satisfeitos com suas tentativas de restringir o tráfico de madeira com os franceses.

Accioli e Amaral⁵⁰ atribuem a Catarina Álvares o papel de articuladora da aliança entre várias aldeias tupinambás contra o donatário quando da prisão de Caramuru por Coutinho em um navio ancorado no porto. Ela também teria comandado a insurreição, em 1545, da qual resultou a fuga do capitão para Ilhéus e sua morte em Itaparica, onde naufragou. Catarina também teria levado a cabeça do triunfo para Vila Velha e entregue aos vitoriosos.

Já Neiva afirma que Caramuru e Coutinho eram sócios no contrabando de pau-brasil, razão pela qual o próprio Correia negociara o acolhimento do Rusticão em Porto Seguro, fora buscá-lo e recolhera seus despojos em Itaparica. É, porém, significativo que Caramuru não tenha acompanhado o Donatário em seu exílio em Porto Seguro e que, só após a morte de Coutinho, tenha comunicado a Pero de Campo Tourinho a presença de franceses na Baía de Todos os Santos e o ataque que realizaram na vila do Pereira de onde retiraram os canhões e demais armas de defesa que ali havia.⁵¹

45 VASCONCELOS, S de. **Crônica da Companhia de Jesus no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977. p.190-5. SALVADOR, op. cit. p 112-4; 143-4.

46 VASCONCELOS, op. cit. 1977. p.190-5.

47 NEIVA, op. cit, p. 193-7; 204

48 ACCIOLI, I. e AMARAL. B. op. cit. v.I p.199-200.

49 VARNHAGEN, F. **A História geral do Brasil**. Notas de Rodolfo Garcia. Melhoramentos/INL/MEC. São Paulo, 1975.

50 ACCIOLI, I. e AMARAL. B. op. cit. v.I. p.158-60.

51 NEIVA, op. cit. p. 201.

Jaboatão, conforme transcrição realizada por Accioli e Amaral,⁵² atribui a revolta a morte do filho de um dos “principais” de uma aldeia tupinambás, o que teria motivado a aliança entre os demais líderes. A ação dos índios resultou na queima de fazendas e engenhos, morte de portugueses e no confinamento do donatário na Vila. Sem poder ter acesso a mantimentos e água, Coutinho optou por se retirar para Porto Seguro. Sua decisão de retornar a Vila do Pereira teria ocorrido após ter sido negociada a paz com os tupinambás. Essa outra versão aponta para a possibilidade do donatário da Bahia também estar envolvido na venda de escravos indígenas, o que, aliás, era legalmente permitido desde que respeitados determinados limites numéricos.

A conturbada trajetória de Correia ultrapassou esse episódio. Após auxiliar Tomé de Sousa na escolha do local e na instalação da fortaleza do Salvador, provavelmente por e para continuar seu comércio de pau-brasil com os franceses, retirou-se para sua sesmaria em Tatuapara de onde fornecia víveres – farinha, madeiras e carne de porco – e embarcações para os moradores da capital. Confirma-se essa atuação através do documento enviado, em setembro de 1552, pelo Provedor para o Tesoureiro, determinando o pagamento de um caravelão adquirido por Sua Alteza por quinze mil reis⁵³ e dos víveres fornecidos - Provisão de setembro de 1552 - pelos quais o Tesoureiro pagou em resgate,

Vinte e nove machados, cento e noventa e três foices, vinte e sete podões, nove cunhas cinco de quarenta reis cunha, e quatro de trinta reis, sete machadinhas dezessete facas de dez em tara, sete pentes, cinco tesouras, mil e quinhentos anzóis de dois a real, que se gastou, e dispendeu em Tatuapara por compra de quatrocentos, e cinqüenta sírios, que lançaram quatrocentos, e sessenta, e cinco alqueires de farinha medidos pela medida da terra, e por duas pipas de carne de porco.⁵⁴

Segundo Paraíso⁵⁵, na verdade, as diversas versões acerca da revolta, ao invés de serem excludentes devem ser vistas como complementares. O fato incontestável, porém, é, como afirma Frei Vicente do Salvador⁵⁶: “e desta maneira acabou Francisco Pereira Coutinho com todo seu valor e esforço, e sua capitania com ele.” Ante o acontecido e a

52 JABOATÃO, Frei Antônio de. **Novo Orbe Seráfico Brasileiro**. Estancia VII. In ACCIOLI, I. e AMARAL. B. op. cit. v.I. p.188.

53 Mandado passador pelo Provedor-mor para o Tesoureiro João Araújo. In Mandados, Alvarás, Provisões e Sesmarias. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Ministério da Educação e Saúde. v. XXXVIII. Rio de Janeiro, 1937. Doc. 1179. p.78.

54 Mandado do Provedor-mor para o Tesoureiro João Araújo. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc. 1188. p. 81-82.

55 PARAISO, op. cit. 2000. p.79 -98.

56 SALVADOR, op. cit. p.127

falência do empreendimento, a família do donatário deliberou pela venda da Capitania da Bahia à Coroa, que usou suas terras para implantar seu novo projeto administrativo - a criação do cargo de governo geral - e construção de uma capital administrativa na América.

O local escolhido pelo governador e seus acompanhantes para a instalação da cidade deveu-se a um conjunto de fatores, como a dimensão da Baía de Todos os Santos e sua localização. Porém, há que se considerar o caráter simbólico de montar tal estrutura na capitania cujo capitão havia sido recentemente massacrado pelos índios em revolta. Tal ato, em um momento altamente conturbado por revoltas indígenas, não deixa de ser uma demonstração aos revoltados de que o empreendimento colonial não seria abandonado, aos capitães e colonos que a Metrópole não desistiria do projeto e aos investidores lusos e estrangeiros que, em longo prazo, suas aplicações estavam asseguradas.

4. O Governo Geral e a solidificação da conquista

A instalação do Governo Geral não significou a extinção do sistema de capitanias hereditárias. Antes de qualquer coisa, o novo sistema administrativo foi pensado para solucionar as graves questões enfrentadas pelos donatários e que haviam resultado no total caos administrativo, na falência dos empreendimentos, na fuga de colonos, nas revoltas indígenas e no aumento dos ataques franceses.

Vários fatores explicam a necessidade de intervenção da Coroa. As dificuldades enfrentadas pelos donatários iam desde a grande dimensão das terras, as enormes distâncias a serem percorridas, o povoamento rarefeito e o desconhecimento do meio ambiente, além de que os donatários teriam, simultaneamente, de organizar a produção, o comércio e o ordenamento econômico, político e social.

A constância dos conflitos com as populações indígenas resultava da violação dos seus territórios com o deslocamento da fronteira agrícola e demográfica para a implantação da lavoura de cana e engenhos, da instalação de novas formas compulsórias de relações de trabalho, que violavam a divisão de trabalho e a cultura indígena. Esses grupos também se insurgiam contra a imposição de transformações culturais, visando

adequá-los e inseri-los compulsoriamente como mão-de-obra nas atividades da nascente produção agrário-exportadora.

Nesse quadro de expropriação, os índios perceberam que as alianças que haviam estabelecido com os portugueses não implicavam em reciprocidade. Ao invés de aliados para suas guerras com os oponentes, continuavam a ser escravizados, aldeados e haviam se transformado em capturadores de inimigos e fornecedores de escravos aos colonos, desrespeitando as determinações rituais.

A desorganização do sistema produtivo das sociedades indígenas inviabilizou sua sobrevivência como sociedades autônomas, acentuou a dependência para com os bens produzidos ou comercializados pelos portugueses e fez com que a fome e a morte se instalassem nos aldeamentos. Para os índios, a única forma de romper esse ciclo era a rebelião e a volta à antiga condição de autonomia.

A subordinação da população nativa era essencial para levar em frente o projeto colonial, garantir o sucesso do empreendimento português e os investimentos de particulares: súditos e banqueiros internacionais. As antigas relações de escambo não mais se adequavam às novas exigências do modelo agro-exportador que dependia da participação eventuais de aliados, parceiros comerciais e cunhados.

Para os portugueses, a convivência pacífica com índios era essencial enquanto se adaptavam ao novo ecossistema, conheciam plantas comestíveis e medicinais; as boas madeiras; como dormir em redes; caçar; pescar e cultivar a terra. No entanto, passados os primeiros tempos de paz, “começou o desanimo, entregando-se os colonos, como acontecia em todas as outras capitâneas, aos abusos que de ordinário os colocavam em conflito.”⁵⁷ Em decorrência,

entre esses grupos, passava a predominar um sentimento de perplexidade e de despossessão. Trata-se da destruição do seu universo tradicional e da sua auto-imagem positiva, como decorrência do estabelecimento de relações hierarquizadas e dominadoras. Constantes pilhagens, massacres, deslocamentos forçados, escravização e perda das terras eram vistos como sinais indicativos da destruição do mundo que conheciam e dominavam.⁵⁸

57 História do Exército Brasileiro: Perfil Militar de um Povo. Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Edição do Estado Maior do Exército.. v. 7. Brasília e Rio de Janeiro, 1972. p.30.

A destruição também se expressava na impossibilidade de vencerem as escaramuças, pois a guerra, feita à maneira do português com as estratégias de combate e as armas eram desconhecidos por eles, fugindo a toda lógica de enfrentamento dos tupinambás, que conheciam o cerco, a queima de aldeias, a destruição de roças. Com a chegada do português houve uma nova destinação dada aos guerreiros aprisionados – as propriedades dos colonos ao invés dos pátios das aldeias, onde deveriam ser sacrificados para a glória do vencedor e do sacrificado. Também suas mulheres e filhos eram destinados ao cativo, atitude inconcebível pelos seus padrões sociais.

Ante esse quadro, o Padre Anchieta informava que os índios passaram a repudiar a amizade dos portugueses. “Dantes muito amigos dos portugueses, se levantaram contra por grandes agravos e injustiças que lhes fizeram, e receberam dos franceses, dos quais nenhum agravo receberam.”⁵⁹ Interessados em obter escravos e indiferentes às reações indígenas, os colonos persistiam na política de acirrar os conflitos intertribais e com os colonos das capitanias vizinhas.

As revoltas tornaram-se comuns na colônia portuguesa: Bahia, em 1545, e São Tomé na capitania do Espírito Santo e Porto Seguro em 1546. Os resultados das revoltas apontavam de forma preocupante a vulnerabilidade dos estabelecimentos litorâneos aos ataques indígenas e aos dos franceses, além de ameaçarem investimentos feitos e representarem perda da vida de moradores. Os constantes saltos⁶⁰ dos donatários e dos colonos das Capitanias vizinhas às aldeias indígenas acentuavam os conflitos, a anarquia interna e entre as capitanias, impossibilitando o sucesso do empreendimento colonial e colocando em risco não só os projetos da Coroa como também os dos colonos.⁶¹

Ante o clamor dos donatários e dos colonos, o governo metropolitano deliberou pela criação do Governo Geral, mais uma tentativa de efetivar os projetos de povoamento e colonização, de coordenar as forças defensivas terrestres e navais, direcionar as ações coletivas para o mesmo objetivo - colonizar e garantir a posse da terra conquistada -, eliminar os conflitos entre os capitães e, assim, solucionar as ameaças internas aos seus empreendimentos. O delegado régio se responsabilizaria,

58 PARAÍSO, op. cit. 1988. p.2

59 ANCHIETA, [Pe.] José de. **Cartas, Informações, Fragmentos históricos e Sermões**. Academia Brasileira de Letras. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1933. p.310-311

⁶⁰ Saltos: denominação usual no século XVI dos ataques realizados pelos colonos às aldeias indígenas em busca de escravos.

⁶¹ PARAISO, op. cit. 1998.

ainda, por montar as estruturas político-administrativa, judicial, fiscal e militar diretamente ligada a Lisboa.⁶²

O Regimento do Primeiro Governador, Tomé de Sousa, elaborado em 1548, deixa clara as orientações que corroboram esse diagnóstico feito por vários autores. A concretização dos objetivos estabelecidos pressupunha a superação do problema indígena através da conciliação de dois projetos e necessidades distintas: instaurar a paz, solidificando o povoamento e a colonização, através da constituição de aliança com os índios, e garantir trabalhadores aos colonos. Por isso, procurava criar mecanismos de controle dos saltos e dos preamentos, transformando-os em objeto de decisão governamental.

Destaca-se, ainda, a preocupação, expressa no mesmo Regimento, de implantar efetivo controle administrativo das atividades produtivas iniciadas por particulares e manter o domínio pleno sobre suas possessões.

A solução para a questão indígena exigia o estabelecimento de regras precisas de relacionamento entre moradores e grupos indígenas e propunha que estes fossem classificados em duas grandes categorias - os aliados e os inimigos. O tratamento a ser dispensado era definido de acordo com a disposição ou não desses grupos estabelecerem alianças com os colonizadores e em se atenderem às suas exigências.

Aos aliados era garantida: liberdade, remuneração pelo trabalho contratado, terra para aldeamentos e proteção. Em contrapartida, a metrópole esperava pacificar os ânimos e transformar esses grupos indígenas em combatentes defensores do projeto metropolitano. Os que se recusassem a aceitar as imposições coloniais seriam escravizados e entregues aos colonos ansiosos por trabalhadores em suas propriedades.

O Governador Tomé de Sousa⁶³ chegou à Bahia em 1549 com uma armada militar

de três naus, duas caravelas e um bergantim em que se embarcaram os fundadores em Lisboa, em 01/02/1549. Luís Dias acompanhou-o como mestre das obras. Desembarcaram na Vila de Pereira Coutinho com toda a gente, bem armados os de guerra, com huma bem ordenada marcha e os mais em composta e devota procissão.⁶⁴

62 ABREU, J. **Capistrano de. Capítulos de história colonial - 1500-1800**. Belo Horizonte: Itatiaia; Edusp São Paulo, 1988. p. 89-90.

63 "Fidalgo prudente e muy exercitado nas guerras de Africa e India, nas quaes se houvera como cavalleiro e esforçado. JABOATÃO. In ACCIOLI, I. e AMARAL. B. v.I. op. cit. p.295

64 SILVEIRA, Luis da. **Ensaio Iconográfico das Cidades Portuguesas de Além Mar**. Lisboa, Ministério do Ultramar, s.d. v.4. p. 295;542.

Além dos futuros colonos e administradores, acompanhavam o governador militares e religiosos da recém fundada Companhia de Jesus. Esses missionários haviam assumido a responsabilidade de velar pela manutenção da fé católica e dos bons costumes pelos portugueses e de evangelizador dos índios “porque a principal cousa que memoveo a mandar povoar as ditas terras do brasil foi para qua a gente della se convertesse a nossa santa fé católica.”⁶⁵

Liderados pelo padre Manuel da Nóbrega, os inacianos deveriam controlar os tupinambás revoltados e transformá-los em bons cristãos, aliados da Coroa, súditos dóceis, trabalhadores preparados para usar as novas técnicas agrícolas e soldados de defesa das povoações e das propriedades dos colonos dos ataques de outros índios e de franceses.

A atuação dos inacianos e de missionários de outras ordens religiosas resultou em transformações na estrutura social e política das sociedades indígenas ao imporem novas regras de comportamento que iam desde a proibição do estado de guerra, dos casamentos poligâmicos à prática da antropofagia, do descrédito de seus sacerdotes e líderes à imposição da religião católica e ao ensino de técnicas agrícolas européias.

Após os acontecimentos que resultaram na morte de Coutinho, a Bahia vivia em um clima de aparente tranqüilidade, o que explica as afirmativas de Nóbrega ao desembarcar:

Achamos a terra de paz e quarenta ou cinqüenta moradores na povoação que antes era; receberam-nos com grande alegria e achamos uma maneira de igreja, junto da qual logo nos aposentamos os padres e irmãos em umas casas a par dela, que não foi pouca consolação para nós para dizermos missas e confessarmos.⁶⁶

Em uma demonstração da razão de sua presença e da tomada de posse do território pela Igreja Católica e como forma ritual de atrair a proteção divina, os jesuítas organizaram uma procissão, “levando hum arvorada huma grande e formosa Cruz, acompanhada de muitas lagrimas, causadas nos cathollicos de gostosa alegria de verem o que desejavão, e nos gentios, pondo-os em confusa admiração do que vião e muito temor.”⁶⁷

65 Regimento de Tomé de SOUZA. In ACCIOLI, I. e AMARAL. B. op. cit. v.I. p..269

66 NÓBREGA, Manuel da. **Cartas Jesuíticas I. Cartas do Brasil – 1549-1560**. Biblioteca de Cultura Nacional. Academia Brasileira. Rio de Janeiro – 1931. p.71

67 JABOATÃO. In ACCIOLI, I. e AMARAL. B. v.I. op. cit. p.295.

Depois do descanso necessário e dos primeiros contatos com portugueses e indígenas, Luís Dias preocupou-se de imediato em definir segundo as traças que trouxe de Portugal o local aonde viria a ser construída a cidade fortaleza. Esse local deveria atender às necessidades de facilitar a defesa contra ataques por mar e por terra e, para garantir o sucesso do empreendimento e a segurança de seus moradores, o espaço deveria assegurar o imediato abastecimento de víveres e água para o caso de vir a ser sitiada.

Após a visita de vários pontos da região, os responsáveis pela administração e pela construção da cidade fortaleza optaram pela alta escarpa em um local estrategicamente situado que permitia um bom controle da movimentação de naus no interior da Baía de Todos os Santos.

Capítulo II

1. Construindo a cidade e a fortaleza.

1.1. O governo geral e as determinações para a construção da fortaleza

Ante o quadro de insegurança que ameaçava o empreendimento colonial na América portuguesa, a administração metropolitana deliberou pela criação do governo-geral e pela construção de uma capital suficientemente fortificada e capaz de oferecer segurança ao corpo de administradores que, sob a coordenação do governador-geral, o representaria e administraria as novas terras em seu nome.

A autoridade do governador superava a dos donatários que, a partir de 1549, tiveram seus poderes limitados “no crime como no civil, que se seguiam os grandes incommodos e notaveis violencias que o tempo havia mostrado pelo muito poder e absoluta independencia com que as governarão.”¹ Esse quadro remetia às preocupações expressas por Luís de Góes:

Vossa Alteza perderá a terra e [com] isto perca pouca a ventura a perder muito, porque não está em mais de serem os franceses senhores dela, que em se acabarem de perder estas capitánias que ficam, e de ter eles um pé no Brasil de modo onde queiram e podem ter o outro.²

As determinações presentes no Regimento, de 17 de dezembro de 1548, e que ficou conhecido pelo nome do primeiro governador, definiam os moldes da fortaleza a ser construída:

ordenei ora de mandar nas ditas terras ffazer hua fortaleza e povoação grande e forte em hum lugar conveniente para dahy se dar favor e ajuda as outras povoações e se menistrar justiça e prover nas causas que cumprirem a meu serviço e aos negocios de mynha fazendo e a bem das partes e por ser enformado que a Bahia de Todolos Santos he o lugar mais conveniente da costa do Brasil para se poder fazer a dita povoação e asento asy pela desposição do porto e rios que nella entrão como pela bondade abastamça e saude da terra e por outros respeitos ay por meu serviço que na dita Bahia se faça a dita povoação e sento.³

1 JABOATÃO. In ACCIOLI, I. e AMARAL. B. op. cit. v.I. p.295

2 DIAS, Luis. Carta a el-Rei. 12 de maio de 1548. In ACCIOLI, I. e AMARAL. B. op. cit. v.I. p.255-6.

A escolha da Baía de Todos os Santos para ser a sede do governo resultou da avaliação de diversos fatores, dentre os quais podem ser assinalados: as condições estratégicas de sua localização - em um ponto chave no Atlântico para o sucesso do empreendimento colonial -, na área central com relação às capitânicas, servindo como um “coração no meio do corpo, donde tôdas se socorressem e fôssem governadas”⁴, como também as condições de abrigo que a baía oferecia a grandes frotas, permitindo fácil inspeção do movimento de embarcações e as operações de socorro.⁵ Porém, também pesou na escolha o fato da referida capitania não possuir administração devido à morte do seu donatário, Francisco Pereira Coutinho e de muitos dos seus companheiros, pelos tupinambás.

Por serem conhecedores da localidade e para estabelecer relações amistosas, antes de definir o local exato para a construção da fortaleza, Tomé de Sousa entabulou negociações com Caramuru e com os tupinambás, conforme registros do Padre Nóbrega em uma de suas cartas: "desde logo se fez a paz com o gentio da terra e se tomou conselho sobre onde se fundaria a nova cidade, chamada de Salvador.”⁶

A avaliação para escolha do local mais apropriado iniciou-se pela Ponta do Padrão, onde fora construída a Vila do Pereira e seu porto, ocupados por Diogo Álvares Correia e seus parentes após a morte do donatário. Essas áreas foram consideradas inadequadas por não disporem de condições estratégicas para defesa.

Outro lugar que interessou o governador foi a ponta da Península de Itapagipe, “a qual está norte e sul com a ponta do Padrão.”⁷ Contudo este local também não se adequava por não possuir pontos favoráveis para a defesa, não oferecer facilidade de navegação e boa visibilidade de esquadras que porventura adentrassem a Baía de Todos os Santos e por lhes faltar elevações de terreno.

O governador e seus auxiliares, juntamente com Luis Dias, Gramarão Teles⁸ Caramuru e seu genro Paulo Dias⁹, percorreram a Baía de Todos os Santos em busca do sítio definitivo que fosse conveniente e com tamanho compatível a função de sede. O

3 Regimento de Tomé de SOUZA. In ACCIOLI, I. e AMARAL. B. op. cit. v.I. p. 263.

4 SALVADOR, op. cit. p.160

5. COUTO, op. cit. p. 239

6 LEITE, Serafim [Pe]. S.J. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1965. p.21.

7 SOUSA, Gabriel Soares. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Editora Nacional. 1971. p.62.

8 Gramatão Telles foi o capitão português enviado para avisar Caramurú da chegada de Tomé de Souza.

governador percebeu que deveria construir de imediato uma defesa para que ele e seus homens pudessem estar seguros dos ataques dos tupinambás. Após cuidadosa avaliação dos diferentes pontos considerando as vantagens e desvantagens de cada um, optou-se por um planalto localizado em uma enseada com bom ancoradouro para abrigar os navios. Por se encontrar na parte interna da baía, a alta montanha mostrava ser conveniente ao modelo militar dominante em Portugal naquele momento.

A localização elevada do sítio também era satisfatória em termos religiosos, pois, deste ponto de vista, quanto mais alto se construía uma cidade mais próximo se estava de Deus e da sua proteção. A opção pela construção em acrópole foi definida a partir dos padrões dominantes da arquitetura militar predominante na Idade Média.

A estrutura defensiva da fortaleza construída em Salvador, naquele momento, era marcadamente de influência portuguesa e representava sua preocupação com a modernização dos antigos modelos medievais a partir dos ideais do Renascimento italiano. Porém, há que se destacar as adaptações feitas no modelo escolhido visando adequá-lo á urgência em fortificar a cidade nascente, às peculiaridades topográficas e à qualidade de materiais e da mão-de-obra.

A forma de pensar o modelo defensivo de um núcleo habitacional manteve-se dominante enquanto durou o padrão de guerrear conhecido como estático que, por suas características, permitia a defesa com armas de arremesso como catapultas, lanças, chuços e piques.¹⁰ Portugal se utilizou dessa forma de defesa no seu território e propriedades ao longo das fronteiras com a Espanha e no litoral. “Só mais tarde, com D. Sebastião houve um novo entusiasmo pelos assuntos militares, e com ele o ensino teórico de fortificação ministrado no Paço da Ribeira pelo arquiteto-mor Antônio Rodrigues.”¹¹

9 Essas pessoas foram escolhidas para decidirem “o lugar que sera mais aparelhado para se fazer a dita fortaleza forte e que se posa bem deffender...”Regimento de Tomé de Souza. In ACCIOLI, I. e AMARAL. B. op. cit. v.I. p.264/265.

10 Aríete: Arma com que se derrubavam as muralhas ou as portas dos Castelos.

Chuço: Arma de Haste de três a cinco metros, fundamental para a defesa em ataque da cavalaria, que não existia na colônia, por isso, era de pouca importância na América Portuguesa. Apesar disso, há referências a essas armas no Regimento de Tomé de SOUZA de 1548, no qual se determinava que cada capitão-mor e senhor de engenho tivessem determinado número de lanças ou chuços e que cada morador possuísse um tipo qualquer de arma, incluindo as lanças ou chuços.

Lança: Arma de arremesso composta de cabo de madeira ou metal com ponta perfurante de madeira, osso, pedra ou metal. As lanças, como os piques foram armas de uso generalizado nas guerras feudais.

Pique: Arma de haste, como a lança e o chuço.

A modernização dos modelos das estruturas arquitetônicas militares em Portugal e suas colônias decorreram da necessidade de ampliar o número de construções nas terras de além-mar, de torná-las mais eficazes e à influência dos Tratados de Vitruvio,¹² dos trabalhos de Luis Serrão Pimentel, em 1680 - *Methodo Lusitanico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares* – e de Manuel Fortes, datado de 1728.

Logo, o governo português investiu na formação de homens pela Escola Nacional de Arquitetura Militar e Urbanismo, criada por Miguel de Arruda, cujos alunos deveriam estar aptos a construir “desde as fortificações até as edificações religiosas.”¹³ Os novos profissionais mais destacados foram enviados às colônias dos quatro continentes, como se constata na atuação de André Rodrigues e Jorge Gomes em Tânger, de Francisco Pires em Moçambique e na Índia e Luís Dias, em Salvador.

Para Salvador foram enviados, em momentos diferentes, alguns mestres de obras e engenheiros militares para que, á serviço dos governadores, dessem continuidade às obras de implantação da fortaleza assim como de outras fortificações.¹⁴ No entanto, por alguns períodos do século XVI, Salvador ficou “desprovida de engenheiros,”¹⁵ embora registre-se a presença de alguns que contribuíram com seus conhecimentos no planejamento e expansão da fortaleza. Os mais conhecidos são Baccaio di Philicaya, que esteve nas obras de construção da fortaleza no fim do século XVI; o engenheiro capitão italiano Alexandre Massai que em 1588 teve a “missão de fortificar o Brasil, [e que veio] em companhia do governador Francisco Geraldez, que nunca chegou aqui”¹⁶ e Leonardo Turiano, engenheiro-mor que foi chamado em 1598 por “sua fama por Felipe II de Espanha e I de Portugal. Só enviou projetos para a Bahia, nunca cá esteve.”¹⁷

11 MOREIRA, R. **Portugal no Mundo: História das Fortificações Portuguesas no Mundo**. Editora Alfa. Lisboa, 1980. p.144

12 Arquiteto romano que viveu no tempo do Imperador Augusto que concebia a planta das cidades além dos padrões romanos. Os modelos mais comuns referem-se a cidades com forma poligonal que possuíam uma praça central da qual partiam as ruas. As reformas introduzidas nas cidades durante o Renascimento partiram desses modelos de Vitruvio, cujas ruas principais deveriam ser largas e retas para facilitar movimentação de tropas dentro da cidade.

13 SOUSA, Alberto. **O Ensino da Arquitetura no Império**. Editora Universitária – UFPB. João Pessoa, 2001. p.15

14 VALLA, M e TEIXEIRA, M C. **O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII**. Livros Horizontes, 1999. p. 133

15 OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **Acenos sobre a contribuição da engenharia militar para a cabeça do Brasil**. In Revista da Bahia. Nº 30. EGBA. Bahia, 1999A. p.24

16 OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **Relação de engenheiros militares da Bahia no período colonial ou que para esta praça trabalharam, obtida de diversas fontes**. In Revista da Bahia. Nº 30. EGBA. Bahia, 1999B. p. 24

17 OLIVEIRA, op. cit 1999B. p. 23

2. Os modelos de construção defensiva portuguesa, indígena e africana.

Ao analisar a estrutura defensiva da fortaleza construída em Salvador, há que se considerar a marcada influência portuguesa e a preocupação com a modernização dos antigos modelos medievais a partir dos ideais do Renascimento italiano. Esse modelo defensivo representava uma nova ordem e sua marca era a da construção de muros e torres altas com paredes relativamente fortes e resistentes o suficiente para opor resistência aos ataques inimigos.

Dadas as suas peculiaridades, esse sistema exigia a alteração da malha urbana dominante até então, sua adaptação à topografia local, a adoção de padrões de construção que previam a construção de uma praça no centro do núcleo da qual partiriam as vias de circulação, tal configuração facilitaria o deslocamento das tropas e a defesa do núcleo administrativo central.

Assim, compreende-se a decisão da administração metropolitana de reformar núcleos urbanos, fortes e fortalezas já instaladas ao longo da costa de África e no Oriente, adequando-os as novas regras de urbanismo e modelos de fortificações de acordo com os ideais renascentistas.¹⁸

A metrópole demonstrava desta forma sua determinação em criar construções mais resistentes e capazes de fazer frente às inovações do armamento bélico. Abandonavam-se, de vez, os modelos de quartéis bem como de castelos¹⁹, que eram, ao mesmo tempo, local de morada dos nobres e núcleo administrativo e que atuavam como núcleos defensivos e ofensivos por neles estarem acantonadas unidades de defesa. Edificados em local elevado ou de difícil acesso, sua estrutura compreendia, em geral, um muro com mais de seis metros de altura e de grande espessura no qual eram construídos torreões, ponte levadiça, fosso e uma torre menagem²⁰, o ponto menos vulnerável do castelo.²¹

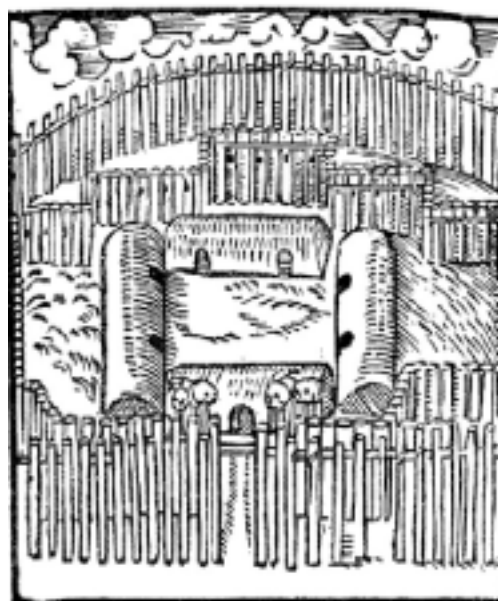
18 VALLA, & TEIXEIRA, op. cit. p. 133.

19 Os castelos medievais seguiam o modelo dos “castellum” romanos que eram, na verdade, uma torre isolada e que funcionava nos casos de defesa passiva. Pouco se sabe dos detalhes dessas torres por não terem sido encontradas plantas primitivas e os que não foram destruídos tiveram sua arquitetura original desfigurada por obras posteriores. Supõe-se que o primeiro castelo de modelo medieval tenha sido construído entre os séculos X e XI e que, a partir de então, novas construções se multiplicaram por toda a Europa durante o período feudal. (vide. FONSECA, op.cit p. 14/15).

20 As torres edificadas na parte central de um castelo eram denominadas torre menagem ou homenagem e, por suas características, era o último local a ser capturado. Essa parte do castelo era considerada o núcleo principal do sistema

O conhecimento de técnicas defensivas não era privilégio dos portugueses e muitas dessas, apesar das especificidades técnico-culturais de cada povo, eram comuns independentemente do continente em que eram praticadas. Estruturas defensivas, como a paliçada, armadilhas, fossos e estacas, eram usadas indistintamente por portugueses, índios e africanos.

As paliçadas constituíam-se em estruturas de madeira colocadas em fileira de forma a dificultar o ataque do núcleo habitacional. Segundo Erland Nordenskiöld²² as paliçadas indígenas eram duplas, ou seja, havia uma paliçada exterior e outra interior mais próxima do pátio da aldeia e um espaço vazio entre ambas, o que facilitava o flechamento dos invasores. A cerca externa era compacta e “por fora destas, cercas de duas a três braças, uma tranqueira (caiçara) paralela.”²³ Já a interna, era feita de estacas com madeira de dimensões irregulares e colocadas não muito perto uma das outras, aproximadamente dois metros de altura. Os espaços entre as madeiras eram usados para atirar flechas e dificultar o ataque do inimigo.



Fonte: STADEN, Hans. **Viagem ao Brasil**. Publicação da Sociedade Hans Staden. São Paulo, 1942.

defensivo e podia ser defendida com independência do resto da construção. Outros autores podem ser consultados neste assunto: FONSECA, 1971 e MOREIRA, 1980.

21 Torreões eram construções circulares ligadas entre si ou isoladas e usadas como ponto de vigia.

Seteiras eram pequenos espaços localizados na parte de cima das muralhas e por onde os soldados disparavam setas ou flechas.

22 NORDENSKIÖLD, Erland. **Paliçadas e Gases Asfixiantes entre os indígenas da América do Sul**. Tradução do Prof. Protásio de Melo. Introdução e Notas do Prof. Luis da Câmara Cascudo. Biblioteca do Exército-Editora. Coleção Taunay. Rio de Janeiro, 1961. p.52

23 SAMPAIO, op. cit. p.49

A paliçada simples media, algumas vezes, dez metros de extensão e no seu interior ficavam o pátio e as casas da aldeia. Era construída com madeiras de tamanho variado e os paus menores e mais finos serviam de esteios. Jean Lery registrou que os tupinambás utilizavam paliçadas simples e afirma que teriam sido os ataques dos “europeus que forçaram os indígenas a fortificar as suas aldeias”²⁴, para protegerem-se. Segundo o mesmo autor, a cerca teria, mais ou menos, três metros de altura e

fazem-na tão cerrada que nenhuma flecha pode atravessa-la, nela também existia a estacada com pequenas aberturas pelas quais atiravam. Em torno desta estacada erigiam ainda uma outra cerca, uma paliçada de paus grossos e compridos, não os colocando, entretanto, junto um do outro, mas a uma distância pela qual não pode passar um homem.²⁵

As paliçadas dos europeus podiam ser simples ou duplas, sendo que nestas, as duas paredes eram erguidas aparentemente juntas e cercadas por fossos, onde eram colocados arbustos espinhentos. Segundo Mr. Briche,²⁶ “he preciso haver cuidado em que ellas não saião fora do fosso mais de hum pé, para que o inimigo não possa arruinallas com o fogo da sua artilharia, e as não veja, se não chegando ao alto da esplanada.” As madeiras da paliçada deveriam ser do mesmo tamanho e quando isso não acontecia “entremeião-se as fortes com as fracas, havendo o cuidado de aguçar-lhes bem as pontas. Precisava-se, que cada paliçada tivesse “6 polegadas (ou 0,162^m), e 3 polegadas de distancia até a que lhe fica visinha, e por consequencia precisão-se 8 por toêsa, ou dobrado metro corrente.”²⁷

Vários povos africanos construíam paliçadas para protegerem-se. No entanto, diferentemente dos indígenas e dos portugueses, os grupos do Benin usavam barro para vedar os pequenos espaços que ficavam entre as madeiras. O navegador holandês Olfert Dapper, que, em 1602, visitou aquela localidade, a descreve como uma cidade composta por ruas largas e perpendiculares com casas construídas, lado a lado, tendo um ou dois pisos. Toda a cidade era ladeada por grandes paliçadas duplas e profundos fossos nos quais eram colocados paus pontiagudos, estrepes e lanças de madeira escondidas na vegetação. Estrutura defensiva semelhante e complexa²⁸ foi encontrada na América

24 NORDENSKIÖLD, op. cit. p.51

25 STADEN, Hans. **Viagem ao Brasil**. Publicação da Sociedade Hans Staden. São Paulo, 1942. p.156

26 MR. BRICHE. **Manual do Engenheiro, ou Elementos de Geometria pratica; de fortificações de campanha. Acompanhados de algumas noções sobre outros objectos militares**. Segunda Edição. Bahia, Typg. De Manoel Antonio da Silva Serva. 1812. p. 5

27 MR. BRICHE. op. cit. p.74

28 As fortificações foram aperfeiçoadas de tal forma que, em 1694, o exército comandado por Domingos Jorge Velho, ao deparar-se com uma cerca tríplice com mais de cinco metros de comprimento, guaritas e redutos, protegida

portuguesa a partir do século XVIII em alguns quilombos,²⁹ como o de Palmares, havia um sistema de paliçadas e fossos construídos de forma regular e repletos de paus pontiagudos, cuja eficácia causou espanto aos seus conquistadores.

Convém ressaltar que as técnicas de defesa inicialmente implantadas em Salvador não se distinguiam de forma tão radical desses modelos das paliçadas citados e que eram eficientes para fazer frente a inimigos que usassem arco, flecha, lanças e dardos, como os tupinambás. Porém, mostraram-se ineficientes para defender a fortaleza de investidas de inimigos, cujo canhão era o armamento para ataque, como seria o caso dos que viessem em galeões artilhados. Por isso o avanço da tecnologia bélica exigiu uma constante modernização das técnicas defensivas, o que foi ocorrendo também na capital da América com a construção de fortificações e muros de taipa e pedras, mais resistentes que os de paliçada e mais eficazes na defesa em caso de uma investida com armas mais poderosas do que as usadas pelos indígenas.

3. As Técnicas de Guerra

O sistema de defesa implantado em Salvador foi planejado para enfrentar ataques de tropas. Em momentos de confronto de maiores dimensões, o rei poderia convocar homens para comporem outras linhas de defesa organizadas de acordo com a arma de sua especialidade do soldado: espada, lança e besta, como era feito nos combates na Europa. Essa forma de combate, conhecida como “guerra em campo aberto,” pressupunha operações nas quais cada exército se posicionava em um lado do campo de batalha.

O objetivo a ser alcançado era o de conquistar terras, riquezas, subjugar outros povos e controlar as rotas comerciais. “As operações realizadas pelos portugueses na

por uma intricada vegetação, fossos e estrepes, não conseguiu abrir com a artilharia uma brecha suficiente para penetrar a cerca.

29 A palavra quilombo é originária da língua banto e significa acampamento, fortaleza. O termo foi usado pelos portugueses para denominar as povoações construídas por escravos fugitivos. Na tradição africana, o quilombo era construído para enfrentar o inimigo externo ou interno como em caso de luta de sucessão. As aldeias que compunham o quilombo eram chamadas mocambos, ajuntamentos de casas cobertas de folhas de palmeira, protegidas por paliçadas duplas de madeira.

África do Norte (em Ceuta e Tânger mais notadamente) foram a escola viva da guerra.”³⁰

Entretanto na colônia americana, o fato da área estar coberta por densas matas e os caminhos serem estreitos e irregulares exigiu a adoção de outro padrão de combate adaptado à inexistência de espaços abertos e de fácil acesso pelas tropas. Pelos caminhos da América Portuguesa era quase inviável a passagem de exército com homens um ao lado do outro, além das técnicas de combate e defesa do inimigo serem diferentes.³¹

Já as guerras entre os tupinambás possuíam características e objetivos completamente diferentes. Os combates intergrupais e interétnicos eram constantes e essenciais para os ritos de passagem definidores daquelas crianças que passavam à condição de adultos e guerreiros. Da mesma forma, era através das guerras que se definiam o sistema hierárquico na comunidade e entre as aldeias, a escolha das chefias e o estabelecimento de alianças intragrupo e intergrupalo.

A definição de todos esses processos sociais não decorria da conquista de territórios ou das riquezas, mas da captura de um ou poucos guerreiros do grupo oponente e que eram destinados ao sacrifício no ritual antropofágico. Esses grupos indígenas, graças ao profundo conhecimento que possuíam do território pelo qual circulavam incessantemente durante o exercício da caça, da pesca e coleta, costumavam usar a tática de emboscadas. Os ataques de surpresa eram suas armas mais eficazes e, após, atacar os inimigos, os guerreiros retiravam-se para suas aldeias.



Fonte: HISTÓRIA DO EXERCITO BRASILEIRO: Perfil Militar de um povo. Edição do Estado Maior do Exército. v.I. Brasília e Rio de Janeiro, 1972.

Segundo Paraíso³², a organização social dos tupinambás, tão intrinsecamente vinculada à guerra, teve essa atividade totalmente transfigurada após a conquista de seus territórios pelos portugueses. A nova razão pela qual guerreavam era defender-se das necessidades dos colonizadores de capturá-los, pois os prisioneiros, fonte de prestígio para os guerreiros que os capturavam, passaram a ser desviados dos pátios das aldeias e dos rituais antropofágicos para as fazendas dos colonos, onde eram escravizados.

O impacto desta mudança atingiu os sistemas de aliança e a definição das lideranças e das hierarquias sociais. Também um novo objetivo lhes foi estabelecido após a conquista: a tomada das terras dos adversários, às quais não podiam ter acesso, pois passavam a compor o patrimônio dos colonos.

4. Construindo Salvador: técnicas, materiais de construção e modelo arquitetônico.

32 PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Os primeiros habitantes da Baía de Todos os Santos**. 2001, inédito.

A fortaleza erguida em 1549 no alto de uma montanha no interior da Baía de Todos os Santos procurou seguir as determinações do traçado definido pelo Rei no Regimento de 1548. Nele foi determinado que a fortaleza devesse ser construída em pedra, cal e barro, ou “taipes ou madeira, como melhor poder ser, de maneira que seja forte”³³ para assim garantir a segurança dos moradores.

Seguindo a orientação do Regimento, a pedra foi substituída pela madeira das paliçadas e depois pelo barro, o que permite afirmar que a arquitetura militar de Salvador era nos seus primeiros anos, simples e rudimentar. A urgência, o desconhecimento da terra e suas riquezas, além do medo dos ataques dos tupinambás explicam os poucos apuros arquitetônicos na construção naquele momento.

Assim o confirma Oliveira:³⁴ “o que foi viável nos primeiros anos que sucederam a fundação da cidade, em 1549, foi a construção de edifícios com barro local e circundando o primitivo núcleo urbano com uma muralha de taipa de pilão de cerca de dezessete pés de altura.” A razão de tal decisão é explicada por Fonseca: não é possível “negar o valor da topografia e da configuração geográfica, bem como dos materiais existentes na redondeza para a realização de uma obra de caráter defensivo.”³⁵

Da mesma forma, as residências e os prédios administrativos do período seguiram esse mesmo padrão de simplicidade, ignorando a tradicional construção de cantaria predominante em Portugal. A grande maioria desses espaços possuía apenas um vão, pois, a praticidade e a segurança eram consideradas como principal objetivo dos moradores e dos construtores.

Constata-se, assim, que os materiais usados eram variados e definidos a partir do que podia ser encontrado no local e das múltiplas matrizes culturais do conjunto dos moradores do núcleo. Há referências ao uso do barro, de fibras secas tecidas ou uma combinação de vários materiais que tivessem boa consistência e melhor resistência às intempéries. As casas eram de madeira e palha; o muro de varas, galhos e cipós entrelaçados e barro.

33 Regimento de Tomé de SOUZA. In ACCIOLI, I. e AMARAL, B. op. cit. v.I. p.265

34 OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **A Conservação do Patrimônio Edificado em Terra**. In Anais do I Seminário Ibero-Americano de Construção com Terra. Salvador-Bahia, 2002. p. 218

35 FONSECA, op. cit. p. 10

As construções de taipa, feitas com a terra e as árvores nativas, foram substituídas pela taipa de pilão³⁶, de mão ou pau-a-pique³⁷ e adobe,³⁸ que não se relacionam à tradição indígena,³⁹ mas nos remetem à portuguesa, já com incorporação da influência africana. Lopes⁴⁰ atesta que era comum o uso dessa técnica no Zimbábue:

“O Grande Zimbábue é o que restou de um povoado, todo construído por uma muralha monumental. Centro de uma importante cultura dedicada à pecuária, seus muros medem quase 10 m de altura. Além das diferentes variações de choças de adobe e palha, existem na África outros estilos arquitetônicos autóctones. Os ashantis constroem grandes palácios e templos com paredes de barro sustentadas por uma armação de estacas. São numerosas as mesquitas erguidas desse modo, como a Mesquita ashanti de Larabanga, em Gana.”

Outro material introduzido em 1550 foi a cal. Pero de Carvalhais e Francisco Gomes descobriram jazidas de calcário de origem biológica (corais e ostras), o que lhes valeu a mercê de 4\$000 a cada um, concedida por Tomé de Sousa a 9 de setembro do mesmo ano foi emitido Alvará de Mestre de Fazer Cal, a Miguel Martins.” Seu uso generalizou-se em tal proporção que as casas e muros de Salvador podiam ser vistos do interior das naus que adentravam a Baía de Todos os Santos em contraponto ao verde da montanha. Esse produto era usado em grandes proporções, tanto que só na Casa da Pólvora, no Armazém do Porto e no Açougue foram utilizadas “trezentos, e vinte reis braça”⁴¹ de cal.

A boa qualidade e a grande quantidade de cal foram descritas por Luis Dias em carta enviada a Miguel de Arruda. Cardim⁴² informou que,

36 Nessa técnica de construção é usada uma armação de duas tábuas paralelas, chamadas taipais, colocadas uma ao lado da outra. Entre os taipais é colocado o barro, que é socado a pilão para adquirir maior consistência e colocado em camadas sucessivas até formar uma parede.

37 Os materiais empregados nessa técnica de construção são diversos, dependendo da disponibilidade de cada região. Seu uso está associado ao de outras técnicas, sendo as paredes externas construídas com adobe ou taipa de pilão. Essa técnica era muito usada tanto na construção de sobrados, casas e igrejas.

38 O tijolo é queimado, ou seco ao sol sem que haja a queima em fornos. A palavra adobe é de origem árabe (atob) e significa, literalmente, tijolo seco ao sol. Esta é uma técnica usada em todo o mundo e ainda muito presente no Brasil, principalmente nas áreas rurais.

39 “No Brasil, antes da chegada dos portugueses, os índios não usavam a terra para construir. Seus abrigos em estruturas de paus e vedações de palha e folhagens, sendo, com certeza, os portugueses que, aqui introduziram as técnicas construtivas de terra crua” MILANEZ, A. **Casa de Terra – As técnicas de estabilização do solo a serviço do homem do campo**. Serviço Especial de Saúde Pública – Ministério da Saúde. Rio de Janeiro, 1958.

40 LOPES, W.G.R. **Taipa de mão no Brasil: levantamento e análise de construções**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura, área de concentração Tecnologia do Ambiente Construído) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 1998. p.232

41 Mandados e Provisões Reais. Documentos Históricos. op. cit. v. XXXVII. Doc. 974. p.415.

42 CARDIM, Fernão. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**. Rio de Janeiro, 1925. p.92/93

índios naturais antigamente vinham ao mar às ostras e tomavam tantas que deixavam serras de cascas, e os miolos levavam de moquem para comerem entre ano; sobre estas serras pelo discurso do tempos e fizeram grandes arvoredos muito espessos, e altos, e os portugueses descobrirão algumas, e cada dia vão achando outras de novo, e destas cascas fazem cal, e de um só monte se fez parte do Colégio da Bahia, os paços dos Governadores, e outros muitos edifícios, e ainda não é esgotada: a cal é muito alva, boa para guarnecer, e caiar.....

Gabriel Soares de Sousa confirma as informações de Cardim ao atestar que:

a cal que se faz das ostras é mais fácil de fazer que de pedras; porque gasta pouca lenha, e com lhe fazerem fogo que dure dez, doze horas, fica muito bem cozida, e é tão forte que se quer caldeada, e ao caldear ferve em pulos, como a cal de pedra de Lisboa. Quanto mais que quando não houvera este remédio tão fácil, na ilha de Taparica, que está defronte da cidade, estão tres fornos de cal, onde se faz muita, que se vende a cruzado o moio.⁴³

As coberturas dos telhados das casas e prédios com palha foram, a partir de então, sendo gradualmente substituídas pelas telhas fabricadas por Francisco Fernandes, João Salgado, Antonio Vaz de Leiria, Gomes Fernandes, João Rodrigues e Pedro Martins. O pagamento em dinheiro era feito por contrato, sendo que o preço oscilava em torno de 8\$000 mil reis por quatro milheiros de telha que eram entregues ao almoxarife dos Armazéns.⁴⁴

5. Espaço Urbano

A nascente Salvador foi pensada para ser um centro administrativo, residencial e comercial. O espaço planejado e construído nos primeiros anos ocupava a área situada entre a atual Rua Chile e a ladeira da Misericórdia. No seu centro localizava-se a Praça do Palácio⁴⁵ onde se situava o Palácio do Governador, as Casas da Câmara e Cadeia,⁴⁶ da Relação e da Moeda. Era, também, nesta praça onde ocorriam as transações comerciais, eventos sociais e feira. Sousa⁴⁷ assim descrevia, no fim do século XVI, esse núcleo:

43 SOUSA, op. cit. 1971. p. 355

44 SOUSA, op. cit. 1971. p.75

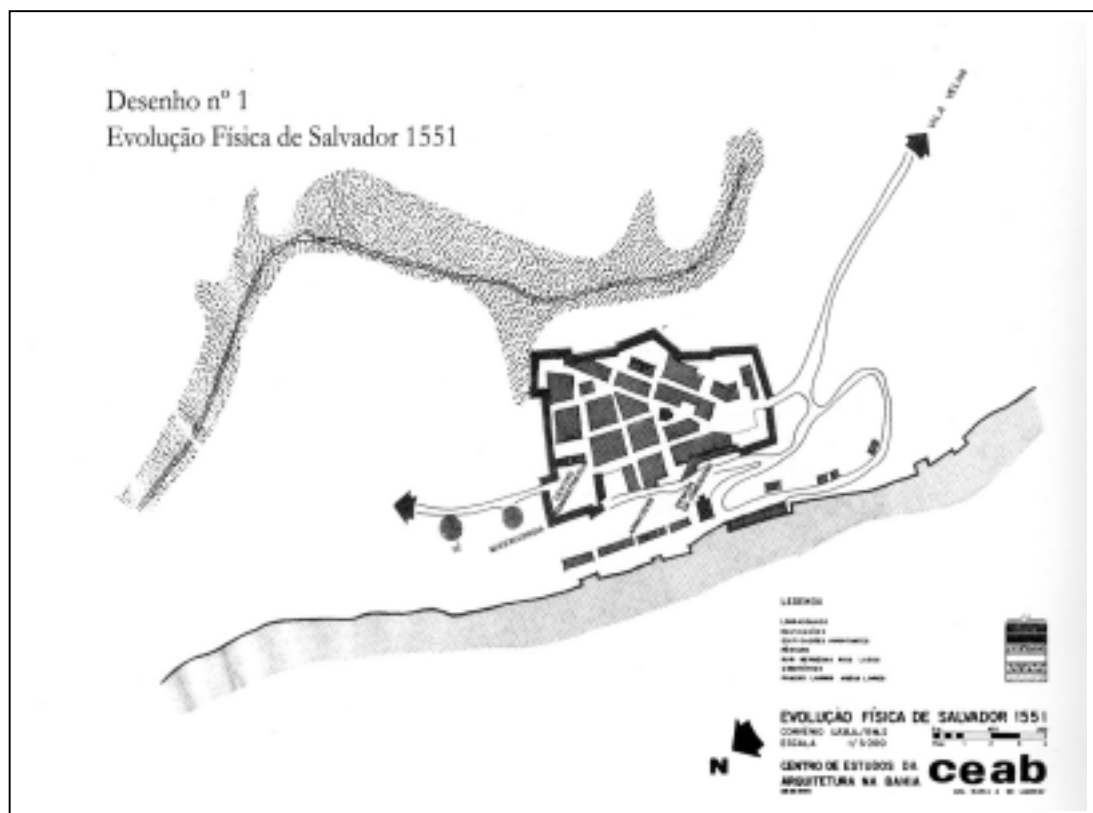
45 Atual Praça Municipal.

46 A casa de Câmara e Cadeia ou Vereança era, como nos moldes de Portugal, no local funcionava a cadeia, tesouraria, casa de audiência e no andar superior localizavam-se a Câmara e demais órgãos do governo. Já a Casa do Governador servia de residência e local para o exercício de suas atividades administrativas.

47 SOUSA, op. cit. 1971. p .65

Está no meio desta cidade uma honesta praça, em que se correm touros quando convém, em a qual estão da banda do sul umas nobres casas, em que se agasalham os governadores, e da banda do norte tam as casas de negócio da fazenda, alfândega e armazens, e da parte de leste tem a casa da Câmara, cadeia e outras casas de moradores, com que fica esta praça em quadro e o pelourinho no meio dela, a qual da banda do poente está desabafada com grande vista para o mar; onde estão assentadas algumas peças de artilharia grossa, donde a terra vai muito a pique sobre o mar.

Este núcleo original estava ligado à Vila Velha do Pereira por um caminho que partia da Porta de Santa Luzia, localizada no topo da ladeira que liga a atual Praça Castro Alves à Rua Chile. Apesar da existência deste caminho, a comunicação entre a cidade e a Vila do Pereira era feita preferencialmente por mar. Da Porta Norte, ou de Santa Catarina, partia outro caminho que ai até o Monte Calvário, primeira aldeia onde atuaram os jesuítas.⁴⁸ As duas portas possuíam pontes levadiças, protegidas por baluartes e deveriam garantir o controle do acesso à cidade.

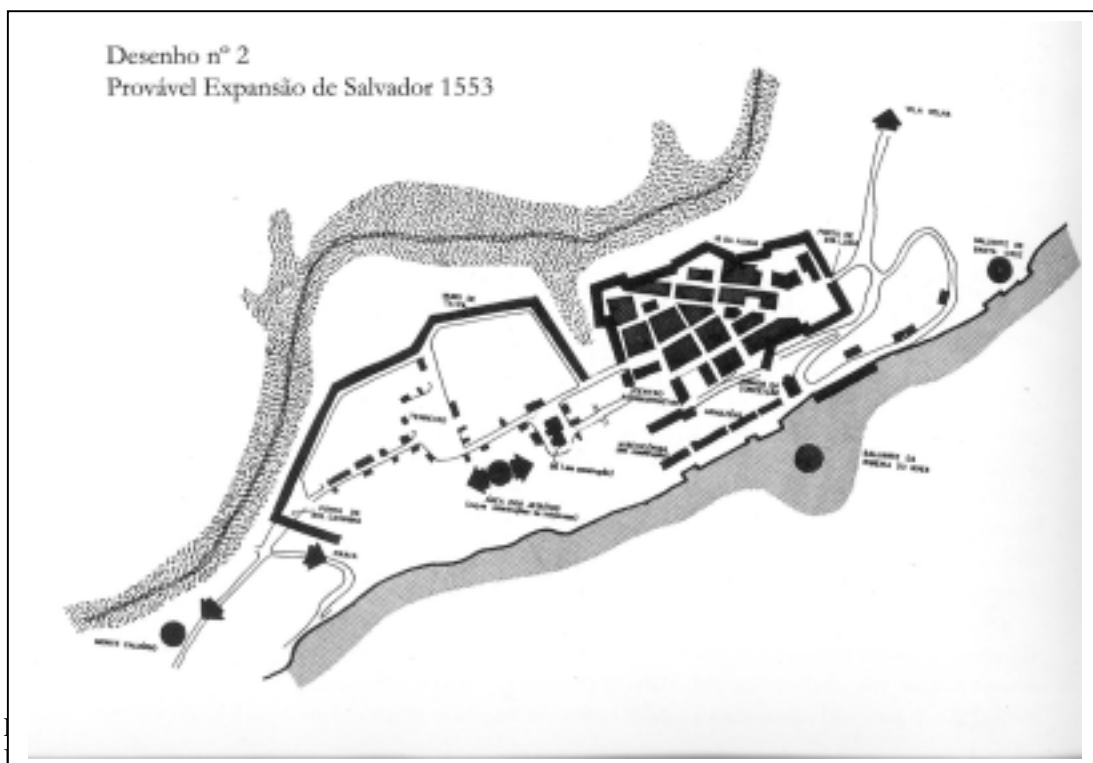


48 SAMPAIO, Theodoro. **História Sobre a Fundação da cidade do Salvador**. Tipografia Beneditina. Bahia, 1949. p.184

Fonte: Evolução Física de Salvador, 1551. Convênio UFBA/P.M.S. Centro de Estudos Da Arquitetura na Bahia. CEAB/UFBA.

Da praça central partia a Rua Direita dos Mercadores⁴⁹ que ligava a Porta de Santa Catarina à de Santa Luzia, passando pela Praça do Palácio. A esta rua principal, ligavam-se a do Tira Chapéu e a das Vassouras, depois denominada dos Capitães.

No núcleo da parte baixa da montanha, segundo o mestre de obra Luís Dias, em carta de 1551, existia apenas uma rua, na qual estavam localizados a "Casa da Fazenda e a da Alfândega, os armazéns e as ferrarias"⁵⁰, nos quais eram exercidas atividades vinculadas diretamente ao porto.



na

49 Atual Rua Chile.

50 ACCIOLI, I. e AMARAL, B. op. cit. v.I. p.300

Dentro dos muros que protegiam o núcleo central, ficavam as casas e as igrejas. As casas eram construídas, na sua maioria, de taipa de pilão. Luis Dias faz referência, em 1551, a já haver alguns prédios de alvenaria, pedra, cal e cobertas com telhas, citando as Casas do Governador e a de Cadeia e Câmara.

O mobiliário se restringia a mesas, bancos, arcas e caixas para guardar alimentos. No cotidiano, eram usadas painéis de barro feitas pelos indígenas. Nos quintais foram plantadas árvores variadas como palmeiras, laranjeiras, figueiras, romeiras, parreiras e hortas. Somente algumas casas e algumas ruas eram iluminadas com lampiões a óleo de baleia. Porém, até o fim do século, a cidade continuava acanhada e primitiva, com poucos prédios de pedra e cal, sendo a grande maioria construída de taipa e coberta de palha.⁵¹

O poder religioso teve importante presença em Salvador. Padre. Manuel da Nóbrega iniciou, em 1549, com a ajuda dos padres da Companhia de Jesus, a construção da capela de Nossa Senhora da Ajuda⁵², conhecida como Sé de Palha, "fraca ermida de N. Sra. da Conceição a primeira casa de oração e obra em que Tomé de Sousa se ocupou."⁵³

O Colégio dos Jesuítas, para meninos, foi construído fora dos muros em direção ao norte em meados de 1550 e concluído em 1551.⁵⁴ Era um "suntuoso colégio com uma formosa e alegre igreja com mui ricos ornamentos."⁵⁵ No final do século XVI, os conventos, igrejas e ermidas pareciam verdadeiras fortificações, dominando o crescimento da cidade em pontos importantes tanto para o norte (o Carmo) quanto para o sul (o São Bento).

6. A construção da Fortaleza do Salvador

Por ter sido construído com madeira, material pouco resistente, o muro não resistiu às chuvas e desabou nos anos de 1550 e 1551 na região próxima às Portas de

51 VAT, Odolfo Van der [Frei]. **A Sé do Salvador em 1552: Aspectos da cidade.** p.295.

52 Localizada junto ao Palácio do Bispo e próxima a casa do Governador, a capela foi construída como as demais edificações em taipa, e coberta de palha. Foi concluída em 1579

53 SOUSA, op. cit. 1971. p.138

54Foi reedificado por autorização do rei em 1556 e inaugurado entre 1590 e 1591, In SERAFIM, Leite. op. cit. p.45

55 SOUSA, op. cit. 1971. p.37

Santa Luzia, área hoje conhecida como Praça Castro Alves e Ladeira da Montanha.⁵⁶

Para a reedificação do muro foram passados mandados e provisões no século XVI, sendo que grande parte refere-se aos pagamentos de obras e materiais.

A vinte e sete do dito mez, e anno passou mandado o Provedor-mor para o Thesoureiro pagar dois mil anzolos a Christovão de Aguiar, que se gastaram pelo Mestre da Ribeira no carreto da madeira, que se gastou na Cerca desta cidade, quando se edificou, e que por elle com seu conhecimento lhe sejam Levados em Conta, e manda aos Contadores, que lhos Levem em Conta.⁵⁷

Ante os desastres dos desabamentos dos muros, o mestre de obras Luís Dias iniciou as obras para substituir toda a extensão das paliçadas de madeira por um muro de taipa grossa e barro feito para que a cidade ficasse muito bem fortificada contra possíveis ataques do tupinambás. No entanto Luis Dias considerava esse tipo de muro bastante precário, prevendo-lhe vida curta, o que se confirmou com o primeiro desabamento ocorrido ainda quando estavam sendo construídos:

a envernada tamanha que nos deribou parte dos que feito tínhamos que não foy em tanta quantidade por me parecer que no caso isto de serem hum pouco altas pera taipa sem cal, os emendamos e fizemos de maneira que estão pera ha tera muito bons... e rebocados de cal tanto por dentro quanto por fora para que ficassem mais resistentes e dures muitos anos até que “V.A. tenha na terra mais rendimentos com que pelo tempo em diante posa gastar mais em faze-llos como quiser.

Na quarta-feira, a derradeira oitava de Pascoa, começaram as taiparias que então acabavamos de fazer da porta de Santa Catarina até a estancia de sobre o mar, que se agora chama de São Jorge e logo no baluarte de São Tiago até a estância de São Tomé.⁵⁸

O muro construído com madeira e taipa era intercalado por baluartes com flancos e faces voltados para a baía e foi projetado para aumentar a segurança proporcionada pelas defesas naturais. Essas obras implicaram em novas despesas pagas com objetos, utensílios e ferramentas, como se pode observar em várias Provisões e Mandados emitidos, a partir de maio de 1549, pelo Almojarife Antônio Cardoso de Barros, como o abaixo referido:

trinta e dois machados, quarenta e oito foices, onze enxadas, cincoenta e uma duzias de tesouras, quatro peças, cincoenta, e um mil anzoos, cento e

⁵⁶ AZEVEDO, op. cit. p. 362-3.

⁵⁷ Mandado passado pelo Provedor-mor para o Tesoureiro. In Documentos Históricas da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc. nº 47. v. XXXVII, p.21.

⁵⁸ DIAS, Luis. Carta a Miguel de Arruda em 15 de Agosto de 1551 In Anais da Biblioteca Nacional. Officina Typografica da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1939. v57. p.25

quarenta e quatro furadores, quarenta e nove podões, quatorze duzias de facas de Allemanha, que tudo dispendeu na compra da madeira, que mandou comprar para cerca do muro, e dos baluartes de madeira, e taipa e o muro de taipa, e que por elle com conhecimento de Christovão de Aguiar Almoxarife do armazem que declare o escrivão do seu cargo, que lhe carregou em receita a madeira, e quanto é que lhe levem em conta a dita mercadoria.⁵⁹

Nos quatro baluartes construídos da “banda da terra, [e] em cada um deles assentou artilharia, com o que a cidade ficou bem fortificada”⁶⁰ foram instalados canhões berços e meio-berços. Luis Dias considerava essas construções muito fortes, o que o levou a concluir que esse sistema “parece que sobeja e abasta para esta terra.”⁶¹

O baluarte de São Jorge estava localizado sobre o mar junto à Porta de Santa Catarina, em frente à Casa do Governador. Uma de suas faces estaria voltada para o norte, caminho do Colégio dos Jesuítas e a Sé, zona já protegida por um fosso. Este baluarte funcionava como uma espécie de vigia e, segundo alguns autores, haveria um outro situado em local de propriedade da Santa Casa de Misericórdia.

O baluarte de São Tomé foi construído na Porta de Santa Luzia e guarnecia o Caminho para Vila Velha. Ainda na Praça Castro Alves, e em sentido oposto ao anterior, estavam o de São Tiago e outro situado a cavaleiro da atual ermida da Barroquinha, todos eles finalizados no ano de 1552.

Um outro foi construído no local, onde hoje está a igreja do Corpo Santo, era conhecido pelo nome de Santo Alberto, depois Corpo Santo, e um outro no local onde ficava o Arsenal da Marinha⁶², em frente ao fortim da Laje, que o Senado da Câmara julgou ser inútil e, por isso, mandou que se fizesse um mercado no local.

Ainda em 1551, Luiz Dias informava, através de carta enviada a Miguel de Arruda, a construção de dois baluartes na Ribeira das Naus: o de Santa Cruz e do Góes. O segundo foi obra de Pero de Góes na Ribeira e recebeu seu nome.

Fez Pero de Gois uma estancia de madeira diguo fez Pero de Gois por que lhe disse o governador que pusesse o seu trabalho e o da sua gente e que

59. Mandado de 22/07/1549 enviado aos Contadores pelo Almoxarife Antônio Cardoso de Barros. In Documentos Históricos. op. cit. p.15.

60 SOUSA, op. cit. 1971. p. 113/114.

61 AZEVEDO, op. cit. p. 362/363

62 Onde hoje se localiza a Escola de Aprendizes de Marinheiros.

se chamaria o baluarte do gois e ele e eu fomos cortar a madeira de mangue muito poderosa e que não apodrece debaixo de água..⁶³

Este baluarte era considerado poderoso, localizava-se em cima de um rochedo, estava voltado para a baía e possuía canhões: camelos, falcões e berços. Segundo Luis Dias “esta construção é tão forte que durará, segundo dizem, vinte anos por ser de paos de mangue que se criam nagoa e sam como fero.”⁶⁴

O baluarte de Santa Cruz protegia o extremo sul da Ribeira das Naus.⁶⁵ Era pequeno e destinava-se a defender o ancoradouro, impedindo desembarque de navios inimigos. Foi construído “também com madeira de mangue, isto até saber se vossa alteza os quer ter assim até ao diante os fazer de pedra e cal ou logo como ordenar.”⁶⁶

Há ainda referências a outros baluartes, sendo que alguns ficavam fora dos muros e que foram sendo construídos na medida em que a cidade se expandia: um localizado na Rua Direita do Palácio, outro próximo à Igreja da Ajuda e outro no caminho para a Praia dos Pescadores, sendo este bastante artilhado e situado em frente à ermida da Conceição da Praia, estando ligado a terra por uma ponte de madeira. Havia algumas baterias que estavam embaixo da Sé, em posição recuada, e outras embaixo da Misericórdia, próximas aos Armazéns.

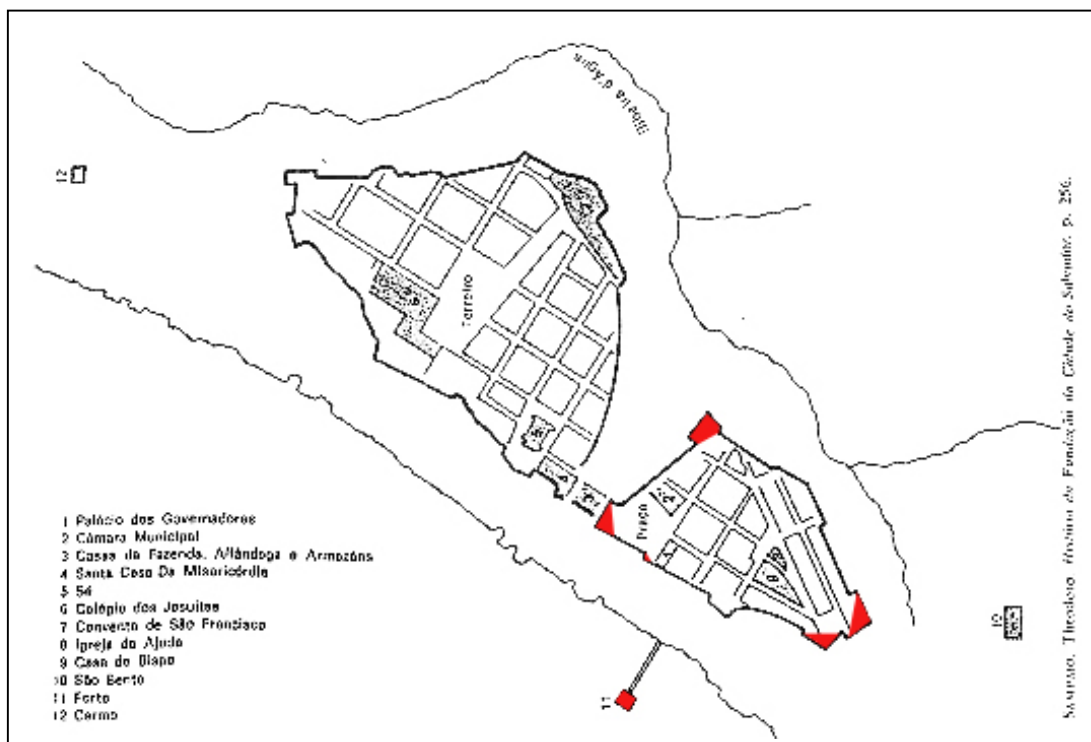
Pela descrição feita por Gabriel Soares de Sousa, em 1569, constata-se que essas construções tiveram vida mais curta do que Luís Dias esperava. O crescimento da cidade para além dos muros originais e, provavelmente, seu desabamento, faziam-no afirmar não ser possível localizar os antigos muros e que as fortificações na área do porto eram por demais débeis e ineficazes. Concluía que a fortaleza não oferecia segurança efetiva aos agentes governamentais e aos moradores, e cobrava soluções que se expressaram na decisão do governo metropolitano de organizar um sistema defensivo nos pontos críticos da baía por onde circulavam as embarcações.

63 DIAS, Luis. Carta a Miguel de Arruda em 13/07/1551. In Anais da Biblioteca Nacional. v.57. op. cit. p.25

64 Carta de Luis DIAS a Miguel de Arruda. In Anais da Biblioteca Nacional. v.57.op. cit. p.26

65 EDELWEISS, Frederico. **Nossa Senha da Conceição da Praia a primeira Igreja da Cidade do Salvador e o âmbito primitivo de sua freguesia.** O Bi-centenário e um Monumento Baiano. Coleção Conceição da Praia. Ed Beneditina. Salvador, 1971. p .84

66 AZEVEDO, op. cit. p. 363.



 → **Baluartes**

Fonte: SAMPAIO, Theodoro. História da Fundação da Cidade do Salvador.

7. O Sistema Defensivo

O sistema defensivo de Salvador previa a construção de um cordão articulado de fortificações ao longo do litoral que propiciariam proteção aos fortes e permitiriam a organização da resistência em caso de invasão. Devido a distância entre as fortificações, os disparos feitos por suas guarnições não se cruzavam, o que deixava desguarnecido o

acesso a parte interna da baía e à cidade, tornando ineficaz as tentativas de evitar a passagem de esquadras de corsários para o porto e engenhos do Recôncavo.

Para complementar as estruturas já existentes nas proximidades de Salvador, foram construídas torres de observação, fortins, redutos e baterias que formavam um sistema integrado de resistência nas partes mais vulneráveis a ataques. Essas construções articuladas deveriam apoiar umas as outras e garantir a eficácia do muro e dos baluartes que compunham o círculo de defesa da cidade e deveriam impedir a marcha do inimigo.

As críticas a esse sistema decorriam do fato de seus componentes serem desarticulado entre si. As fortificações afastadas uma das outras, deixavam isolados alguns pontos e sem o necessário apoio tático e estratégico das outras, além de seus flancos estarem desguarnecidos. O que se pode induzir era que as frágeis construções erguidas para dar combate aos invasores não protegiam os núcleos de povoamento e mostravam-se mais adequadas para defenderem ataques de pequeno porte e não os realizados pelos tripulantes de esquadras bem armadas, como afirmou Campos.⁶⁷

A Baía era verdadeiramente uma aldeia aberta, exposta a todos os perigos, que os fortes não se prestavam mutua defesa, e alguns se achavam tão apartados, que, em momentos de apuro, não poderiam ser socorridos, e só serviriam, com sua fácil perda, de desmoralizar os demais

Esse quadro explica por que até 1604 a cidade do Salvador “havia sido acometida quatro vezes de armadas inimigas, e de duas se livrara mais por boa fortuna que por guerra.”⁶⁸ Realidade que se compreende devido à inadequação do sistema defensivo externo e à fragilidade das fortificações internas, construídas dentro dos limites da cidade e voltadas primordialmente para a defesa de suas principais entradas da Baía de Todos os Santos.

8. As fortificações do Sistema Defensivo

As estruturas que compunham a linha de defesa litorânea eram construções típicas da fase pré-pólvora, adequadas para o modelo da guerra estática na qual as fortificações

67 CAMPOS, J. da Silva. **Fortificações da Baía**. Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, nº 7 Ministério da Educação e Saúde. p.122-135.

eram feitas para assegurar o domínio e ocupação de pontos estratégicos de uma área fortificada de onde se poderia opor resistência ao inimigo.

As fortificações construídas no litoral da Capitania da Bahia no século XVI caracterizaram-se por serem torreões sem ângulos reentrantes e salientes, com muros altos e paredes relativamente grossas e resistentes, feitas de taipa e barro. Em sua volta, havia fossos, muros de terra e trincheiras, em forma de paliçadas. Eram consideradas frágeis e foram construídas com muita rapidez para atender a necessidade de defesa de atacantes que usassem armas de arremesso, como as flechas e lanças dos tupinambás.

As construções que compunham os postos avançados de observação eram torres⁶⁹ de vigia e sinalização construídas para avisar antecipadamente a aproximação e movimento de embarcações inimigas antes de entrarem na Baía de Todos os Santos.⁷⁰ O sistema funcionava através da sinalização com tiros de canhão e fogos entre os postos de vigia permitindo que, ao receber a mensagem, as tropas pudessem organizar a defesa.

No século XVI foram construídas torres, sendo a mais conhecida a localizada na propriedade de Garcia D'Ávila⁷¹, na praia de Tatuapara. A casa de Garcia D'Ávila,⁷² também conhecida por Castelo Forte ou Casa da Torre, foi o primeiro elo defensivo desse sistema. Desse ponto as embarcações inimigas eram avistadas quando ainda estavam a uma boa distância de Salvador. A partir daí a mensagem era repassada para as torres de sinalização dos aldeamentos jesuíticos de São João, hoje Jacuípe, do Espírito Santo, hoje Abrantes, de Itapoã, do Rio Vermelho, para a existente no forte de Santo Antônio da Barra e na Torre da Vila do Pereira até o porto e a cidade.

Depois das torres, os fortes tornaram-se os principais elementos de defesa de Salvador. O forte de Santo Antônio da Barra⁷³ por exemplo, foi erguido no século XVI em pedra e cal sobre um promontório na entrada da baía, um dos pontos considerados como de mais difícil defesa devido a sua grande dimensão. Com apenas este forte não se

68 CAMPOS, op. cit. p. 122-135.

69 Na Idade Média eram utilizadas como vigia ou posto de observação. Esta construção tornou-se mais alta e mais bem projetada para luta defensiva. Muitas vezes possuíam forma arredondada para eliminar ângulos mortos (Ângulos mortos no flanco, parte interna do baluarte, cantos acentuados que poderiam ser atingidos). Por estarem em terrenos elevados, possuíam maior capacidade de observação e junto com os baluartes protegiam o interior das muralhas.

70 SANTIAGO, Cibéle. **A respeito das torres de defesa na cidade do Salvador**. In RUA - Revista de Arquitetura e Urbanismo. Vol.2, nº3. Salvador, 1989. p.103

71 Estava situada em Tatuapara, hoje conhecida por Praia do Forte.

72 A Casa da Torre foi construída no século XVI em pedra e cal e está localizada a 60 Km ao Norte de Salvador, fora portanto dos limites da Baía de Todos os Santos. Além da Torre de Vigia, o complexo também possuía um porto e a capela e sua arquitetura lembrava a de um castelo europeu, sendo a sede dos domínios dessa poderosa família.

73 Forte Grande ou Fortaleza da Barra

poderia impedir a entrada dos navios que podiam se desviar facilmente de sua linha de fogo permitindo fácil desembarque de tropas.

Outro ponto de fragilidade era número de canhões ali instalados e o pequeno contingente de defensores que ali atuava. Ao construir o Forte de Santo Antônio, no Porto da Barra, buscava-se articular um subsistema defensivo com a Torre construída por Pereira Coutinho para ser sua habitação e defesa, localizada onde hoje esta a Igreja de Santo Antônio da Barra e o Forte de São Diogo.

Há ainda referências a uma casa fortificada construída por Caramuru, onde hoje está a Igreja de Nossa Senhora da Graça, atual bairro da Graça. Teria sido uma casa forte de taipa e terra ou uma espécie de fortaleza, “como em Vila Velha houvera uma semelhante”⁷⁴

Um dos pontos que mais preocupava quanto à defesa era o porto porque dele dependia toda a comunicação, o abastecimento e o escoamento dos produtos locais para o reino. Várias fortificações foram construídas visando garantir seu controle pelos portugueses: trincheiras artilhadas, fortes, fortins,⁷⁵ redutos e baterias formavam o sistema integrado de resistência, localizado nas cercanias da cidade.

Dentre os fortins, destacam-se o da Ribeira das Naus, o do Corpo Santo ou de Santo Alberto, o da Laje que ficava envolto por água e o de São Francisco, onde foi construído o Trapiche do Julião. Essas edificações compunham o sistema do fogo cruzado com as demais que protegiam o porto.

O Fortim de São Tiago⁷⁶, ou Torre de San Tiago, localizava-se em cima de um rochedo a beira-mar, em Água de Meninos, entre a cidade e a Ponta de Mont-Serrat, no caminho que ligava ao noviciado dos jesuítas. Há divergências acerca da data de sua construção, porém, é certo que ocorreu no século XVI para que pudesse proteger o limite norte da cidade, o ancoradouro e os navios em Água de Meninos, um dos portos de fácil acesso pelos atacantes. Possuía a forma de torreão circular simples, elevado acima do nível mar. Havia dois torreões circulares nos lados da porta, onde estava a ponte levadiça e, no pavimento superior, ficava o corpo da guarda ou quartel dos soldados. Nos seus muros estavam as canhoneiras.

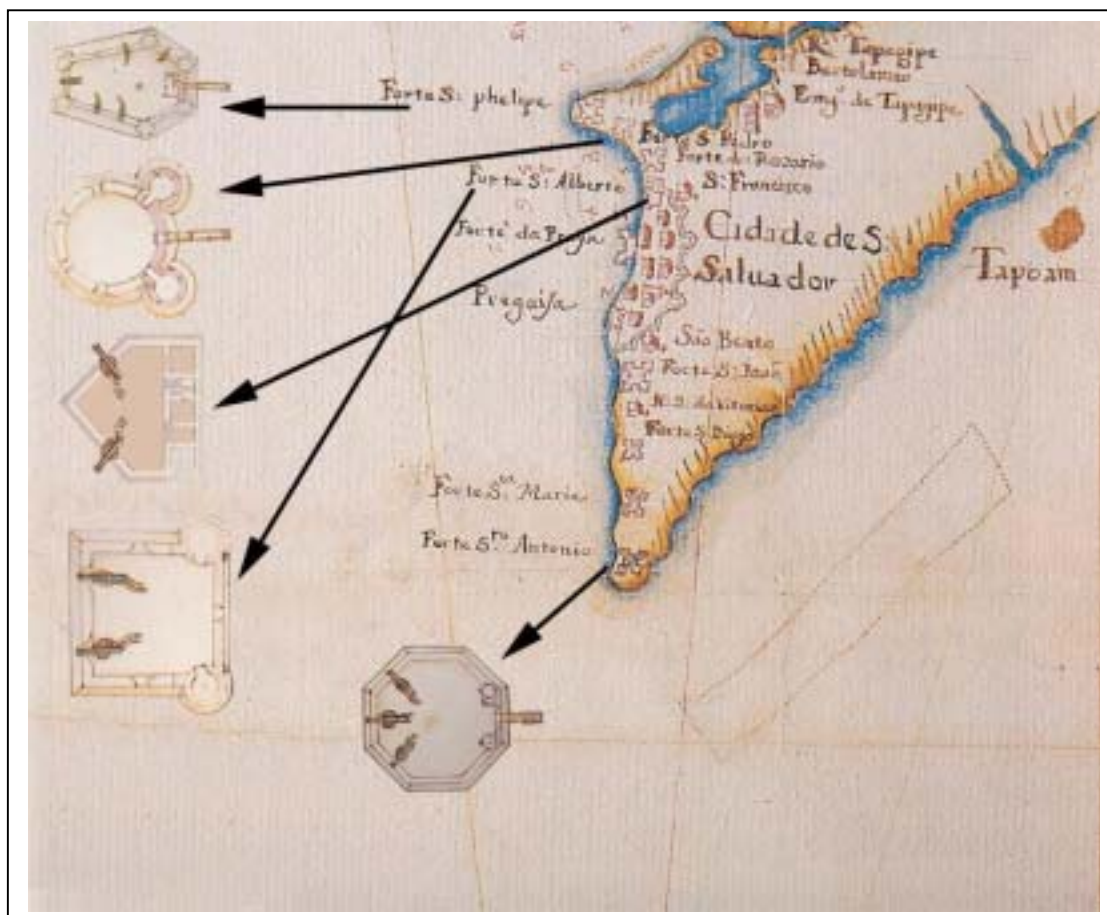
74 VILHENA, op. cit. V.I.

75 Construções menores espalhadas por vários pontos do litoral.

76 Conhecido também como Forte da Lagartixa ou Santo Alberto.

Apesar de ser considerado como um dos fortes de maior importância estratégica de Salvador, o Fortim de São Tiago estava praticamente isolado por ser grande a distância entre ele os fortes de Monserrat e os localizados na Ribeira das Naus. Mesmo sendo descrito como um forte, sua estrutura equiparava-se a de um reduto ou de uma bateria simples por possuir poucas defesas e estar adequado a oferecer resistência apenas ao primeiro combate, e, por isso, sua eficiência bélica era considerada pequena.

O forte de Nossa Senhora de Monserrat foi erigido numa elevação na ponta da Península de Itapagipe no século XVI. Inicialmente era um fortim pensado para combater e controlar os índios que habitavam a península. Sua fragilidade era conhecida e seu potencial ofensivo reduzido. Sua nova estrutura possuía uma praça central em forma de hexágono com torreões recobertos por cúpulas em todos os seus ângulos, uma ponte levadiça, dois quartéis junto à entrada e galeria arqueada.



Fonte: Adaptação feita a partir de mapa de ALBERNAZ, João Teixeira, o moço (fl. 1627-1675). Baía de Todos os Santos. In MAPA: Imagens da Formação Territorial Brasileira. Bruno Furrer [Org]. Fundação Emílio Odebrechet. Rio de Janeiro, 1993.

Diante do quadro de instabilidade com relação a defesa, os colonos e os proprietários de fazendas e engenhos foram obrigados a construir torres e a adquirirem armas na tentativa de garantirem a defesa de suas vidas e propriedades. Tais decisões já estavam previstas no Regimento de 1548:

os capitães das capitâneas das ditas terras, e senhorios dos engenhos, e moradores dela sejam obrigados a ter artilharia, e armas seguintes, cada capitão em sua capitania ao menos dois falcões,⁷⁷ e seis berços,⁷⁸ e seis meios berços, e vinte arcabuzes, ou espingardas e a pólvora necessaria, e vinte bestas,⁷⁹ e vinte lanças, ou chuços e quarenta espadas, e quarenta corpo d'armas d'algodão⁸⁰ dos que na dita terra do Brasil se costumam e os senhores dos engenhos, e fazendas, que hão e ter terras, ou casas feitas tenham ao menos quatro berços, dez espingardas, e dez bestas, e vinte espadas e dez lanças, ou chuços, e vinte corpos das ditas armas de algodão, e todo morador das ditas terras, que nelas tiver casa, terras ou águas, ou navio tenha ao menos besta, ou espingarda, espada, lança ou chuço, e que os que não tiverem as ditas armas se provejam delas da notificação a um ano, e passado o dito tempo, achando-se, que as não tem paguem em dobro a valia das armas.⁸¹

Entretanto, todas essas medidas eram paliativas, como chamava atenção Frei Vicente do Salvador ao afirmar que as defesas “serviam mais para terror que para efeito”⁸², realidade que permaneceu durante todo o século XVI. As reformas introduzidas posteriormente procuraram adequar o sistema de defesa á evolução das técnicas bélicas da fase pós-pólvora. Os muros tornassem-se mais baixos e enterrados a um ou dois níveis abaixo do solo, as paredes cresceram muito em espessura e a abertura das portas e janelas tornaram-se mínimas, o que impedia que os tiros de canhão esfacelassem a muralha.

As mudanças implantadas entre os séculos XVI e XVII no sistema defensivo de Salvador permitem afirmar que esse sistema se constituía em uma colcha de retalhos, de vários estilos, tecida de acordo com as necessidades bélicas, os materiais disponíveis e os diversos engenheiros encarregados de erguer fortalezas e demais fortificações. Talvez as mais significativas alterações do sistema tenham ocorrido entre os anos de 1591 e 1598, quando as antigas defesas foram reedificadas com pedra, e no século XVII, quando foram construídas estruturas defensivas nas entradas dos rios visando proteger o Recôncavo das investidas corsárias. Nesse período foram erguidas a

77 Canhão usado no século XV ao XVIII. Seu comprimento era de 1,65cm.

78 Canhão pequeno e curto que atirava balas de ferro de um quilo e meio.

79 Arma antiga, formada de arco, cabo de madeira e corda, com a qual se disparavam setas.

80 Gibões acochados de algodão usados para defender o combatente das flechas. Era um tipo de armaduras mais leve.

81 APEB. Registro de Provisões Reaes - 1534-1590. Translado do Regimento dos Provedores das Capitâneas de todo o Estado do Brasil de como hão de servir. Maço: 254. p.13

Plataforma de Saubara, em Santo Amaro, o Forte de São Francisco de Sergipe do Conde e o Forte ou Plataforma de Matoim.⁸³

Finalizando a análise acerca da fragilidade do sistema defensivo, cabe destacar vários outros elementos que podem explicar esse quadro de insegurança como a ausência de uma frota que patrulhasse a costa e o número de armas disponíveis - falcões⁸⁴, pedreiros⁸⁵, arcabuzes⁸⁶, espadas, piques e lanças e até mesmo pólvora.

A estes fatores associavam-se a reduzida presença de militares profissionais atuando em Salvador. A defesa da capital na América portuguesa era feita por poucos soldados, muitos clérigos e frades, sendo que a grande maioria dos homens em condições de combate passava boa parte do ano no Recôncavo envolvido com as atividades da produção do açúcar.

No entanto, essa avaliação negativa do sistema defensivo não se aplica se considerarmos seu sucesso obtido na repressão às revoltas indígenas e na imposição de um efetivo controle e domínio sobre os habitantes das aldeias existentes no entorno da Baía de Todos os Santos.

82 SALVADOR, op. cit. p. 34

83 Vide. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. v. XVIII, p.304. v. XIX p.197/235. v.XX p.291

84 Canhão bombarda ou de bombarda alongada de pequeno calibre de tiro direto usado do século XV ao século XVIII. Seu uso era mais apropriado à guerra naval.

85 Também conhecido por canhão-pedreiro por ele eram atiradas balas de pedra. O mesmo que roqueira ou pedreiro.

86 Arcabuz, nome derivado do alemão Hakenbuche, era um tipo de arma usado entre os séculos XIV e XV na Europa e na América Portuguesa entre os XVI e XVIII. Era uma arma leve que podia ser disparada sem o uso de uma forquilha.

9. O sistema defensivo e sua eficácia ante os conflitos indígenas.

Os dados relativos às aldeias⁸⁷ no período que antecede ao governo de Mem de Sá não são precisos. Ainda assim, Paraíso⁸⁸ identifica e localiza as seguintes:

Número de Aldeias	Localização
Uma	Rio Vermelho
Cinco	entre Brotas e Cabula
Uma	Itapuã
Sete	entre a cidade e a Rótula do Abacaxi
Uma	Calçada
Três	entre São Lourenço e Santo Antônio
Incalculável	entre Itapuã e São Caetano
Uma	Itapagipe

Fonte: PARAISO, M Hilda B. **Os esquecidos de Salvador: índios e negros na cidade-fortaleza e a conquista das terras das aldeias do seu entorno.** In Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, v. 98 (jan-dez), 2003. IGHB. Salvador, 2004.

A conquista e dominação dos moradores dessas aldeias eram mecanismos essenciais para a efetivação do projeto colonial. A transformação das aldeias em espaços administrados e controlados por colonos implicava em torná-las locais em que se exerciam múltiplas funções, sendo a aceleração do processo de imposição de novos padrões culturais aos nativos. Assim, pode-se afirmar que havia três tipos de unidades sociais indígenas no século XVI no entorno de Salvador: as que se mantinham integralmente autônomas, as que haviam sido submetidas diretamente ao controle de colonos portugueses e os aldeamentos administrados pelos jesuítas.

A aceitação pelos indígenas de se aldearem, significava, em princípio, a aceitação das regras impostas pelos colonizadores e sua caracterização como aliados, não implicava no respeito ao seu direito às terras que ocupavam. Os jesuítas tentaram contornar o problema criando os aldeamentos nas aldeias já existentes, o que,

⁸⁷ Usamos o termo aldeia para nos referirmos a unidades sociais indígenas autônomas em oposição a aldeamentos que são unidades sob a administração de missionários ou colonos.

supostamente, garantiria o direito natural de propriedade da terra aos seus ocupantes primitivos, além de evitar a insatisfação dos índios com as transferências forçadas.⁸⁹

O respeito às terras indígenas não era uma prática usual nesse período. Tanto assim que Nóbrega, buscando uma forma de proteger os direitos dos grupos aldeados, solicitou, já em 1561, que a Coroa emitisse títulos dominiais aos índios. No ano seguinte, em uma resposta ao apelo do inaciano, o governador Mem de Sá, autorizado pela rainha Dona Catarina, doou algumas sesmarias a índios aldeados e definidos como aliados. Tal decisão foi confirmada em 1571, quando foram definidas as penalidades para aqueles que a desrespeitassem: perda de benfeitorias e pagamento de multa de cinquenta cruzados — divididos entre o denunciante e o Tesouro, que usaria a sua parte na fortificação da cidade.

Superada a grande crise com o donatário, pode-se afirmar que as relações inicialmente estabelecidas entre os índios com o Governador Tomé de Sousa foram pacíficas. No entanto, a expansão da cidade e a atuação dos jesuítas nas aldeias criaram um clima de animosidade que se expressou ainda na administração de Sousa numa grande revolta dos índios da aldeia do Calvário⁹⁰ e daqueles que não aceitavam a presença portuguesa na área construída no alto da escarpa.

Para impor o controle português, Sousa reprimiu de forma violenta os revoltados: suas lideranças foram amarradas nas bocas de canhões apontados na direção do mar da baía. Os canhões eram disparados e os pedaços dos corpos das vítimas se espalhavam pelas encostas como um alerta aos futuros revoltosos, visando intimidá-los e evitar oposições aos mecanismos de opressão e dominação que se implantavam nas terras soteropolitanas. Após a violenta repressão, as aldeias autônomas localizadas até Paripe foram submetidas ao controle, permitindo a expansão da ocupação dessas terras pelos colonos.

Um conflito de maiores proporções ocorreu no governo de Duarte da Costa, em 1555. A morte de um líder de aldeia nas dependências do Engenho do Cardoso (na Calçada) motivou a decisão dos índios das proximidades a se confederarem e atacarem o engenho, onde aprisionaram o gado, os vaqueiros, vários escravos e três moradores.

88 PARAISO, M Hilda B. **Os esquecidos de Salvador: índios e negros na cidade-fortaleza e a conquista das terras das aldeias do seu entorno.** In Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, v. 98 (jan-dez), 2003. IGHB. Salvador, 2004. p.129-138.

89 LEITE, S. op. cit. p. 46.

Após o ataque, deslocaram-se para a aldeia de Itapuã em busca de aliança. No dia seguinte, uma tropa de seis cavaleiros e vários infantes portugueses respondeu ao ataque invadindo a aldeia da Porta Grande (Calçada) e dirigiu-se a outras duas próximas, incendiando-as, matando vários índios, aprisionando os “principais” e libertando alguns dos prisioneiros. Dali a tropa repressora dirigiu-se para Itapuã, onde retomou o gado e soltou os prisioneiros.

Após novo ataque dos confederados ao mesmo engenho, duzentos infantes, vários cavaleiros e escravos voltaram ao ataque, levantaram o cerco ao engenho, queimaram cinco aldeias, mataram as lideranças e muitos outros guerreiros. Crianças e mulheres foram levadas como prisioneiras para a cidade.

No caminho de volta para Salvador, a tropa queimou mais três aldeias. Usando-as como base, partiram para as do interior, tendo como ponto de apoio a aldeia do Rio Vermelho, que já havia sido abandonada pelos indígenas. As aldeias de Itapuã e Paripe, ante a violência da repressão, pediram a paz.

A consolidação da dominação das aldeias indígenas no entorno da cidade e da Baía de Todos os Santos ocorreu de forma definitiva na administração do Governador Mem de Sá, que conciliou a política de criação de aldeamentos e de violenta repressão, como previa a legislação vigente. Como consequência da política de dominação, os índios que antes do conflito residiam em localidades mais próximas à cidade, migraram para além do Rio Joanes em busca de um refúgio de difícil acesso aos colonos caçadores de escravos.

Graças à firme intervenção de Mem de Sá, a ocupação portuguesa pôde se expandir nas direções norte, após o combate aos índios de Tatuapara, para o sul, ao controlar os habitantes das aldeias de Curupeba, na ilha de Madre de Deus, e de Boca Torta (provavelmente São Sebastião ou Nazaré do Jacuípe); e a oeste, no vale do Paraguaçu, onde destruiu mais de cem aldeias rebeladas.⁹¹

90 Primeira aldeia em que os jesuítas atuaram. Localizava-se fora dos muros da cidade no local hoje conhecido como Santo Antônio Além do Carmo, onde está o convento do mesmo nome.

91 PARAÍSO, op. cit. 2003/2004.

O número de aldeamentos criados entre 1557 e 1590 no entorno da Baía de Todos os Santos indica como o processo de conquista se mostrou eficaz graças às ações ofensivas e defensivas desencadeadas a partir da estrutura militar implantada em Salvador.

Aldeias e aldeamentos (1557-1590)	Localização
Curupeba	Ilha de Madre de Deus – Baía de Todos os Santos
Vila Velha ou do Pereira.	Porto da Barra, Graça e Santo Antônio da Barra.
Nossa Senhora do Rio Vermelho.	Morro do Conselho
Calvário.	Santo Antônio Além do Carmos
São Lourenço ou do Tamandaré	Proximidade da de Nossa Senhora do Rio Vermelho
São Paulo	Brotas
São João.	Plataforma – interior da Baía de Pirajá
Nova de São João.	Às margem do Rio Pirajá, a seis léguas da baía do mesmo nome.
Santiago.	Em Pirajá, nas proximidades da de São João
Simão.	Situada nas imediações do Forte de São Pedro, do Jardim do Passeio Público e da Gamboa.
São Sebastião, de Tubarão ou Ipiru	Localizava-se nas proximidades da aldeia de Simão
- Espírito Santo.	Situava-se na atual área de Abrantes, município de Camaçari
Bom Jesus de Tatuapara	Praia do Forte
Santo Antônio de Rembé	Arembepe
Santa Cruz de Itaparica.	Ilha de Itaparica
São Francisco	São Francisco do Conde
São Sebastião do Passé	São Sebastião do Passe
Santo Antônio da Aldeia	Maragogipe – Santo Antônio de Jesus
Jaguaripe do Rio da Aldeia	Jaguaripe
São Pedro	
São Jorge	
Rio Paraguaçu (cento e sessenta aldeias)	
Rio Joanes – várias	
Taperoá (uma aldeia)	
Tapetinga (uma aldeia)	
Borda da Baía de Todos os Santos (três aldeias)	

Além destes aldeamentos acima citados, Paraíso⁹² refere-se a alguns administrados por particulares, como os existentes nas propriedades de Sebastião da Ponte, Antônio Ferras, Antônio Cardoso, João Batista e Cristovão de Barros, porém, não há dados mais precisos sobre sua duração e administração.

Quanto aos administrados pelos jesuítas, as epidemias que grassaram entre 1560 e 1563 levaram à morte grande parte dos indígenas que viviam nos aldeamentos. Parte

92 PARAÍSO, op. cit. 2003/2004.

dos sobreviventes abandonaram os locais e os poucos que permaneceram nos aldeamentos foram transferidos para outros e a grande maioria das terras acabou por ser apropriada por particulares ou pelos próprios jesuítas.

Conclui-se, assim, que o projeto de conquista das terras indígenas, dominação dos tupinambás no entorno da Baía de Todos os Santos e sua inserção como trabalhadores nas propriedades particulares e em obras públicas - como os Fortes de Itapagipe e Santo Antônio da Barra, estradas e caminhos e da própria cidade - obteve sucesso e, em poucos anos, os índios deixaram de ser uma ameaça à cidade e à expansão da fronteira agrícola e pecuária na região.

Ao invés de combater os colonizadores, os tupinambás tornaram-se defensores do projeto colonial metropolitano e combatendo franceses em Salvador e no Rio de Janeiro, ingleses, em 1587, e holandeses, em 1589, sem considerarmos sua atuação ativa sob o comando de D. Marcos Teixeira na expulsão dos holandeses no século XVII. Sua presença na repressão aos revoltosos da Aldeia de Boca Torta, do Paraguaçu, dos liderados do cacique do Araripê, do Paranoaba e da Paraíba, e aos Tamoios foi o elemento essencial que permitiu aos portugueses solidificarem e expandirem sua conquista na América portuguesa.

Logo, cabe concluir que se o sistema defensivo implantado em Salvador e seu entorno não era um dos mais eficazes para defender o local dos ataques de corsários e europeus interessados em se apoderar da América portuguesa, mostrou-se eficiente para derrotar as populações indígenas e consolidar o domínio português sobre sua colônia.

Capítulo III

1. Morar e trabalhar na Cidade do Salvador.

1.1. A consolidação da nascente cidade

A cidade do Salvador, sede do governo-geral português na América, se solidificou como centro administrativo e eclesiástico e transformou-se em um símbolo de prosperidade econômica no decorrer do século XVI. O enriquecimento dos seus moradores refletia-se na qualidade das construções e na ampliação do sítio original. Essa pujança e riqueza advinham dos lucros obtidos com o plantio da cana, da produção do açúcar e da posição privilegiada do porto, transformado-a no principal entreposto comercial entre Portugal e suas colônias do Oriente e em grande centro difusor de mercadorias que chegavam em embarcações.

A solidificação da exploração agro-mercantil açucareira também foi fundamental para a fixação dos colonos às novas terras e para a fundação de novos povoados e vilas, determinando a superação da exploração predatória e o surgimento do sistema de produção de artigos voltados para o circuito comercial mundial. Era, entretanto, um sistema de produção que apresentava uma grande fragilidade: a dependência de mão-de-obra escrava.

Entre 1534 e 1564 os escravos eram obtidos, na quase totalidade, através do aprisionamento de indígenas do litoral. As constantes revoltas e fugas representavam certa instabilidade quanto ao suprimento de trabalhadores. Este quadro se agravou a partir da chegada dos missionários jesuítas, responsáveis pela criação de aldeamentos por eles administrados, pela política dualista projetada no Regimento de Tomé de Sousa, pelas sucessivas leis restritivas à escravização indiscriminada de indígenas e, finalmente, pelas grandes epidemias de sarampo e varíola de 1560 e 1563, responsáveis pela morte de 2/3 de toda a população tupi aldeada do litoral da colônia.

A solução pensada – a organização de entradas – não surtiu o efeito desejado, inclusive porque os novos escravizados eram do Tronco Lingüístico Macro Jê, grupos não sedentários, agricultores incipientes, falantes de línguas desconhecidas e que reagiam duramente à escravidão.

A solução encontrada, estimulada e financiada por mercadores metropolitanos foi a importação de escravos de origem africana, o que terminou por aumentar a riqueza das camadas sociais metropolitanas e coloniais, envolvidas com o tráfico e ampliação das atividades e o movimento no porto de Salvador.

Assim, pode-se afirmar que na nascente Salvador do século XVI, trabalhadores de três continentes atuavam com matizes culturais distintas e diferentes graus e formas de inserção e participação no empreendimento colonial. Esses vários agentes sócio-econômicos, diferenciados de acordo com sua categoria funcional, prestígio atribuído a suas origens étnicas, importância dada a suas atividades e à condição de homens livres e escravos, recebiam ou não variadas formas de remuneração pelo seu trabalho.

É comum associarmos remuneração ao pagamento em espécie, particularmente nas situações de crescente enriquecimento. Porém, esta não era a realidade vivenciada pelos trabalhadores da chamada “Lisboa da América.” Uma das razões para que fossem adotadas formas alternativas de pagamento era a restrição da circulação de moedas para pagamento dos soldos, serviços contratados e fornecimento de mercadorias no Império português durante o século XVI.

O reduzido número de moedas em circulação é compreensível nos primeiros anos de implantação do Governo Geral, porém não parece se coadunar na medida em que o porto de Salvador passou a se constituir em uma escala essencial para a grande circulação de embarcações na rota entre o Oriente e Ocidente pelo Atlântico, conhecida como Carreira da Índia.¹

Como conseqüência da grande e crescente atividade comercial nessa rota, o porto de Salvador recebia grande número de naus carregadas de mercadorias e uma gama variada de pessoas de origem étnica e atividades funcionais diversificadas. Registra-se a presença de mareantes,² soldados,³ artesãos, cirurgiões, barbeiros, sangradores, militares e religiosos. Esses visitantes permaneciam na cidade por períodos distintos de acordo com as necessidades e possibilidades de darem continuidade às

1 A Carreira da Índia, era a rota que os navios portugueses – particulares ou oficiais – faziam entre determinado período. Eram navegações comerciais entre Portugal e o Oriente e que tiveram no Porto da cidade do Salvador um dos principais elos entre Lisboa, o sul da África e a Ásia durante os séculos XVI e XVII.

2 Eram chamados de gente do mar

viagens. Essa população oscilante convivia com os moradores da cidade e suas adjacências.

A composição dos moradores tornava-se cada vez mais diversificada quanto às atividades que exerciam. Além de agentes governamentais de várias categorias, há registro da presença de religiosos, de proprietários de terras, senhores de engenho, plantadores de cana, marinheiros,⁴ grumetes,⁵ pilotos, cosmógrafos, remadores, mercadores, mestres de obras, “engenheiros militares, ao serviço dos governadores para dirigir as obras de implantação de cidades, assim como obras de fortificações.”⁶

É possível destacar ainda, diferenciadas razões para explicar a presença dessas pessoas em Salvador. Alguns eram degredados, outros desertores ou náufragos de embarcações deixados a força para cumprir penas, ou que ficavam por vontade própria, e, ainda, aqueles que voluntariamente se deslocaram da metrópole para tentar a vida na América portuguesa.

2. Viver em Salvador

Quem vivia em Salvador e seu entorno? Quem a construiu e a fez florescer? Fazer um mapeamento dos moradores e dos trabalhadores da cidade no século XVI não é uma tarefa fácil, principalmente por ter sido esta uma população flutuante e por serem os dados precários e as fontes conflitantes. Confirmando esta dificuldade, Azevedo informa que “os cálculos das populações coloniais não passaram de vagas estimativas até os fins do séc. XVII. Somente no séc. XVIII é que começa o censo demográfico no Brasil.”⁷

Os dados obtidos nos Registros dos Mandados e Provisões de Pagamentos Reais, publicados nos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, as cartas dos jesuítas e dos governadores permitem afirmar a existência de europeus de várias nacionalidades em Salvador, tais como portugueses, flamengos e espanhóis.

As fontes secundárias entram em contradição ao calcularem o número de habitantes. Frei Vicente do Salvador afirma que acompanharam o governador, “alguns

3 Eram chamados de gente das armas

4 Faziam todo tipo de serviço: manobrar embarcações, içar e recolher velas e carregar a embarcação com mantimentos e provisões.

5 Eram aprendizes de marinheiro encarregados de realizar pequenos serviços a bordo e com idade variando entre dez e vinte e sete anos.

6 VALLA, & TEIXEIRA, op. cit. p. 133

7 AZEVEDO, op. cit. p. 181

homens casados e mil de peleja, em que entravam quatrocentos degredados.”⁸ Para Gabriel Soares de Sousa teriam embarcado em 1549, “uns seiscentos soldados e outros criados del-rei, que iam providos de cargos.”⁹ Accioli, em contrapartida, registrou que vieram com Tomé de Souza “trezentas pessoas de serviço quatrocentos degredados e perto de trezentos colonos e alguns missionários, engenheiros, oficiais e soldados de tropa regular.”¹⁰

Já Theodoro Sampaio informa que havia duzentos e oitenta colonos, trezentos e vinte soldados de várias nacionalidades, quatrocentos degredados, além de funcionários e marinheiros.¹¹ No entanto, Edson Carneiro,¹² analisando o tamanho da frota do primeiro governador e os pagamentos que foram realizados, calculou que o número de pessoas não passou de quinhentas, incluindo os duzentos que recebiam soldos e os cem degredados.

Outra questão a ser considerada nessas informações é que elas se restringem aos europeus vindos com o governador, ignorando os que viviam anteriormente e o contingente indígena¹³ que ocupava a região. São, portanto, dados que refletem uma perspectiva eurocêntrica e voltada para estabelecer um marco inaugural do processo efetivo de colonização.

Desconhecendo-se com exatidão o número de pessoas que acompanharam o governador, o dos europeus que viviam antes de 1549 e dos indígenas, os dados relativos aos anos anteriores também se mostram comprometidos pelas mesmas razões. Assim, tem-se o registro de que em 1550 foi enviada uma armada com gente, provisão, animais e mantimentos, alguns sacerdotes da Companhia de Jesus e outros clérigos. Em 1551 vieram com o Capitão-mor Antônio de Oliveira do Carvalhal, Alcaide-mor de Vila Velha, alguns casais, pessoas forçadas, degredados, escravos de Guiné e animais.

Accioli registra que “logo no anno seguinte de 1552 no principio chegou á Bahia o seu primeiro Bispo D. Pedro Fernandes Sardinha com conegos, Dignidades e todos os mais officiaes Ecclesiasticos, apparatus de ouro, prata e ornamentos para as funcções da Igreja e culto Divino”.¹⁴

8 SALVADOR, op. cit. p.160

9 SOUSA, G. op. cit. p.128

10 ACCIOLI.I. e AMARAL, B. op. cit. v I. p.246

11 SAMPAIO, op. cit. p.81-178

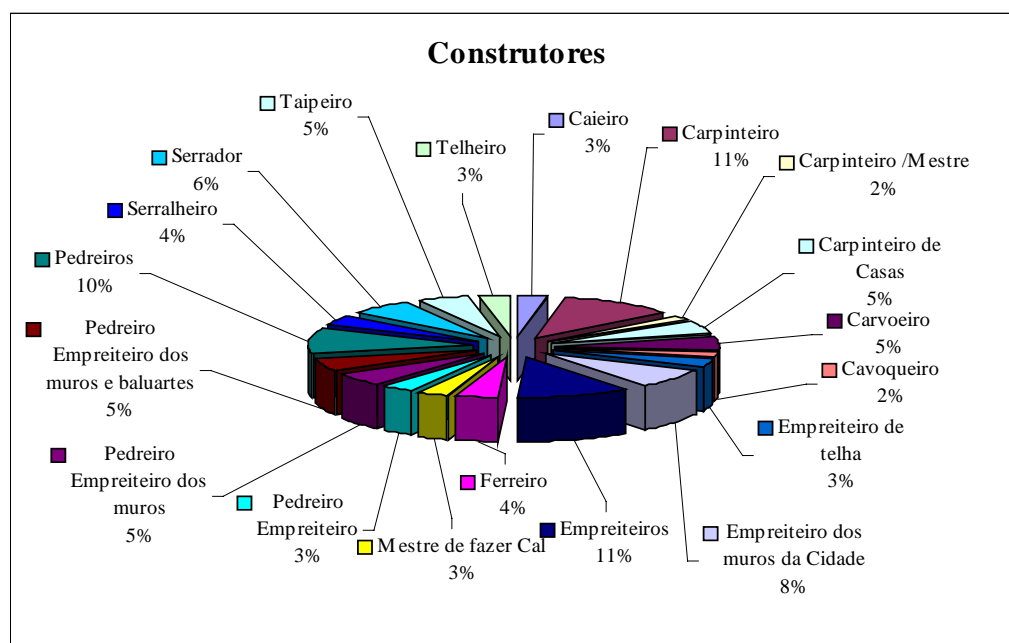
12 CARNEIRO, Edson. **A Cidade do Salvador 1549: Uma Reconstituição Histórica; A conquista da Amazônia.** 2ª ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro/Brasília, 1984. p.20-108

13 Os cálculos de especialistas em demografia indígena informam que uma aldeia tupi é, normalmente, habitada por quinhentas ou oitocentas pessoas.

14 ACCIOLI.I. e AMARAL, B. op. cit. v.I. p.295.

Também não há informações quanto ao número de escravos de origem africana que viviam em Salvador no século XVI. Entretanto, há referências a sua presença já no momento de fundação da cidade, atuando e recebendo pagamento por suas atividades. Da mesma forma há indicativos de que a miscigenação racial era uma realidade, como se pode observar na afirmativa do Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros ao se referir a “Vicente Affonso e João Fernandes definidos como pardos,¹⁵ e Manoel Pereira mulato¹⁶” e Darcy Ribeiro que se refere à presença de “mamelucos e brasilíndios, gerados pela mestiçagem de europeus com índios, logo se desdobrou pela presença precoce e cada vez mais maciça de escravos africanos.”¹⁷

Essas pessoas exerciam atividades distintas de acordo com suas qualificações profissionais e, também, com suas origens sociais e étnicas, realidade expressa no gráfico abaixo.



Fonte: Documentos Históricos. Ministério da Educação e Saúde. Bibliotheca Nacional. Registro de Provisões e Mandados Reais. Volumes: XXXV, XXXVI, XXXVII, XXXVIII. Rio de Janeiro, 1937.

Os dados do gráfico referem-se às atividades exercidas pelos trabalhadores em Salvador. Os portugueses¹⁸ eram construtores, oficiais mecânicos ligados a construção

15 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Mandados, Alvarás, Provisões e Sesmarias. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Doc. nº412. v. XXXVII, p.151/152.

16 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc. nº 36. v. XXXVII, p.16/17.

17 RIBEIRO, Darcy. **O povo Brasileiro: evolução e sentido do Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras, 1995. p.96.

18 Os colonos, atraídos pela possibilidade de virem a receber uma sesmaria, embarcavam para a colônia e, buscavam condições para criarem gado, plantarem açúcar ou produtos agrícolas para consumo local ou se transformarem em senhores de engenho. As informações relativas ao período não se referem à vinda de mulheres solteiras ou acompanhando seus maridos.

naval, comerciantes, lavradores, mestres de obras, “pedreiros e carpinas, como outros que poderão servir de fazer cal, telha, tijolo para começar a dita fortaleza,”¹⁹ dentre os quais Rodolfo Garcia, destaca a presença de numerosos artífices, religiosos administradores e militares todos envolvidos no grande projeto de solidificar a conquista portuguesa na América.

Os escravos de origem africana ou indígena exerciam várias atividades na agricultura, no âmbito doméstico, na construção da fortaleza, do sistema defensivo da cidade e dos engenhos, alguns ocupavam também funções militares.

3. Os trabalhadores

3.1. A Mão-de-Obra Européia

A primeira constatação é que um europeu desempenhava múltiplas atividades, excetuando-se aqueles que exerciam cargos de mando e que dependiam da nomeação das autoridades metropolitanas ou daquelas que atuavam na América portuguesa por delegação real.

Várias categorias compunham o quadro dos administradores. Citamos os governadores, os donatários, os ouvidores, os provedores da fazenda, os arrecadadores de tributos. Essas funções eram preenchidas por homens de confiança das autoridades constituídas, como é o caso de Garcia de Ávila, criado de Thomé de Sousa, que o nomeou feitor e almoxarife da cidade do Salvador e seus termos e da alfândega dela²⁰ por Provisão de 1 de junho de 1549. Graças a sua relação com Souza, Ávila usou sua influência, cargo e ganhos para se tornar o mais rico, influente e poderoso sesmeiro do século XVI. Foi graças às suas habilidades que sua propriedade se expandiu dando origem a uma longa dinastia conhecida como os Senhores da Casa da Torre. Outro cargo preenchido pelo critério da confiança foi o de Ouvidor Geral com ordenado de 200\$000 por ano e ocupado pelo licenciado Braz Fragoso.

Algumas indicações eram direcionadas para parentes do próprio governador ou de homens poderosos na metrópole ou na América portuguesa. Pode ser identificada, por exemplo, a indicação de Balthazar de Sá, sobrinho de Mem de Sá, em 13 de Janeiro

19 Regimento de Thomé de Sousa. In Accioli, I e AMARAL, B. v.I. op. cit. p.265

20 Traslado da Provisão de Feitor, e Almoxarife desta cidade do Salvador, e da Alfândega della, que proveu o Senhor Governador (Tomé de Souza a Garcia d'Ávila). In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. v. XXXV. p.34/35.

de 1558, para comandar a galé Conceição, cargo que foi repassado para o outro sobrinho - Estácio de Sá - em 1559 e também um outro membro de sua família - Salvador Correia de Sá, o velho - para o cargo de Capitão-mor da Capitania Real do Rio de Janeiro.

Alguns dos cargos públicos estáveis, como o de Escrivão da Provedoria, Alfândega e Defuntos da Bahia percebia 30\$000 de ordenado a cada ano. Seu primeiro titular foi Antonio Álvares, nomeado em janeiro de 1522. Outros cargos podem ser considerados como estáveis apesar dos contratados terem prazo pré-estabelecido. Enquadram-se nesta categoria o de Provedor-mor da Fazenda, ocupado por Francisco Mendes da Costa que recebeu com oitenta mil reis de ordenado por cinco anos de atuação.²¹ Também Pedro Ferreira percebeu 80\$000 anuais durante cinco anos por exercer a função de Tesoureiro de Todas as Rendas de Sua Alteza em Terras do Brasil.²² O Provedor da Fazenda de Salvador era remunerado com 30\$000 anuais durante cinco anos. Cristóvão de Aguiar, que exerceu o cargo de Almojarife do Armazém e Mantimentos da Bahia por cinco anos fazia jus a 50\$000 de ordenado pagos pela Tesouraria da Bahia.²³

Já o cargo de Contador, ocupado por Gaspar de Camargo, teve um caráter hereditário, pois o rei determinou que, ao falecer seu titular, o cargo deveria ser ocupado pelo marido de uma de suas filhas legítimas.²⁴

O provimento de alguns cargos, no entanto, era por tempo definido e podia ser cumulativo, como indica o documento de nomeação por três anos de Pero de Góes para Capitão-Mor da Costa, pelo qual percebia 200\$000 por ano de ordenado.²⁵ Góes, na verdade, já exercia outras atividades oficiais e remuneradas pela Coroa: o de Escrivão das Caravelas e da Armada.²⁶ Também Antônio Adorno ocupava duas funções remuneradas, a de Alcaide - Mor e a de Escrivão de Embarcação.

Para o atendimento na área da saúde, foram nomeados o licenciado Jorge de Valadares, recebendo 60\$000 por ano de ordenado²⁷ como Físico e Cirurgião da cidade e Diogo de Castro como boticário, recebendo 15\$000 de ordenado, pagos pelo

21 Por alvará de 2 de Janeiro de 1549, passado em Almeirim. In ACCIOLLI. e AMARAL, B. v.I op. cit. p.297/298.

22 ACCIOLLI. e AMARAL, B. v.I. op. cit. p.298.

23 ACCIOLLI. e AMARAL, B. v.I. Idem. Ibidem.

24 Alvará de 7 de Janeiro de 1549, em Almeirim. In ACCIOLLI. e AMARAL, B. v.I. op. cit. p.297/298

25 ACCIOLLI. e AMARAL, B. v.I. op. cit. p.297/298.

26 Registrava as cargas, compras, vendas e os impostos no diário de bordo.

27 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.665. v.XXXVII. p.270.

Tesoureiro das rendas²⁸ e bacharel mestre Affonso, provido como Cirurgião da Cidade do Salvador com ordenado anual de 18\$000. Como a questão da saúde preocupava os administradores, os mordomos do Hospital da Cidade²⁹ recebiam quatro mil reis em dinheiro para viabilizar a construção daquele hospital.³⁰

O governador Duarte da Costa passou Provisão nomeando Rodrigo de Freitas, em maio de 1554, para o cargo de Provedor da Capitania da Bahia, Diogo Muniz Barreto como Alcaide-mor da cidade do Salvador com salário de 20\$000 ao ano, Antonio Godinho como carcereiro e André Fortio para ser escrivão e provedor dos defuntos da capitania da Bahia em dezembro de 1557.

O encarregado de coordenar as obras e os diversos trabalhadores foi Luís Dias, que trouxe seu sobrinho Diogo Peres³¹, mestre pedreiro para trabalhar sob sua supervisão. Nomeado por provisão de 14 de Janeiro de 1549³², Dias deveria receber salário de 72\$000. Um dos documentos mais detalhados sobre suas atividades em Salvador encontra-se nas cartas que escreveu entre os meses de julho e agosto de 1551. Nelas informa ao rei estar cumprida a sua missão de erguer a fortaleza e indica ainda “Pero de Carvalhaes e Francisco Gomez,”³³ oficiais cuja experiência como pedreiros e mestre de obras era garantida por ele, para quando o rei quisesse fazer outras obras”.

Atuavam como pedreiros em serviços públicos temporários e particulares carpinteiros, ferreiros e tanoeiros.³⁴ Há uma referência elogiosa específica ao pedreiro que trabalhou na construção do Colégio dos Jesuítas. Segundo o padre Manoel da Nóbrega, o pedreiro Diogo Peres “veio com 30\$ de partido a este haviam de dar o cuidado de nosso colégio; é bom oficial.”³⁵ Outros pedreiros citados foram Fernão Gomes, Francisco Gomes, Gaspar Lourenço, Pedro de Carvalhaes, Ruy Gonçalves, João Fernandes e Affonso Fernandes que serviram nas obras da fortaleza do Salvador e recebiam salário que variava de 1\$200 reis a 1\$800 reis ao mês.

28 Lista das nomeações feitas por D. João III para os cargos criados por ocasião da vinda do 1º governador geral do Brasil. Por alvará de 15 de Janeiro de 1549, passado em Almeirim. In ACCIOLLI, e AMARAL, B. v.I. op. cit. p. 297-8.

29 Posteriormente esse hospital foi denominado de Salvador e, finalmente, da Santa Casa de Misericórdia.

30 Mandado passado pelo Governador Tomé de Souza para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.1134. v. XXXVIII. p.56/57.

31 Tornou-se importante auxiliar de seu tio nas obras da fortaleza, mas, ao voltar para o reino com amostras de como estava sendo construída a fortaleza, morreu em um naufrágio.

32 Translado da Provisão do Mestre das Obras desta cidade do Salvador [Luís Dias]. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. v.XXXV. p. 21/22

33 Transcrição da Carta de Luis Dias dirigida a Miguel de Arruda. In Anais da Biblioteca Nacional. op. cit. v. 57. p.25-27

34 Homens que fabricavam e consertavam tonéis e barris para armazenar vinho e a água.

35 Pe. Manuel da Nóbrega. Carta 9 de agosto de 1549 para o Padre Mestre Simão Rodrigues. In Cartas Jesuíticas I. Cartas do Brasil. op. cit. p.85.

Alguns destes trabalhadores, além dos salários, eram empreiteiros e recebiam por trabalho realizado. Este é o caso de Francisco Pires, que somou ao seu salário de pedreiro, o pagamento “tres mil, e setecentos reis em mercadoria, que lhe mandou dar por fazer de empreitada uma casa junto ao baluarte Santa Cruz na Ribeira dos Pescadores.” em 20 de agosto de 1550³⁶ e, no ano de 1551, o mesmo Pires recebeu 2\$987 em mercadoria, “que lhe eram devidos de doze braças de taipa, que fez para as casas do Alcaide, e Carcereiro á razão de trezentos e cincoenta reis em braça”³⁷

O pedreiro Pedro de Carvalhaes também somava ao seu salário o produto de outras atividades, como se percebe no pagamento de 4\$000 em mercadoria em 1550 por haver feito e fornecido “cal na ilha de Taparica, como fez, e tinha feito muita para sua Alteza”³⁸ e, em outubro do mesmo ano, foram-lhe pagos 2\$000 “por um quintal de ferro, que lhe mandava dar pela Casa dos Armazens, que fez na Ribeira desta Cidade em que mais foi avaliada por Luiz Dias, mestre das Obras, além do que lhe eram obrigados dar.”³⁹ Ainda em 1550 recebeu 9\$380 por quarenta e nove e meia braças dos alicerces que foi aberto da Sé após ter sido contratado por Luis Dias.

Outros trabalhadores indicados são André Rodrigues Romeiro, que recebeu \$700 réis em dinheiro por ter roçado o mato junto dos Armazéns da Ribeira e Domingos Rodrigues encarregado de limpar os muros da cidade, trabalho pelo qual recebeu 2\$400 pagos em mercadorias.⁴⁰

Há referências a outras atividades realizadas por particulares, como os empreiteiros de caminhos e muros da cidade que, em 1550, recebiam dez mil reis em resgate ou por sua empreitada.⁴¹ No entanto, os primeiros empreiteiros a serem referidos em 1549⁴² foram Ruy Gonçalves, Belchior Gonçalves, Francisco Gomes e Fernão Gomes. O caminho da cidade à Ribeira dos Pescadores, por exemplo, foi feito de empreitada por Jorge Dias, que recebeu de pagamento 3\$540, sendo 3\$340 em dinheiro e \$200 réis em mercadorias. Já os empreiteiros dos muros e baluartes recebiam os

36 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.655. v. XXXVII, p.266.

37 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.560. v. XXXVII, p. 221/222.

38 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. v. XXXVII. op. cit. Doc. 839. p. 354/355.

39 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. v. XXXVII. Doc. 840. p.355.

40 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. v. XXXVIII. Doc.1118. p.49/50.

41 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. v. XXXVII. Doc. 137. p. 58.

42 Mandado passado pelo Governador Tomé de Souza para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. v. XXXVII. Doc.174. p.67.

salários que variavam entre 2\$000 a 6\$000, como se pode constatar na documentação. Assim encontra-se o registro de que Ruy Gonçalves⁴³ e Fernão Gomes 6\$000 de salário enquanto Francisco Pires e Affonso Fernandes receberam 2\$000. O valor pago aos empreiteiros dos muros variava de acordo com a dimensão do trabalho a ser realizado e era acertado com o Provedor.

Muitas outras atividades eram exercidas por homens livres e também por degredados: pescadores, barbeiros, marinheiros, auxiliares das obras, mestres das ferrarias, ferreiros como André Pereira⁴⁴ e uma faixa intermediária de agregados que prestavam serviços em troca de auxílio, feitores, mestres de açúcar⁴⁵ e mais, alguns trabalhadores e comerciantes todos envolvidos na instalação de engenhos e no seu funcionamento.

Em uma cidade em construção, destacavam-se os oleiros, especialistas no processo de extração da argila para a preparação do fabrico do tijolo e telhas, na construção de casas de pau a pique, como é o caso de Miguel Martins, Pero de Carvalhaes e Francisco Gomes que também eram pedreiros, Francisco Fernandes, João Salgado, Pedro Martins⁴⁶, Antonio Vaz de Leiria, Gomes Fernandes e João Rodrigues que trabalhavam em parceira ou por empreitada. O preço das telhas variava segundo sua qualidade como se pode observar nos valores pagos a Pedro Martins: 8\$000 em dinheiro de contato, que lhe eram devidos por quatro milheiros de telha entregues ao almoxarife dos armazéns para as obras da cidade e mais 8\$066 também em dinheiro de contado por 5.620 telhas a 1\$200 a 1\$600 o milheiro.

Não apenas os pedreiros e funcionários acumulavam atividades. Esee é o caso dos militares. Na massa documental consultada foi possível identificar as seguintes categorias de homens de armas pagos pelo governo: escudeiros, espingardeiros, mareantes, soldados, besteiros,⁴⁷ homens d´armas, arcabuzeiros e bombardeiros.⁴⁸ Essa

43 Mandado passado pelo Governador Tomé de Souza para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. v. XXXVII. Doc. 188. p.71/72.

44 Por mandado do governador de 4 de março de 1550 recebeu 1\$400 em dinheiro por ter feito um forno de serralheiro.

45 Os mestres de açúcar são os senhores de engenho, porque em suas mãos está o rendimento e ter o engenho fama, pelo que são tratados com muitos mimos, e os senhores lhe dão mesa e cem mil réis, e outros mais, cada ano. Remuneração que comparada a dos capelães – quarenta e cinquenta mil réis anuais – evidencia ainda mais eloqüentemente a importância desse técnico de quem tanto se dependia. PINHO, Wanderley. História de um Engenho do Recôncavo: Matoim, Novo Caboto, Freguesia 1552-1944. Editora Nacional. São Paulo, 1982.

46 Mandado passado pelo Governador Tomé de Souza para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. v. XXXVII. Doc.855. p.362.

47 Arma de mão de arremesso feita de madeira e composta de arco metálico preso transversalmente. Era usado para disparar balas pequenas e setas.

48 Carregavam e disparavam os canhões bombarda.

tropa era organizada em guarnições⁴⁹ e seus componentes eram armados com espingardas, arcabuzes, piques⁵⁰ e bestas, exceção feita aos escravos e índios aldeados que iam sempre á frente. A expectativa da participação dos indígenas já está expressa no Regimento de Thomé de Souza que calculava poder mobilizar parte dos “cinco até seis mil homens de peleja, os quaes accupão ao longo da Costa para a parte do Norte até Tatuapara”.⁵¹

Analisando essa superposição de atividades, pode-se afirmar que essa tropa paga era de pequena monta e composta por camponeses ou seus filhos arregimentadas na sua maioria à força nas vilas do interior de Portugal e na zona portuária de Lisboa e, portanto, não pode ser definida como especializada e qualificada. A essa pequena tropa, nos momentos de crise, eram adicionados povoadores, colonos e sesmeiros, além dos índios e escravos que atuavam em defesa das propriedades particulares, como previa o Regimento de Thomé de Souza. Segundo esse documento, os capitães mores e senhores de engenho deveriam ter “um número idêntico de armas de fogo e bestas em seus arsenais [pois] todo o morador das ditas terras do Brazil que nellas tiverem casas terreas, ou aguas ou navios terá ao menos bésta, espingarda, espada, lança ou chuço.”⁵²

Francisco Mendes, serralheiro, que percebia mensalmente \$500 como homem d’armas em 1549, em 22 de maio de 1550 foi-lhe paga a quantia de 2\$910 reis em mercadoria referentes a outros trabalhos realizados entre os meses de maio e novembro daquele ano e mais \$300 mensais por trabalhar nas ferrarias.⁵³ Nos anos seguintes a documentação mostra outros homens acumulando funções, como é o caso de Jorge André, bombardeiro e ferreiro, que recebeu \$140 por ter servido três meses e quarenta dias nas ferrarias da cidade,⁵⁴ apesar de também perceber salário como militar até o ano de 1552.⁵⁵

Belchior Gonçalves era bombardeiro, pedreiro e empreiteiro, como se comprova por ter recebido da Casa dos Contos 5\$600 em mercadoria, 10 em setembro de 1550,

49 Os homens da guarnição vestiam armaduras, que desconfortáveis no calor dos trópicos. Mais tarde, passaram a usar malhas metálicas, mais leves e maleáveis, que foram substituídas por gibões menos pesados e mais flexíveis.

50 O pique era uma longa lança usada pelos que combatiam a pé, media entre três e cinco metros de comprimento. Está várias vezes referido no Regimento de Thomé de Souza, onde é determinado que cada capitão-mor e senhor de engenho tivesse lanças ou chuços, esse tipo de arma não chegou a ser relevante na América Portuguesa, onde os índios não possuíam cavalaria.

51 Regimento de Thomé de Souza. In ACCIOLLI, I. e AMARAL, B. v.I. op. cit. p.264.

52 Regimento de Thomé de Souza. In ACCIOLLI, I. e AMARAL, B. v.I. op. cit. p.270

53 Mandado passado pelo Governador Thomé de Souza para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc. 441. Documentos Históricos. v. XXXVII. p.166/1167.

54 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc. 1271. v.XXXVIII. p.120.

55 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc. 1146. v.XXXVIII. p.62

por ter sido contratado por empreitada na Ribeira ⁵⁶e mais 11\$120 em 15 de outubro de 1551, sendo que “metade em dinheiro, e metade em mercadoria por ter construído dez mil e oitocentos de vinte e cinco braças e três quartas de braça de taipa, que fez por mandado do Provedor – mor para a casa da Pólvora; as dez dela a quatrocentos e cinqüenta reis a braça, e as quinze e três quartas a quatrocentos reis, a qual obra fora vista, e medida por Luiz Dias Mestre delas.”⁵⁷

O mesmo Balchior Gonçalves recebeu 6\$680 em dinheiro para construir os Açougues de Salvador, o que significava a construção de vinte e uma braças, e meia de parede de taipa. O preço acertado foi o de \$320 a braça, medidas por Luiz Dias Mestre das Obras.”⁵⁸ Ainda há registro de ter recebido como empreiteiro e pedreiro a quantia de 3\$000 em mercadorias pelas obras em pedra e barro realizadas na Ribeira ⁵⁹ e o caso de relojoeiros, como João Luis,. que serviu no baluarte São Tiago.

Constata-se, assim, que os militares atuavam em várias atividades e já em 1550 há registro de escravos trabalhando juntamente como seus senhores tanto nas atividades militares como nas demais, as quais pode-se destacar, pedreiro, serrador etc. Referimo-nos aos carpinteiros e bombardeiros Antonio Gonçalves⁶⁰ e Jorge Teixeira,⁶¹ sendo que este possuía um escravo que também exercia a atividade de carpinteiro, e o bombardeiro e serrador de madeira Pedro Affonso, cujo auxiliar era um escravo de Paulo Dias.

O gráfico abaixo demonstra que a base das tropas em Salvador era formada, predominantemente, por homens d’armas e bombardeiros. Ao considerar que, na sua maioria, exerciam dupla atividade, cabe perguntar em qual delas esses homens eram especializados e avaliar a fragilidade da defesa da fortaleza considerando-se a atuação do seu contingente militar.

56 Mandado passado pelo Governador Tomé de Souza para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. v.XXXVII. Doc. 765. p.319.

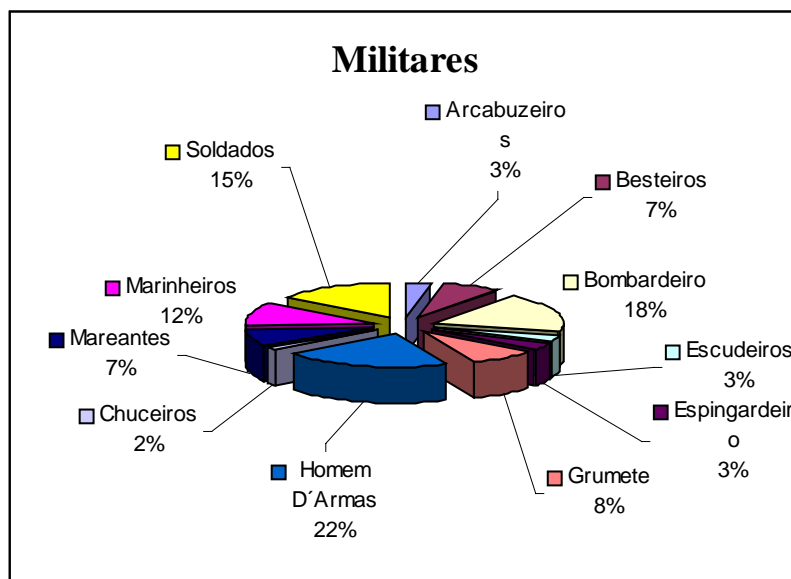
57 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc. 830. v. XXXVII. p. 351.

58 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc. 974. v. XXXVII. p. 415/416.

59 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc. 395. v. XXXVII. p.143/144.

60 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc. 805. v. XXXVII. p.337/338.

61 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc. 1166. v. XXXVII. p. 71.



Fonte: Documentos Históricos. Ministério da Educação e Saúde. Biblioteca Nacional. Registro de Provisões e Mandados Reais. Volumes: XXXV, XXXVI, XXXVII, XXXVIII. Rio de Janeiro, 1937.

A partir de 1549 foram contratados homens para reforçar o contingente militar como se constata na Provisão de 4 de agosto de 1549, quando o governador determinou que fosse pago em resgate 2\$000 a Pedro Fernandes de Alburge e 1\$000 de seu salário referente a primeiro de junho por servir de homem d'armas,⁶² 3\$800 a João Garcia de Salamanca por servir de espingardeiro⁶³ e o soldo de 1\$4000 a Henrique de Memberga, bombardeiro flamengo.⁶⁴ Encontram-se também referências a pagamentos de \$985 em mercadorias a Gonçalo Ferreira, castelhano,⁶⁵ 1\$650 reis mensais a Pedro Martins do Rio de Mouro⁶⁶ que atuava como homem d'armas e a Domingos Fernandes, castelhano,⁶⁷ João Ramos, galego,⁶⁸ Álvaro, castelhano,⁶⁹ João Gorvaca, flamengo,⁷⁰

62 Mandado passado pelo Governador Tomé de Souza para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.195. v. XXXVII. p. 73/74.

63 Mandado passado pelo Governador Tomé de Souza para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.205. v. XXXVII. p.76.

64 Mandado passado pelo Governador Tomé de Souza para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.503. v. XXXVII. p.194.

65 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.1197. v. XXXVII, p.86.

66 Mandado passado pelo Governador Tomé de Souza para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.197. v. XXXVII. p. 74.

67 Mandado passado pelo Governador Tomé de Souza para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.322. v. XXXVII. p.114.

68 Mandado passado pelo Governador Tomé de Souza para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.327. v. XXXVII. p.115/116.

69 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.524. v. XXXVII, p.204.

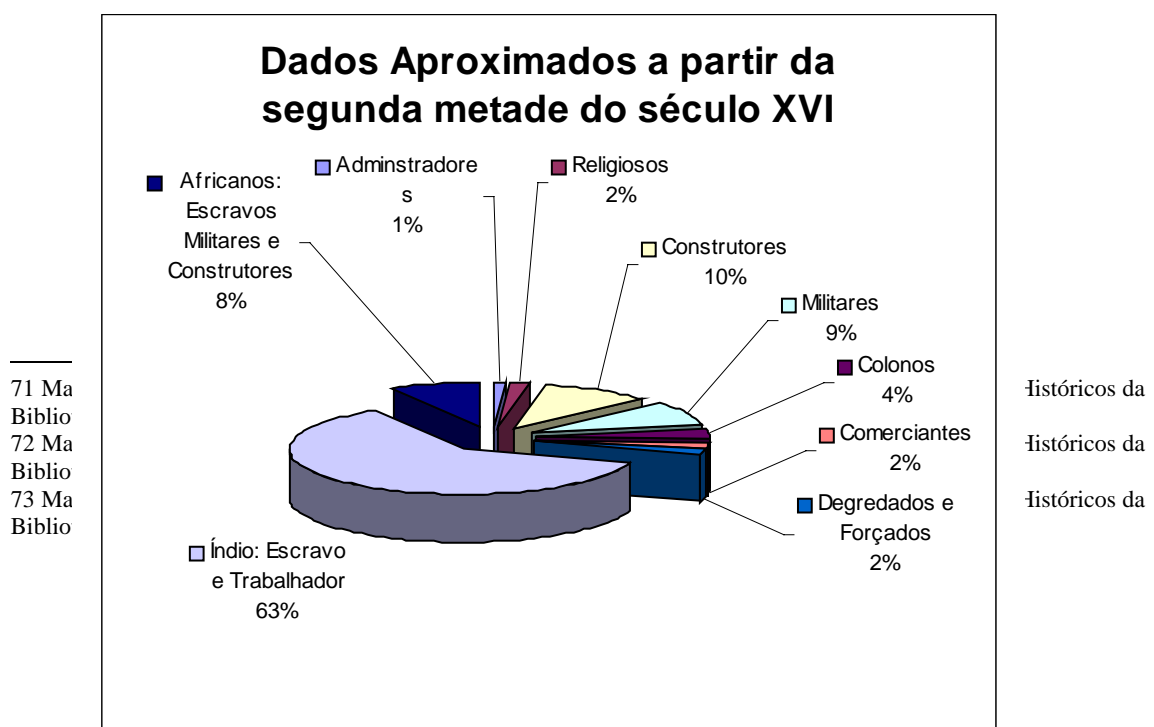
70 Mandado passado pelo Governador Tomé de Souza para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.610. v. XXXVII. p.245.

Francisco de Vila Fanha, castelhano,⁷¹ João Flamengo de Holanda⁷² e Debanthro Henríquez, holandês que fora marinheiro e já era falecido.⁷³

Contratar mão-de-obra estrangeira não era uma solução ideal, no entanto atendia as necessidades imediatas do governador de executar os planos da metrópole: defender, ampliar e consolidar a conquista nas terras da América. Para tanto, havia a necessidade do exercício de grande diversidade de funções militares a serem desenvolvidas. Nem todas eram realizadas apenas por europeus, pois constata-se a presença de índios e negros atuando militarmente sob o comando dos colonizadores.

As pessoas moravam em vários pontos de Salvador e do seu entorno e atuavam profissionalmente nos locais em que seus serviços eram solicitados. A constante mobilidade desses trabalhadores e a dispersão das moradias são explicitadas por Lapa⁷⁴ ao afirmar que “no tempo de Gabriel Soares, havia cerca de duzias de oficiais,” e que, no cotidiano, amontoavam-se nas ruas e becos, locomoviam-se da parte alta para a baixa e entre a área intramuros e a externa à muralha e pelas casas. Essa realidade referia-se tanto ao governador como aos escravos, comerciantes, trabalhadores, vendedores de frutas, peixes, legumes e pessoas simples em busca de trabalho.

Considerando-se os dados relativos às várias atividades exercidas pelos colonos, podemos constatar que as principais atividades remuneradas exercidas por esse segmento social eram as de pedreiros (10%), carpinteiros (11%) e empreiteiros (11%), conforme se pode observar no gráfico abaixo. Tal concentração de atividades na área da construção é explicada pelo momento vivido na nascente Salvador, pela urgência na construção de Salvador, do seu sistema defensivo e também pela boa perspectiva econômica do empreendimento colonial nestas plagas.



Fonte: Documentos Históricos. Ministério da Educação e Saúde. Bibliotheca Nacional. Registro de Provisões e Mandados Reais. Volumes: XXXV, XXXVI, XXXVII, XXXVIII. Rio de Janeiro, 1937.

Nesse contexto existia uma alta concentração de trabalhadores atuando em atividades múltiplas e relacionadas à construção da cidade e das fortificações e começou a se alterar a partir de 1560 durante a administração do governador Mem de Sá, quando se efetivou a conquista definitiva do Recôncavo, o que garantiu a expansão das atividades econômicas. Essa diversificação expressou-se na maior presença de comerciantes, militares e artífices, embora a população indígena ainda constituí-se no maior contingente humano no entorno da Baía de Todos os Santos e na América portuguesa como um todo.

Outro grupo de pessoas vindas com Thomé de Souza e que tiveram papel relevante na construção da colônia portuguesa no Novo Mundo foram os padres Jesuítas e demais clérigos, inclusive, o bispo. Comandados pelo Padre Manoel da Nóbrega, os inicianos deveriam atuar como catequistas junto aos índios e mantenedores dos valores, crenças e da religião cristã entre os colonos.

A responsabilidade pela manutenção – vestimentas, alimentação e tudo o mais que lhes fosse necessário – era de responsabilidade do governo-geral, conforme se pode observar nos muitos Mandados e Provisões passados nesse período ao governador Thomé de Sousa. Em 1551, o governador manteve dez religiosos “de seu vestido, e calçado á razão de 5\$600 cada um.” Sendo que destes dez, o Padre Salvador Rodrigues faleceu em 15 de Agosto de 1553, o Padre Navarro em Abril de 1557 e o Padre Leonardo morreu quando voltava para o reino.

As despesas com os inicianos cresceram-se em 25 de Fevereiro de 1551 as feitas com a manutenção e pagamento de cõngruas do Bispo D. Pero Fernandes Sardinha e os cõnegos, dignidades, capelães e os outros irmãos que o acompanharam. As cõngruas variavam de acordo com a importância do cargo exercido. Havia os que recebiam 40\$000 anuais, conforme determinava a provisão de 7 de dezembro de 1551, outros, como o pregador da Sé, o Padre Gomes Ribeiro, que recebia 20\$000 anuais a partir de junho de 1550, e o bispo Pero Fernandes recebeu entre fevereiro de 1551 e janeiro de 1552 a quantia de 200\$000 paga pelo tesoureiro. A esta quantia, por ordem definida na Provisão Real de 25 de agosto de 1551 o bispo recebeu mais 100\$000 como pagamento. Outros Mandos e Provisões eclesiásticos informam a nomeação e o pagamento a capelães e rapazes para o coro da Sé e o repasse dos dízimos coletados nas capitâneas da costa ao bispo, dignidades, cõnegos e capelães.⁷⁵

Com o aumento do número de religiosos atuando na América portuguesa, - a Provisão Real de 24 de fevereiro de 1557 definia que deveriam ser mantidos vinte e oito Padres e Irmãos da Companhia de Jesus a partir de primeiro de janeiro de 1558, padres seculares e, no fim daquele século, os representantes das Ordens Terceiras – a Coroa deliberou por acrescentar ao pagamento das cõngruas quatro panacús⁷⁶ de mandioca e um alqueire de arroz. Não havendo arroz, um alqueire de milho da terra e um cruzado em dinheiro.

Convém ressaltar, mais uma vez, a preocupação dos jesuítas com a manutenção dos valores e crenças da religião cristã entre os colonos, pois tanto as autoridades metropolitanas como as eclesiásticas consideravam que a convivência entre colonos e índios havia gerado deformações morais e distorções na conduta dos portugueses. Essa visão acerca da conduta dos colonos está expressa na carta enviada por Nóbrega ao Padre Mestre Simão.

Nesta terra há um grande pecado, que é ter os homens quase todos suas negras por mancebas, e outras livres que pedem aos negros por mulheres, segundo o costume da terra, que é ter muitas mulheres. E estes deixam-nas quando lhes apraz, o que é grande escândalo para nova Igreja que o senhor quer fundar. Todos se me escusam que não tem mulheres com que casem, e conheço eu que casaria se achassem com quem; em tanto que uma mulher, ama de um homem casado que veio nesta armada, pelejavam, sobre ela a quem a haveria por mulher, e uma escrava do governador lhe pediam por mulher e diziam que lhes queriam forrar. Parece-me coisa muito conveniente mandar sua alteza algumas mulheres

75 Vide: Provisões Seculares e Eclesiásticas. In Documentos Históricas da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Ministério da Educação e Saúde. Registro de Mandados e Provisões Reaes. v. XXXV. Rio de Janeiro, 1937.

76 Cesto grande ou balaio

que tem pouco remédio de casamento a estas partes, ainda que fossem erradas, porque casarão todas muito bem, com tanto que não fossem erradas tais que de todos tenham perdido a vergonha a Deus e ao mundo. E digo que todas casarão muito bem, porque a terra é grossa e larga, e uma planta que se faz dura por dez anos aquela novidade, porque, assim como vão apanhando as raízes, plantam logo ramos, e logo arrebentam. De maneira que logo as mulheres terão remédio de vida, e estes homens remediariam suas almas, e facilmente se povoaria a terra.⁷⁷

Uma das causas sugeridas pelos inacionos para o problema era a ausência de mulheres portuguesas na colônia americana. De acordo com essa versão, homens solteiros ou casados deixavam suas famílias em Portugal e depois de meses no mar, ao manterem contato com a mulher indígena, entregavam-se ao concubinato.⁷⁸ Para evitar essas atitudes pecaminosas, Nóbrega informou ao rei que os oficiais que deixavam suas mulheres e filhos no Reino eram aqueles que abandonavam os ensinamentos de Deus, “portanto me parece que haviam de vir de lá, e se possível fosse com suas mulheres e filhos, e alguns que façam taipas, e carpinteiros.”⁷⁹

Atendendo aos apelos de Pe. Nóbrega, em 1551, o Rei mandou na armada que trazia, além de provisões, o Bispo Sardinha, jesuítas, clérigos e órfãs para se casarem com os colonos estabelecidos na América portuguesa. Naquele mesmo ano – 1551 - chegou outra armada, cujo Capitão-mor era Antônio de Oliveira do Carvalhal, designado para ser alcaide-mor de Vila Velha, e que também trazia donzelas selecionadas pela rainha D. Catarina e do mosteiro das órfãs, as quais foram encarregadas ao governador para que as casasse.⁸⁰

Duarte da Costa, segundo governador-geral, governou entre 1553 a 1557 e também trouxe órfãs da rainha e o Governador Mem de Sá, afirmou em carta de 1557,⁸¹ relatou que deu “de comer as orfaãs que vieram em minha companhia e tanto que

77 Carta de 9 de agosto de 1549 do Padre Manuel da Nóbrega para o Padre Mestre Simão Rodrigues In NÓBREGA, op. cit. p.79/80.

78 Essa afirmativa de Nóbrega confirma o desconhecimento da importância do cunhadismo para os colonos e a persistência em analisar as relações sexuais apenas pelo viés da luxúria.

79 Carta de 9 de agosto de 1549 do Padre Manuel da Nóbrega para o Padre Mestre Simão Rodrigues In NÓBREGA, op. cit. p.85

80 NÓBREGA, op.cit. p.163

81 Das órfãs vindas nessa ocasião, há informações dos casamentos de “Catharina Fróes com Francisco de Moraes, que por isso teve o ofício de Escrivão dos Defuntos e da Alfândega da Bahia; de Maria Reboredo com Antonio Lamego, que se tornou Escrivão das Contas e da Matricula da Cidade do Salvador em substituído por seu cunhado, Fernão Reboredo; Apolonia de Góes que se casou com Damião Lopes de Mesquita, designado para o lugar de Contador das Terras; Catharina Loba, sobrinha do Conde Sortella, que se consorciou com Gaspar de Barros de Magalhães. Sobre as demais não há informação sobre seus casamentos, todavia não devem ter ficado solteiras. In Jabotão, Catalogo Genealógico, p.203.

cheguei a esta cidade trabalhei polas casar e quis nosso senhor que as casei todaas e as que depois vierão e todas estão casadas e omradas.”⁸²

3.2 A mão-de-obra indígena

Vários fatores explicam a opção pela escravização dos indígenas como forma de viabilizar seu projeto colonial na América. Inicialmente há que se considerar a baixa densidade demográfica em Portugal no início do século XVI à qual se associou a grande dimensão e dispersão espacial das colônias ultramarinas. Essa realidade exigia o estabelecimento de relações distintas com os habitantes das diversas colônias a depender do grau de desenvolvimento das forças produtivas e do modelo de exploração a ser implementado. No caso do Oriente, a opção foi, predominantemente, a de estabelecer relações comerciais com os produtores e autoridades locais. No caso da América, o modelo adotado variou no tempo: antes da implantação do sistema de Capitânicas Hereditárias despontar como uma opção possível para superar as dificuldades enfrentadas no Oriente, relações comerciais de troca, conhecidas como de escambo, foram estabelecidas.

Quando as autoridades metropolitanas deliberaram por ocupar de forma mais efetiva a nova colônia e por produzir riquezas ao invés de explorar as já existentes, a necessidade de investimentos e de grande quantidade de mão-de-obra exigia soluções mais efetivas. Diante das limitações financeiras vividas pela Coroa portuguesa a solução foi a associação do Estado com os homens ricos da metrópole e a busca de financiadores em vários pontos da Europa. Para atrair esses parceiros e tornar lucrativo o empreendimento colonial, foi decidida a implantação da produção e comercialização de açúcar. Para tanto, também era preciso garantir o suprimento de mão-de-obra, sendo que a opção pelos indígenas, moradores e conhecedores das terras americanas, surgia como a opção natural. Considerou-se naquela ocasião que o único investimento necessário seria o de adequá-los às exigências desse sistema produtivo, pois não consideravam a possibilidade do estabelecimento de conflitos, de reações e de resistências por parte dos indígenas aos mecanismos de dominação que lhes foram sendo impostos.

82 Cartas do governador Mem de Sá. In Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Officina Typografica da Biblioteca Nacional. v.XXVII. Rio de Janeiro,1905. p.131.

O primeiro grupo indígena a ser atingido pelas novas relações sociais foram os vários subgrupos Tupi, habitantes do litoral. Alguns desses grupos, como é o caso dos tupinambás da Baía de Todos os Santos, participavam de forma ativa do comércio de pau-brasil, com portugueses e franceses, antes de 1532, sendo o controle dessa atividade e do seu lucro uma das razões da morte do donatário Pereira Coutinho. O fracasso da Capitania da Bahia explica porque a escravização dos tupinambás deu-se mais tardiamente nessa área do que em outras capitanias, como a de Pernambuco. A escravização em torno da Baía de Todos os Santos ampliou-se na medida em que eram ampliadas as plantações de cana-de-açúcar e a construção de engenhos, o que aconteceu de forma mais efetiva e constante a partir de 1549 com a implantação do Governo Geral em Salvador.

Há que se ressaltar, porém, que as relações de trabalho estabelecidas entre colonos e os indígenas não eram unicamente as de escravidão. Aliás, o Regimento de Tomé de Souza expressava não só a necessidade como a importância de serem firmadas relações de aliança com grupos que se propusessem a estabelecer aliança com os colonos. Para esses grupos, dentre os vários benefícios aos quais já nos referimos no primeiro capítulo, previa-se a remuneração pelos serviços prestados, como pode ser comprovado na Provisão de 12 de maio 1549 passada pelo Provedor para o Tesoureiro Gonçalo Ferreira ordenando o pagamento da madeira fornecida pelos tupinambás:

vinte, e duas foices, seis machados, cinco duzias, e dez peças de espelhos, treze duzias, e quatro peças de pentes, quarenta, e duas facas de forma, e duas peças de dez em tara, e uma tara das da Allemanha de doze em tara, vinte e seis duzias e duas peças de tesouras, nove mil duzentos, e dez anzoos, e quatro enxadas, que tudo dispendeu na compra da madeira, que se gastou na Cerca da Cidade, de que se não fez receita por se logo dispender na da madeira, que se gastou na cerca da Cidade.⁸³

A importância da atuação dos indígenas foi fundamental para a construção da fortaleza, cabendo destacar que, naquele momento, os índios representavam o maior contingente populacional na colônia, como afirma Florestan Fernandes⁸⁴ “somavam-se, talvez, um milhão de índios, divididos em dezenas de grupos tribais, cada um deles compreendendo um conglomerado de várias aldeias de trezentos a dois mil habitantes.” Esses povos, além de fornecerem matéria-prima, como a madeira, contribuíram na decisão do local em que a fortaleza seria construída, no transporte de materiais para a

83 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricas da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.1. v. XXXVII. p.1.

84 FERNANDES, Florestan. In RIBEIRO, Darcy. op. cit. p.31.

área de construção, no fornecimento de alimentos e no partilhamento de conhecimentos sobre a terra e suas riquezas. Tal relevância é reconhecida por Frei Vicente do Salvador⁸⁵ que afirmou em sua obra: “Todo o ano de 1549 foi de labuta intensa, tendo as obras andamento satisfatório, em parte, em razão com os índios, que ajudando sem exceção.”

Assim, na segunda metade do século XVI, havia os índios escravos e os livres que, em princípio, recebiam remuneração pelos serviços prestados e exerceram múltiplas atividades além das já referidas, destacando-se a de compor a força militar auxiliar de defesa em caso de ataques de tribos hostis e de intrusos de outras nacionalidades européias. Um dos exemplos do uso militar dos indígenas por um governador é a Guerra do rio Paraguaçu para a qual Mem de Sá formou um exército com “trezentos branquos e dous mil índios.”⁸⁶

Parte significativa dos escravos indígenas exercia tarefas nos canaviais e nos engenhos e eram considerados como trabalhadores ideais para o serviço pesado e atividades ligadas à grande lavoura, como a derrubada da mata, preparação do solo, plantio e colheita. O plantio e a colheita contrariavam o sistema de divisão de trabalho dessas sociedades, constituindo-se numa das grandes fontes de insatisfação e de conflitos entre índios e colonos. Uma propriedade particular que usou escravos indígenas foi o Engenho de Sergipe de El-rei de propriedade do governador Mem de Sá, onde havia duzentos e cinquenta e nove escravos índios na sua quase totalidade. Alguns trabalhavam como moedores de bagaço, escumeiros, ajudadores de escumeiros, taixeiros, dos meles, preneiros, prensos, encaixadores, caixeiros, carreiros, da barca, serradores, pedradores, carapinas, calafates, cadeireiros, feitores, vaqueiros, ovelheiros, farrilheiros.⁸⁷

Era comum, também, que trabalhassem no transporte de cargas, na construção de casas, igrejas e de edifícios públicos, como os Fortes de Nossa Senhora do Mont-Serrat e Santo Antônio da Barra, na abertura de estradas e caminhos, além de atuarem como “guias, remadores, lenhadores, caçadores e pescadores”⁸⁸ e trabalhadores em atividades variadas. Tal afirmativa pode ser comprovada quando se manuseia a lista de

85 SALVADOR, op. cit.. P.144

86 Cartas do governador Mem de Sá. In Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. op. cit. v.XXVII. p.133.

87 Testamento de Mem de Sá, P.57, 96 a 101 In PINHO, Wanderley. História de um Engenho do Recôncavo: Matoim, Novo Caboto, Freguesia 1552-1944. Editora Nacional. São Paulo, 1982.

88 RIBEIRO, Darcy. op. cit. p.54

mão-de-obra paga a ser paga por Mandados, como o de 10 de outubro de 1550, pelo qual se determinava ao Provedor-mor que pagasse a:

Antonio Gonçalves Indio trabalhador, dos que andavam nas obras desta Cidade oitocentos reis em mercadoria, que lhe eram devidos de seu Soldo de dois mezes, que começaram a vinte e um de Julho de mil quinhentos e cincoenta, e um té vinte e um de Setembro do dito anno a quatrocentos reis por mez.⁸⁹

Ribeiro⁹⁰ destaca também que a “documentação colonial destaca por igual, aptidão [de alguns índios] para ofícios artesanais, como carpinteiros, marceneiros, serralheiros, oleiros.”

Constata-se, ainda, que a maior parte dos salários dos índios era paga com varas de pano de algodão. Quanto a esse pagamento, o rei, através do Regimento de Thomé de Sousa, determinava que, sob qualquer condição, não se deveria dar:

artilharia, arcabuzes, espingardas, pólvora nem munição para ellas, béstas e .lanças, espadas e punhaes, nem facas de Alemanha, nem outros semelhantes nem algumas outras armas de qualquer feição que forem assim ofensivas e defensivas: e qualquer pessoa que o contrario fizer, morra por isso morte natural e perca todos os seus bens, a metade para os captivos e a outra para quem accusar.⁹¹

Entretanto essa determinação real nem sempre era respeitada, como se pode observar nos Mandados de Pagamento pela compra de madeira, como o de 22 junho de 1549, passado para o Provedor-mor para que os Contadores e o Tesoureiro pagassem a madeira adquirida para a construção dos muros e baluartes da cidade:

trinta e dois machados, quarenta e oito foices, onze enxadas, cincoenta e uma duzias de tesouras, quatro peças, cincoenta, e um mil anzoës, cento e quarenta e quatro furadores, quarenta e nove podões, quatorze duzias de facas de Allemanha, que tudo dispendeu na compra da madeira, que mandou comprar para cerca do muro, e dos baluartes de madeira, e taipa e o muro de taipa.⁹²

Constata-se, assim, que as determinações reais foram adaptadas às condições locais e às exigências dos indígenas. A bem da verdade, nem sempre esses pagamentos, principalmente aqueles que deveriam ser feitos por particulares, chegou a se efetivar,

89Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.822. v. XXXVII. p.347.

90 RIBEIRO, Darcy. op. cit. p.99

91 Regimento de Thomé de Sousa. In ACCIOLI, I. e AMARAL, B. op. cit. v.I. p.271

92 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.34. v. XXXVII. p.15.

como se pode inferir da abundância de leis que tratavam do assunto. Além dessa questão, também abundava a legislação que buscava restringir os constantes desrespeitos dos colonos à legislação - liberdade violada, descumprimento dos prazos estabelecidos nos contratos de trabalho, fazendo com que a condição de vida dos aldeados fosse comparável a dos escravos. Para contornar esse problema, a Coroa desde 1556 nomeou encarregados de representar e defender os interesses dos índios e de evitar que fossem maltratados. O argumento apresentado pelos colonos para o descumprimento das leis era o de que precisavam de mão-de-obra para prosperar em seus empreendimentos, que era impossível catequizar/civilizar os índios em liberdade e que os missionários desrespeitavam as determinações legais no referente às regras de repartição dos aldeados, causando-lhes prejuízos.

A utilização da mão-de-obra tupinambá, também chamados de negros da terra, durou por todo o século XVI, sendo aos poucos substituída pela africana. Inúmeros fatores explicam essa decisão. Podemos arrolar desde as revoltas, as fugas, as inúmeras formas de resistência criadas e as leis de caráter restritivo à escravidão indígena. Destaca-se, principalmente, a brutal redução demográfica dos índios aldeados ou não em decorrência da fome, dos maus tratos, do excesso de trabalho, das repressões violentas às revoltas e das doenças infecto-contagiosas, como as epidemias de sarampo e de varíola entre os anos de 1560 e 1563, quando morreram quase 2/3 dos índios que habitavam no litoral da América portuguesa. Também há que se referir ao fato da dificuldade de ser mantido um fluxo contínuo da reposição dos índios mortos ou fugidos e que os novos descidos⁹³ ou escravizados eram falantes do Tronco macro-jê, não falantes da língua tupi, descritos como “bárbaros,” nômades e sem tradição da prática da agricultura.

Neste processo de substituição da mão-de-obra escrava indígena pela africana, também não há como ignorar a atuação dos mercadores e traficantes de escravos de origem africana interessados na abertura desse novo e promissor mercado consumidor. Além de oferecerem financiamento para a aquisição dos escravos, esses comerciantes foram os grandes propagandistas da melhor qualidade, maior adaptabilidade, resistência às doenças e docilidade dos novos trabalhadores, além de não haver qualquer legislação de caráter restritiva a sua aquisição e uso.

93 Índios que habitavam os sertões e que eram convencidos de várias maneiras a se aldearem em locais de interesse dos colonizadores.

Apesar de, a partir de 1565, ser cada vez maior a proporção de escravos africanos em detrimento ao número de indígenas, o uso do escravo indígena não deixou de existir. Devido ao preço desses ser 2/3 menor, os índios continuaram a ser os trabalhadores preferidos pelos colonos mais pobres que não possuíam recursos nem crédito para adquirirem os africanos.

3.3 - Mão-de-obra Africana

São poucas as referências à presença e à atuação de negros na América portuguesa e mais particularmente na Capitania da Bahia, em Salvador e seu entorno nos primeiros sessenta anos do século XVI. O registro da primeira da chegada de africanos a colônia América vinda da Guiné⁹⁴ data de 1530, quando, em 1530, a expedição de Martim Afonso de Souza os levou para sua Capitania, a de São Vicente. Há referências a outra leva no ano de 1535, quando Duarte Coelho, o donatário da capitania de Pernambuco, importou africanos. A partir de então, as referências à presença de escravos africanos tornam-se mais comuns, sendo que, no caso de Salvador, há notícia de alguns terem sido embarcados em 1549 pelo Governador-Geral Tomé de Sousa para trabalharem na construção da cidade e das fortificações.

Na medida em que a produção açucareira se fortalecia e ampliava e os proprietários de engenhos enriqueciam, aumentava a presença de escravos africanos nessas áreas produtivas.⁹⁵ Esses homens e mulheres passaram a se constituir peças fundamentais no circuito comercial do Atlântico, sendo enviados para vários pontos da América portuguesa. A Capitania de São Vicente, por exemplo, manteve a importação de africanos iniciada pelo donatário Martim Afonso de Souza, como pode ser comprovado pela Provisão de 10 de fevereiro de 1550 enviada a Tomé de Souza e na qual Antonio Brás Cubas, Provedor da Fazenda de Sua Alteza nas Capitanias de São

94 Segundo Pierre Verger, “ os africanos trazidos para a América Portuguesa durante a segunda metade do século XVI eram originários da Guiné. No século XVII predominaram os embarcados em Angola e Congo, durante os três primeiros quartéis do XVIII sobressaíram os da Costa da Mina e entre 1770 e 1850, os da Baía de Benin.” In VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial: 1500-1808**. Rio de Janeiro, 2000. p 426.

95 É relevante chamar a atenção para o fato dos nomes atribuídos aos escravos permitirem identificar quais os de origem indígena e os africanos, como constata Vasconcelos nos registros das Confissões da Inquisição realizados em Salvador em 1591: “Nele aparecem Bastião, negro da Guiné, Antônio Arda, Antônio Molec, Pedro Angico, Rodrigo Angola, Joane Angico, Duarte Angola, Cristóvão Angola, todos negros da Guiné”, segundo o documento em contraste com Francisco da Terra e Manuel da Terra, cativos igualmente, porém índios. Negros da Guiné e negros da terra eram as duas expressões usadas no Brasil quinhentista para diferenciar os escravos africanos dos indígenas.” In VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador transformações e permanências (1549-1999)**. Editus. Ilhéus, 2002. p.41

Vicente e Santo Amaro, comunicou que Francisco de Barros de Azevedo possuía um Engenho de açúcar em Santo Amaro e que mandara levar para sua capitania

da Ilha de São Thomé vinte e sete peças de escravos machos, e femeas [foram] para a dita sua fazenda, as quaes vinte e sete peças de escravos foram embargadas na dita Capitania de São Vicente por Antonio Tinoco, que naquele tempo serviu de provedor da Fazenda na dita Capitania por dizer não mostrou Provisão por onde tivesse pagos em Lisboa aos direitos dos ditos escravos, pelo que Sua Alteza mandara fazer certas diligencias sobre o caso, e depois de serem assim feitas, remettersa ao dito Governador a determinação do caso.⁹⁶

Considerando-se a prioridade dada à construção da capital, registra-se algumas tentativas para a transferência de africanos das capitanias para Salvador, o que nem sempre obteve sucesso. Tal fato pode ser constatado na Provisão de 20 de março de 1552, na qual o Provedor-mor, Antonio Cardoso de Barros informa “a Bartholomeu Rodrigues Provedor da Fazenda do dito Senhor na Capitania de Pernambuco, que Sua Alteza mandara a esta Cidade do Salvador escravos, e escravas de Guiné para bem da terra, e dos moradores della, os quaes se não puderem tirar das Capitanias desta costa para outra nenhuma parte.”⁹⁷

Visando regularizar o número de escravos a serem importados pelos donos de engenhos, Dona Catarina, regente de Portugal entre os anos de 1557 e 1568 autorizou⁹⁸ a compra de cento e vinte escravos africanos para cada proprietário. Com essa autorização, o tráfico cresceu e passou a atender a vários interessados, como os padres jesuítas e os proprietários de terra. As solicitações dos inicianos eram justificadas com o argumento de ser necessário preservar a liberdade dos indígenas, única forma de garantir seu projeto de catequese. Assim, já 10 de julho de 1551, em carta enviada ao padre Mestre Simão, Nóbrega pediu o envio de "alguns escravos de Guine" para o Colégio de Jesus para trabalharem na produção de alimentos destinados aos catecúmenos.⁹⁹

A documentação dos anos subseqüentes indica que a Companhia de Jesus tornou-se um dos grandes compradores de escravos africanos. Em carta enviada por Manuel da Nóbrega para o padre Mestre Simão, em 2 de setembro de 1557, os padres além de solicitarem terras para seus empreendimentos, voltavam a pedir “alguns escravos de Guiné”, para trabalharem na produção de alimentos, atividades da pecuária

96 Mandado passado pelo Governador Tomé de Souza para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.40. v. XXXVIII. p.209/210.

97 Mandado passado pelo Governador Tomé de Souza para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.49. v. XXXVIII. p.220/221/222.

98 VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal**. Tomo 2. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1962. p 304.

99 Carta enviada padre Mestre Simão. NÓBREGA, op. cit. p.84

e como remadores e pescadores. Nessa oportunidade, o superior informava que os que haviam recebido anteriormente já haviam falecido, restando, apenas “uma negra que serve esta casa de lavar roupa, ainda que não o faz mui bem escusa-nos muitos trabalhos.”¹⁰⁰

As atividades relativas à construção e funcionamento da capital também exigiram, desde o início, o concurso da mão-de-obra africana, como se comprova no Mandado de 26/12/1550 no qual o Provedor-mor determinava que o Tesoureiro entregasse ao Almojarife do Armazéns, Christovão de Aguiar, “tres escravos machos de Guiné para serviram nas Ferrarias do dito Senhor, e que por elle, e seu conhecimento feito pelo Escrivão de seu cargo assignado por ambos, em que declarasse receber os ditos escravos.”¹⁰¹ Também em 07/09/1550 o mesmo Almojarife recebeu “um escravo macho de Guiné dos de sua Alteza para servir nos Armazéns e que por ele foi declarado ter recebido escravo, que foi avaliado em dezeseis mil seiscentos, e dez reis.”¹⁰²

Observa-se que já em 20/09/1551 há indicação da existência de alguns negros de ganho atuando em Salvador. Em documento daquela data, o tesoureiro mor pagou a Antonio Gonçalves, carpinteiro, a quantia que lhe era devida de 2\$3000 em mercadoria assim discriminada: “a saber mil e oitocentos reis de tres mezes que um escravo seu Carpinteiro serviu nas obras do dito senhor a seiscentos reis por dia, e os quinhentos reis de cinco dias”.¹⁰³ E em novembro do mesmo ano Antonio Gonçalves recebeu “por um escravo serrador quatrocentos, e cincoenta reis de quatro dias e meio, que trabalhou no Bergantim São Tomé a cem reis de seu jornal de seis dias que trabalhou a seiscentos reis por mez.”¹⁰⁴

Também autoridades e homens poderosos usavam negros de ganho. Assim na Provisão de 13/03/1550 o referido Provedor determina o pagamento em mercadorias a três “homens pretos do Governador” que exerciam a função de homens d’armas e aos quais se devia dezoito meses de soldo.¹⁰⁵

Da mesma forma, há indícios de negros que percebiam pagamento pelas atividades que exerciam. Constata-se essa realidade, por exemplo, entre os componentes

100 Carta enviada a padre Mestre Simão. NÓBREGA In LEITE, Serafim. op. cit. v.1 p.67/68

101 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricas da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.748. v. XXXVII. p.312.

102 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricas da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.768. v. XXXVII. p.321.

103 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricas da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.805. v. XXXVII. p.337/338.

104 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricas da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.851. v. XXXVII. p.360.

do contingente militar composta por africanos. Esses homens de armas recebiam soldos correspondentes a suas patentes militares, como se comprova em documento do Feitor d'Armada 23/12/1550 que registra o pagamento ao Capitão-Mor da Armada pelos serviços de "Christovão, negro Grumete da Caravella Rainha."¹⁰⁶ O mesmo Cristóvão recebeu em 06/08/1550 a quantia de 6\$000 em mercadorias, "que lhe eram devidos de seu soldo de dez mezes, que começaram a dez de Outubro de mil quinhentos e quarenta, e nove, e acabaram a dez de Agosto de mil quinhentos, e cincoenta a seiscentos reis por mez."¹⁰⁷ Também foi ordenado através do mandado de pagamento a Bastião de Souza Pinto, fôro,¹⁰⁸ que servira como homem d'armas no mesmo ano e recebia \$500 por mês.

Pode-se afirmar a partir desses dados que a existência desses trabalhadores negros livres e dos negros de ganho era vista de forma positiva pelas autoridades, pois desobrigava a Coroa de prover sua alimentação, garantir-lhes alimento e residência. Esta passava a ser uma responsabilidade dos negros assalariados ou dos seus proprietários.

Há, ainda, referências a esses negros atuarem como empreiteiros e serradores, serviços pelos quais igualmente recebiam o mesmo salário pago aos portugueses que exerciam essas funções. A Provisão de 27/10/1550, expedida pelo Provedor-mor, informa ao Almojarife dos Armazéns e Mantimentos que se deveria pagar a Inácio Dias "homem preto Serrador dois mil, e duzentos, e trinta, e dois e meio em mercadoria, que lhe eram devidos de seu Soldo."

Dentre os artífices, é possível destacar Pero de Lagos, definido nos documentos como "homem preto trabalhador" que recebeu "mil, e duzentos reis em mercadorias, que lhe eram devidos de seu Soldo de trabalhador de tres mezes, que começaram a vinte e um de Julho da dita era, té vinte, e um de Outubro della a quatrocentos reis por mez."¹⁰⁹

O gráfico abaixo expressa a diversidade de funções dos africanos em Salvador identificada nos documentos usados:

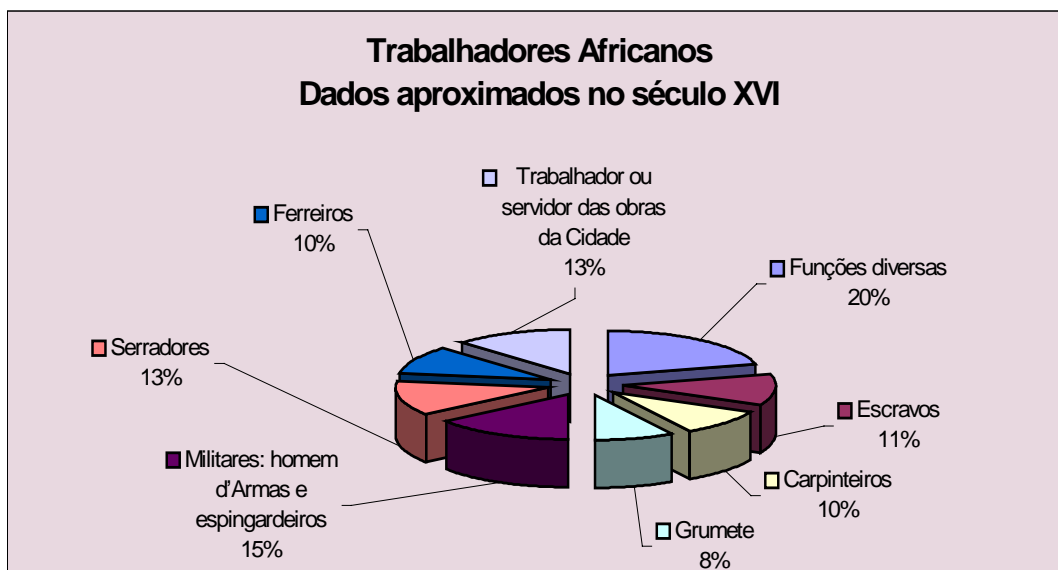
105 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricas da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.493. v. XXXVII. p.189/190.

106Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricas da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.386. v. XXXVII. p.140

107 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricas da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.685. v. XXXVII. p.280.

108 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricas da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.324. v. XXXVII. p.115.

109 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricas da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.902. v. XXXVII. p.381



Fonte: Documentos Históricos. Ministério da Educação e Saúde. Bibliotheca Nacional. Registro de Provisões e Mandados Reais. Volumes: XXXV, XXXVI, XXXVII, XXXVIII. Rio de Janeiro, 1937.

Ante esses dados, pode-se afirmar que a participação de africanos na construção dos muros da fortaleza e de outras obras públicas, como na edificação de fortes, igrejas e vias públicas. Porém, não há como ignorar que grande parte dos africanos trazidos na segunda metade do século XVI foi destinada às atividades vinculadas à produção do açúcar e a todas as demais necessárias ao empreendimento colonial e ao bem estar e conforto de seus senhores.

4 . As formas de pagamento em Salvador no século XVI

Conhecer as formas de pagamento dos salários e soldos dos oficiais mecânicos, padres, homens d' armas, marinheiros, enfim de toda a gente que constituia a mão-de-obra de Salvador, é um assunto interessante.

Ao analisar os dados relativos ao pagamento dos trabalhadores envolvidos na construção e administração da soterópoles, constato haver várias formas alternativas de pagamento e estas davam continuidade ao sistema de escambo iniciado com os indígenas, em uma tentativa de contornar a quantidade muito pequena de dinheiro circulando na América portuguesa na segunda metade do século XVI. Essa realidade convive, apesar da aparente contradição, com a crescente riqueza de Salvador e de seu entorno que se alicerçava no intenso comércio de matérias primas coletadas na terra, de

produtos vindos da Europa e de outros pontos do Império Português e no pagamento de serviços prestados.

Semelhantes atividades e transações comerciais ampliavam-se apesar da restrita circulação de moeda, tema recorrente nos mandados e provisões dos pagamentos. Ante tal obstáculo ao continuado crescimento das atividades, os administradores criaram formas alternativas para viabilizar o comércio, trocando mercadorias como pau-brasil, açúcar e a farinha, armamentos e utensílios, como também frutas, peixes, milho e seus derivados nas quantias determinadas pelo provedor-mor aos diversos oficiais de fazenda, tesoureiros, contadores e almoxarifes. Porém, não se pode ignorar os efeitos restritivos que tal quadro impunha nem discordar de Capistrano de Abreu quando diz que “a ausência de capitais restringia muito as satisfações da vida coletiva.”¹¹⁰

A escassez de moeda já pode ser identificada na documentação relativa ao ano de 1549, quando se iniciou a construção da fortaleza. Mandados e provisões daquele ano já determinavam que vários pagamentos fossem feitos com açúcar, farinha, pau-brasil e outros produtos oriundos dos arredores da Baía de Todos os Santos e, em alguns casos, “em dinheiro de contado.”¹¹¹ Essas formas de pagamento tanto era usada por particulares como pela Fazenda Real para a quitação de débitos com soldos, vencimentos, prestações de serviços ou fornecimento de matérias primas ou mercadorias importadas.¹¹² Também havia momentos em que os pagamentos eram realizados parte com dinheiro e parte com mercadorias como se observa abaixo,

a dezenove do dito mez passou o Provedor-mor mandado para o dito Thesoureiro, que pagasse a Belchior Gonçalves Pedreiro onze mil cento, e vinte reis a metade em dinheiro, e metade em mercadoria, que lhe eram devidos desta maneira a saber, dez mil, e oitocentos de vinte e cinco braças, tres quartas de braça de taipa, que fez por mandado do dito Provedor-mor na casa da Polvora.¹¹³

O pagamento de soldos e salários em mercadoria contrariava a determinação do governador, porém, o que se constata é que essa forma não era comum devido à escassez da circulação de moedas. Até mesmo as provisões não escondiam o descumprimento das ordens do governador, como se constata na Provisão de 30/10/1549:

110 ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800**. Conselho Editorial do Senado Federal. Brasília, 1998. p. 56/57

111 Dinheiro de Contado – expressão usada na colônia. Significa dinheiro líquido em mãos

112 GARCIA, Rodolfo. In Documentos Históricos. op. cit. Explicação. v.XXXVIII. p.12

113Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.830. v. XXXVII. p.351.

Mandado para o dito Thesoureiro, que pagasse a Pero de Carvalhaes Pedreiro empreiteiro dos muros vinte mil reis; a saber seis mil seiscentos e sessenta e seis reis em dinheiro, e os treze mil trezentos e trinta e quatro reis para cumprimento dos vinte mil em mercadoria, e que no Caderno das ditas empreitadas ficasse signal, e assento do dito recebimento.¹¹⁴

Os homens d'armas e marinheiros eram remunerados da mesma forma, como se constata no Mandado de 09/12/1549 enviado pelo Provedor-mor ao seu tesoureiro para que “pagasse a Bartholomeu Peres Espingardeiro mil e oitocentos reis em mercadoria, que lhe eram devidos do mez de Agosto, Setembro, Outubro á razão de seiscentos reis por mez”.¹¹⁵

Da mesma forma, os homens contratados para transportar por mar, em canoas e barcos maiores, as mercadorias produzidas nos engenhos do Recôncavo eram pagos com outros produtos, como constata no Mandado de 12/12/1549 no qual se determinava o pagamento a

João, filho de Gonçalo Aires, que andava na barca de sua Alteza, 2\$500 em mercadorias, que lhe eram devidos de seus soldos de cinco meses.¹¹⁶ e em 15 de setembro de 1551 a Miguel Martins, mestre de fazer cal, entregou-se um batel, que foi da nau Conceição, com suas velas, remos e enxárcia e um fateixa.¹¹⁷

Pedreiros contratados para trabalhar em obras públicas, como Francisco Pires, que venceu \$350 por cada braça de construção, recebeu sua remuneração da forma indicada no Registro de 07/04/1551 passado pelo Provedor-mor nos seguintes termos:

dois mil novecentos e oitenta réis e meio, em mercadoria, que lhe erão devidos de doze braças de taipa que fes para as cazas do Alcaide e carcereiro, á razão de trezentos e cincoenta reis a braça e o mais tinha já recebido e que por elle, com seu conhecimento, feito pelo Escrivão de seu cargo, assignado por ambos e com certidão do Escrivão da Matricula em que se declare ficar posta verba em seu titulo no caderno das ditas empreitadas que houve o dito pagamento, lhe seirão levados em conta.”¹¹⁸

Algumas provisões e mandados trazem, também, informações como o pagamento de pessoas que morreram em Salvador no século XVI. Por exemplo, em documento de 30/10/1550, o Provedor mandou pagar “a Braz Alcoforado Thesoureiro dos defuntos desta Capitania da Baía de Todos os Santos seis mil quinhentos e sessenta

114 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricas da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.455. v. XXXVII. p.172/173.

115 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricas da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.144. v. XXXVII. p.59.

116 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricas da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.900. v. XXXVII. p.380

117 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricas da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.779. v. XXXVII. p.70.

reis em mercadoria, que eram devidos a Matheus de Bujos Bombardeiro defunto que faleceu nesta Cidade do Salvador.”¹¹⁹ Não fica claro, entretanto, se este dinheiro era mandado para a família do indivíduo em Portugal ou se ficava com o Tesoureiro dos Defuntos. Previa-se, ainda, o resgate de dívidas¹²⁰ usando mercadorias, muito raramente pagos em dinheiro de contado, como podemos ver na provisão de 29/10/1550:

passou o Provedor-mor mandado para o dito Thesoureiro, que pagasse a Amador Pinto Carpinteiro da Ribeira mil, e quatrocentos reis em dinheiro de Contado, que lhe eram devidos, e lhe haviam de ser descontados do que tinha vencido de seu Soldo, e que por elle com Certidão do Escrivão da Matricula em que declarasse ficar posta Verba em seu titulo lhe fizesse o dito pagamento.¹²¹

O valor dos soldos variava conforme a importância do cargo ocupado e gerava protestos daqueles que podiam expressar sua insatisfação ao rei quanto ao que lhes era pago e pelo atraso no recebimento. Dentre os contratados em caráter temporário, o que recebia o maior valor era o encarregado da construção da cidade e da fortaleza, Luis Dias - 72\$000 anuais pagos pelo Tesoureiro das Rendas. Seu sobrinho, pedreiro e auxiliar, Diogo Peres, receberia 36\$000. Apesar do valor elevado, se comparado ao soldo de outros profissionais que atuavam nas obras de Salvador, Luís Dias considerava-o insuficiente e demonstrou sua satisfação em carta enviada em 15/07/1551 a Miguel de Arruda

do soldo diguo hu so çytil me deraão nem pagarão nem ai de quem mo pagar por o que vem do reino he ferro velho como ho qye se vemde na feira em Lisboa e com histo se paga a pobre gemte que qua trabalha que os rimdimentos do brazil com que qua nos mãodavão pagar he tudo burlaria por que não hai ahi com que se pague mejo ordenado dum destes senhores // eu mãodava hua sertidão do agravo que me qua fyzerão em me tyrarem o maõtimento e dous mezes que vim pelo mar e que nõ me paçarem sertidão do que me deviam. Aguora hira se deus quizer peço lhe muito por amor de deus por que o meu he solldo de pridreiro e não he ordenado // de ofiço que sua A. me desse.¹²²

O mestre Dias também protestava contra o atraso no pagamento do seu soldo: “pera que me paguem la // tudo que me deverem e com alvará que me paguem fernão

118 APEB – Livro das Provisões Reais. maço: 560. v.I. p.13

119 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.221. v.XXXVIII. p.80/81

120“Os objectos destinados ao resgate eram instrumentos de lavoura, machadinhas e cunhas; ou de uso comum, como facas da Allemanha manchins, canivetes, tesouras, furadores, pregos, anzões, pentes, espelhos, pannos, sapatos, cordel, fio, etc... – que uns e outros se davam em pagamento de serviços, ou se trocavam por utilidades da terra.” GARCIA, Rodolfo. In Documentos Históricos da Biblioteca. op. cit. v.XXXVIII. p.13

121 GARCIA, Rodolfo. In Documentos Históricos. Explicação. op. cit. v.XXXVIII. p 70

buquo // por que ali ahai Remda se há haia no Brazil // e o melhor asuquere que qua há / e for me a nysto mui grãode merce.”¹²³ A firmava, ainda, que os demais oficiais que atuavam sob suas ordens também se sentiam insatisfeitos por que não se havia cumprido o que lhes fora prometido e por viverem em grandes dificuldades:

Os pobres omes paguamdo pareçiam a mim que se lhe a vosa m. pareceçe bem pera mor de deus ffalaçe hua fala a el Rey que lhos quitaçe e lhe paguaçem o tempo que qua tem servido polo virem servir tam lomge e os enguanarem com tais paguamentos / e que aviam de dar de comer e dam-lhe hu pouquo de farinha de pao com hu pouquo de vinagre e azeite e sem houtra carnee nem pexe e isto Assim me valha a verdade como he verdade.¹²⁴

A inadequação à realidade, as dificuldades vivenciadas e a insatisfação com o soldo e o atraso no pagamento fizeram com que Luis Dias fizesse veementes apelos para que lhe fosse autorizado regressar a Portugal. Seus argumentos mais comuns eram “não tornarei a purtugall.....eu não tenho metade da força que eu tinha nem metade vista nem quaõtos qua estão.”¹²⁵ Suas súplicas ao rei eram constantes e com teor semelhante, como se vê na carta de 1551 na qual volve a dizer: “e dua maneira ou doutra folguaria que v. m. me maõdace hir por amor de noso senhor porque lhe sertifiquo que se qua morrer que hei de hir direto para o inferno e mais lhe diguo senhor que naõ se pode la dizer tanto que mais naõ pacemos qua de fome e trabalho.....”¹²⁶ Finalmente, seu pedido foi aceito e, em 1553, o mestre construtor estava de volta a Portugal com o governador Thomé de Sousa.

Os Jesuítas, também, reclamavam sobre os seus mantimentos e pagamentos, como se pode observar em carta de Nóbrega de 1552 para o Padre Provincial de Portugal, na qual se referia à insuficiência dos recursos pagos pelo governador aos dez padres - “um cruzado em ferro¹²⁷ cada mez, para a manança de cada um, e cinco mil e seiscentos réis para vestir cada ano, com o qual nenhuma roupa se poderá fazer nesta terra; e porém eu não lhe puz groza, porque nem ainda esse merecemos.”¹²⁸ Ante esse quadro de pobreza, a Ordem optou por buscar soluções e assim o informa “o mantimento e vestiaria, que nos El-Rei dá, todo lh’o damos a elles, e nós vivemos de esmolmas, e comemos pelas casas com os criados desta gente principal, o que fazemos

122 Carta de Luis Dias a Miguel de Arruda em 15/06/1551. In Anais da Biblioteca Nacional. op. cit p.24

123 Carta de Luis Dias a Miguel de Arruda em 15/06/1551. In Anais da Biblioteca Nacional. idem p.24.

124 Carta de Luis Dias a Miguel de Arruda em 15/06/1551. In Anais da Biblioteca Nacional. op. cit p.26

125 Carta de Luis Dias a Miguel de Arruda em 15/06/1551. In Anais da Biblioteca Nacional. op. cit p.26/27.

126 Carta de Luis Dias a Miguel de Arruda em 15/06/1551. In Anais da Biblioteca Nacional. idem. p.26/27

127 Pouco mais de dois tostões

por que se não escandalizem de fazermos roças e termos escravos, e para saberem que tudo é dos meninos.”¹²⁹

Existem protestos, inclusive, do governador Mem de Sá que reclamava do valor do pagamento que recebia, como se pode ver na carta de 31 de março de 1560 para o rei:

Peço a vosa altesa que em paga aos meus serviços me mande ir para o reino e mande vir outro governador porque afirmo a vosa altesa que não são paresta terra em nela gasto muito mais do que tenho dordenado o que me pagam hee em mercadorias que me não servem e eu fui sempre Ter guerra e trabalhos onde ei de dar (deco)mer aos homens que vão pelear sem soldo (nem ma)ntimento porque o não haa para lho das.¹³⁰

Na medida em que se fortalecia a produção no entorno de Salvador, o comércio se tornava mais diversificado e as relações com outras partes do Império se ampliava, ampliou-se a circulação de moedas e o pagamento em dinheiro tornou-se uma prática mais comum. Porém, o pagamento com mercadorias ainda persistiu por vários anos, havendo, no entanto, uma maior diversificação de produtos usados para tal. A permanência dessa forma deveu-se ao fato de que o incremento da produção de mercadorias inseridas no circuito do comércio internacional ocorreu tardiamente na Capitania da Bahia.

Até a instalação do Governo Geral, da construção da cidade, da transformação do seu porto em ponto obrigatório para os navios da Carreira das Índias e da expansão e consolidação da conquista e da produção do açúcar, os moradores das bordas da Baía de Todos os Santos viviam da produção de artigos de subsistência comercializados pelo sistema de trocas.

A partir do momento em que os investimentos e o comércio se tornaram mais dinâmicos por terem ligados ao mercado externo, a capitalização ficou restrita a uma pequena parcela da população. As demais, atuando na agricultura de subsistência, não eram financiadas pelo grande capital europeu, o que restringia sua possibilidade de capitalização e o acesso à moeda circulante. Da mesma maneira, o comércio entre as capitanias praticamente não existia, devido às características deste modelo administrativo adotado pela Coroa, às dificuldades de comunicação entre elas e ao pequeno volume de produtos a serem comercializados internamente. Só a partir de

128 Carta para o Padre Provincial de Portugal. In NÓBREGA, op. cit. p.129

129 Carta para o Padre Provincial de Portugal. In NÓBREGA, idem. p.129

130 Cartas de Mem de Sá. Anais da Biblioteca Nacional. op. cit. p.229

1568, quando o povoamento e a colonização se solidificaram, as moedas passaram a ter presença efetiva na colônia.

Para tanto foi necessária a intervenção do rei no final do século XVI, que determinou a circulação efetiva na América portuguesa de moedas de ouro, prata e cobre, cunhadas em Portugal e trazidas pelos primeiros colonos ou a eles pagas em suas transações comerciais. Estas, aliás, se tornavam cada vez mais frequentes com o crescimento da produção açucareira e o desenvolvimento do porto. Segundo Amaral Lapa, era crescente o número de embarcações que iam para o “Oriente, quando na torna viagem, os navios da Carreira valiam-se da escala em Salvador com mercadorias para comerciar”¹³¹ e querenamento.¹³²

4.1 As mercadorias usadas como pagamento

As mercadorias usadas como forma de pagamento eram aquelas obtidas de forma extrativa, como o pau-brasil, ou resultado das atividades agrícolas desenvolvidas pelos indígenas da região, como a farinha de mandioca.

Nos primeiros anos de colonização o pagamento era feito com toras de pau-brasil, produto valorizado por se extrair dessa madeira um corante usado na indústria têxtil para a tintura de tecidos em vermelho, cor valorizada no Renascimento em contraposição ao preto do período medieval, além de ser utilizada na construção civil e naval. Era comum a presença de inúmeras frotas de navios no litoral da Baía de Todos os Santos e adjacências para fazer o escambo dessa madeira. O controle dessa atividade havia sido repassado para feitores, comerciantes ou colonos portugueses, o que indica o interesse da Coroa Portuguesa em colocar a exploração desse produto sob o seu controle e em regime de monopólio. As autoridades metropolitanas preocupavam-se, por consequência, em evitar a presença de comerciantes não portugueses nas costas da colônia e a perda de recursos com essas operações definidas como clandestinas, situação expressa na Provisão de 17/09/1550, passada a João de Araújo, que exercia o ofício de Provedor da Capitania da Bahia:

que despachasse para o Reino quatrocentos quintaes de paú de Brasil, que elle dito Provedor-mor mandava no Porto da dita Cidade carregar no navio Piedade, de que era mestre e Piloto Gaspar Luiz, os quaes enviava á

131 LAPA, op. cit. P.166

132 Reparos e limpeza do casco dos navios avariados.

Casa da Índia a conta das licenças de Chritovão Paes, e que o dito Piloto dêsse fiança a trazer, ou mandar Certidão disso conforme ao Regimento de Sua Alteza.”¹³³

Entretanto, observa-se que, lentamente, o pau-brasil foi perdendo sua importância como produto de exportação devido ao surgimento de novos corantes de mais fácil uso. Mesmo assim persistem as informações acerca do pagamento de salários e contratos comerciais com toras de pau-brasil por vários anos.

Outro produto valorizado como forma de pagamento era o açúcar, particularmente depois de a produção açucareira ter assumido a posição de carro-chefe da economia da América Portuguesa, ainda no século XVI. O açúcar era raro, sendo muito procurado na Europa e Portugal já o produzia em suas ilhas do Atlântico quando decidiu implantar a cultura da cana na colônia. As terras da América Portuguesa do tipo massapé mostraram-se perfeitas para o cultivo da cana-de-açúcar e o clima beneficiava seu desenvolvimento.

Por ser uma mercadoria rara e haver poucos produtores, seu preço de compra era elevado e o produto de fácil colocação no mercado, o que terminou por transformá-lo num dos elementos responsáveis pela consolidação da presença portuguesa na nova terra. Segundo uma Provisão Real de maio de 1550, a importância econômica do açúcar transformou-o em moeda de pagamento na América Portuguesa: “o açúcar exportava-se de São Vicente, da Bahia, de Porto Seguro e Pernambuco; era mercadoria dada em resgate por prestação de serviços ou em pagamento de soldos e ordenados.”¹³⁴

Embora a economia do período colonial tenha sido baseada em uma produção em grande escala de açúcar, havia outros produtos considerados de importância secundária na pauta de exportação, embora altamente valorizados pela população e que, por isso, eram utilizados como moedas de troca e formas alternativas de pagamento, além de atenderem às necessidades dos moradores locais e ao consumo interno. Estavam nessa qualificação o algodão, a farinha, o sal e o gado.

O gado foi introduzido em Salvador por Thomé de Sousa. Sua criação era feita pelo método extensivo, o que exigia grande extensão de terras, o que era visto como uma ameaça à expansão dos canaviais. A solução para o problema foi o zoneamento dos espaços que poderiam ser usados pelos criadores de gado, o que excluía as ricas terras de massapé, reservadas para os canaviais.

133 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.63. v.XXXVIII. p.231.

134 GARCIA, Rodolfo. In Documentos Históricos. Explicação. op. cit. v.XXXVIII. p12.

Essa decisão explica porque a criação do gado que, inicialmente, se desenvolveu próximo aos engenhos, foi deslocada para os sertões interiores e passou a se constituir em atividade complementar, tendo o gado que se adaptar ao clima semi-árido e se transformou numa das razões da abertura dos caminhos dos sertões. O gado era de múltiplas utilidades, além de servir de alimento, era usado para mover as moendas dos engenhos e para transportar açúcar e outros produtos, além de fornecer couro usado na confecção de roupas e outros utensílios. Esta era a razão pela qual o pagamento em gado era bem aceito, como se pode ver no Mandado de 16/08/ 1549,

para Gonçalo Ferreira Tesoureiro comprar três juntas de bois por vinte e oito mil reis para Serviços de El-Rei Nosso Senhor para as obras da Cidade do Salvador, a saber dois velhos por treze mil reis, e quatro novilhos por quinze mil reis, e que por ele com conhecimento de Christovão de Aguiar Almoxarife do Armazem, e mantimento da dita Cidade, em que declare, que lhe ficam Carregados em Receita sobre o dito Almoxarife pelo Escrivão de seu Cargo mandar aos Contadores, que lhe levem em Conta os ditos vinte e oito mil reis. São vinte e oito mil reis por dois bois, e tres novilhos. O Conhecimento em forma não há de ser senão de Garcia de Avila feitor na Bahia.¹³⁵

Outro artigo valorizado e usado como pagamento era o algodão. O cultivo dessa planta desenvolveu-se muito parcamente, pois sua fibra era usada para a produção de tecidos destinados á confecção das roupas dos escravos e das camadas livres, porém pobres da população, já que os senhores de engenho e suas famílias importavam os tecidos da Europa. O algodão era exportado em pequenas cotas até sua produção alcançar o auge no século XIX. Apesar de a produção ser destinada, predominantemente, ao mercado interno, o algodão também servia como moeda de troca e pagamentos, como se observa na Provisão de 20/05/1553 em que se ordenava que:

descontasse dos soldos de Pedro de Góes, capitão do mar, a quantia de 4\$200 em dinheiro por tantos devidos a Sua Alteza do frete de quarenta e duas arrobas de algodão, que levava para o reino na nau São João; outro mandado de 3 de agosto do mesmo ano, providenciou para a entrega a Pero Garcia, feitor da armada da costa, de cinco arrobas de algodão ensacado; e ainda outro, da mesma data, ordenou o pagamento a João Lopes, mestre da capela, de 3\$500 em dinheiro, que lhe eram devidos de cinco arrobas de algodão também ensacado, a 700 réis a arroba, vendido para Sua Alteza.¹³⁶

135 Mandado passado para Gonçalo Ferreira Tesoureiro. In Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.54. v.XXXVII. p.25.

136 GARCIA, Rodolfo. In Documentos Históricos. Explicação. op. cit. v.XXXVII. p.131

Outra mercadoria referida na pauta de mercadorias para pagamentos era farinha, base da alimentação da população colonial, principalmente dos escravos. Seu preço oscilava de acordo com o sucesso ou insucesso da safra, porém, pode-se afirmar que apresentava boa cotação, como se constata no Mandado de 08/04/1550 passado pelo Provedor-Mor aos Contadores, no qual se afirma ter sido pago com um machado, trinta cinco foices, sete enxadas, dezessete facas, duas tesouras, vinte e nove cunhas, duzentos anzóis de três a real, quatrocentos e setenta e sete anzóis de dois a real treze pentes a quantia de cento e sessenta e nove alqueires de farinha da terra aos produtores de Tatuapara.¹³⁷

A farinha da terra ou de mandioca, por ser um gênero abundante na Capitania da Bahia, também era comprada pelos provedores para mantimento das armadas de Sua Alteza, para os armazéns da cidade do Salvador e usada como alimento. Esses múltiplos usos, a baixa produtividade e a tecnologia de produção primitiva faziam com que a quantidade produzida fosse insuficiente, como se observa na afirmativa abaixo transcrita:

fornecida nos primeiro tempo quase só pelos moradores do antigo povoado da Vila do Pereira ou pelo solar de Tatuapara, não demorou, pelas quantidades requisitadas em regime de prioridade, a encontrar também vendedores espalhados por localidades como Maragogipe, Capanema, Cachoeira, Camamu. Mas, estavam longe de atingir os índices de produção ideais para a exportação.¹³⁸

O sal e algumas ferramentas também aparecem como elementos para o pagamento de soldos e salários vencidos por todo o século XVI, como se observa na Provisão de 06/12/1550 pela qual se determinava o pagamento a Paulo Rabello, besteiro, da quantia de

“sete mil duzentos, e vinte, e cinco reis por esta maneira; a saber, seis mil oitocentos, e vinte, e cinco reis, que lhe eram devidos de doze mezes e meio, os derradeiros nove dias do mez de Outubro, e todo Dezembro do anno de mil, quinhentos, e quarenta, e nove, e Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro, e seis de Dezembro de mil quinhentos, e cincoenta á razão de quinhentos e cincoenta reis por mez, e os quatrocentos para cumprimento de seu mantimento deste mez de Dezembro, e que lhe fossem pagos em Sal pelo preço, e medida ordenado.¹³⁹

137 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricas da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.565. v.XXXVII. p.224

138 LAPA, op. cit. p.169.

139 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricas da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.344. v.XXXVII. p.122/123

As ordens de pagamentos não se restringiam apenas a mercadorias e utensílios. Alguns documentos sugerem a possibilidade de também serem usados armamentos para pagamento, como se pode inferir na Provisão de 03/02/1550, quando o Provedor-mor mandou Francisco Martins, Mestre da Caravela Leoa, entregar a Antonio da Costa Capitão do Bergantim Santiago,

que vae em companhia d'armada da Costa as cousas seguintes a saber um falcão com sua chave, e duas Camaras, e vinte pelouros, e seis meios berços com suas chaves, e cento, e cinco pelouros, e dezoito Camaras para elles, tres para cada um, e um barril de polvora, e quatro lanças, e que por este com conhecimento do dito Antonio da Costa feito pelo Escrivão d'armada.¹⁴⁰

Outra Provisão de 17/08/1550 foi passado para Cristovão de Aguiar, Almojarife dos Armazéns e Mantimentos da Cidade do Salvador, para que entregasse a Antonio de Oliveira, Loco-Tenente do Capitão da Capitania de São Vicente,

um Falcão de metal com duas Camaras, e uma chave, e vinte pelouros para elle, e quatro meios berços, de metal com doze Camaras, e uma chave, e vinte pelouros para elle, e quatro meios berços, de metal com doze Camaras, e uma chave, e vinte pelouros para elle, e quatro meios berços de metal com doze Camaras, e uma chave, e vinte pelouros para elle, e quatro meios berços de metal com doze Camaras, e quatro meios berços de metal com doze Camaras, e quatro chaves, e oitenta pelouros para elles, e um barril de polvora, que tenha um Quintal, e trinta espadas guarnecidas, e dez piques, e dez lanças com seus ferros, e que por elle com conhecimento do dito Antonio de Oliveira Capitão feito e assignado por elle e com Certidão do Escrivão da Feitoria da dita Capitania de como fica posta Verba no Livro da Receita da dita Feitoria, em que declare, que se hão de descontar as ditas munições da Redizima de Martim Affonso de Souza Capitão, e Governador da dita Capitania.¹⁴¹

Assim, constata-se que as várias formas de pagamento aos trabalhadores, produtores e comerciantes da Capitania da Bahia demonstram a extraordinária capacidade adaptativa dos colonizadores às condições locais. Ante a realidade concreta da falta de moedas em quantidade suficiente, foram encontradas soluções que garantiram não só a continuidade, mas a própria expansão das atividades produtivas e comerciais e o fortalecimento da economia colonial.

140Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricas da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.84. v.XXXVII. p.37.

141 Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In Documentos Históricas da Biblioteca Nacional. op. cit. Doc.107. v.XXXVII. p 47/48.

5. Morar em Salvador

Aos consultarmos os vários documentos sobre a segunda metade do século XVI na nascente Salvador, constata-se que o consumo de alimentos não era motivo de preocupações. As referências á abundância, qualidade e diversidade de frutas, raízes, carnes e peixes são constantes. Nóbrega o afirma em várias de suas cartas assim como atesta a preocupação dos colonos em criarem animais de pequeno porte para o abate:

os mantimentos próprios da terra, ainda que húmidos, quasi todos, são em abundância. O pescado é muito gostoso e sanissimo. As carnes não as havia entre os Índios senão de mato que eles caçam com suas frechas e laços e agora também com cães eu obtiveram dos cristãos. Mas todo o gênero de gado se cria em abundância, porque os cristãos tem muitos porcos, bois, cabras, galinhas, patos etc. Pão de trigo não tem senão o de Portugal.¹⁴²

Nóbrega elogiava as frutas nativas, embora as considerasse estranhas e muito diferentes das européias, e acreditava que todas essas pudessem ser plantadas e produzidas na Capitania da Bahia. Considerava que a produção não era maior devido aos constantes ataques das formigas.¹⁴³ Gabriel Soares, no capítulo em que fala da variedade de frutas, destaca o caju, o abacaxi ou ananás, a banana ou pacobas, o milho e arroz de boa qualidade.¹⁴⁴

Nóbrega também elogiava a abundância dos vários tipos de peixe e a qualidade dos siris e dos caranguejos nos mangues “há muito pescado e também muito marisco, de se que se mantêm os da terra e muita caça de mato e patos que criam os índios, ovelhas, cabras e galinhas se dão bem também em a terra e há dellas grande quantidade.”¹⁴⁵

Porém, o fato de haver alimento farto e de boa qualidade não era suficiente para resolver um dos grandes problemas vividos pelos moradores e visitantes de Salvador: o estado de morbidez constante em que viviam. Um dos grandes vetores das doenças advinha da constante circulação de pessoas embarcadas nas várias esquadras que aportavam em Salvador. Grande parte dessas pessoas - marinheiros, soldados, degredados, religiosos, comerciantes – aqui chegavam doentes¹⁴⁶ devido às péssimas

142 Carta de Pe. Manuel da Nóbrega ao Pe. Luis da Grã em 27/12/1553. In LEITE, Serafim. I. **Novas Cartas Jesuíticas (De Nóbrega a Vieira)**. Edição da Companhia Editora Nacional. Série 5ª. v.194. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre, 1940. p.161

143 Carta de Pe. Manuel da Nóbrega ao Pe. Luis da Grã em 27/12/1553. In LEITE, op. cit. p.162

144 SOUSA. G. op. cit.

145 NÓBREGA, Pe. Manuel. Carta ao Dr. Navarro. In LEITE, op. cit., p.98.

146 As doenças mais comuns era o escorbuto, provocada pela falta de vitamina C no organismo, o que causa o apodrecimento das gengivas e uma constante hemorragia; ferimentos e a infecção do local e doenças respiratórias.

condições de higiene reinantes nas embarcações, à má qualidade e carência de alimentos¹⁴⁷, à falta de medicamentos adequados e às rústicas técnicas de tratamento médico, geralmente praticadas por cirurgiões barbeiros que sangravam, amputavam, aplicavam ventosas e operavam, como descreve o documento abaixo citado pelo capitão da Nau Nossa Senhora da Conceição,

cuja tripulação dizimada por enfermidades, foi atendida em substituição ao médico de bordo, também doente, por cirurgião degredado que embora achacadiço,¹⁴⁸ com erisipela no rosto e no pescoço, teve forças para sangrar, deitar ventosas e proceder a sarjações. Essa nau chegou a Bahia sem remédios e falta de recursos, não tendo nem camas suficientes para a tripulação enferma.”¹⁴⁹

A chegada desses doentes representava considerável ônus para os habitantes da fortaleza que teriam de cuidar da acomodação, sustento e medicação para os enfermos. Como afirma Lapa¹⁵⁰, mais incerta que a vida no mar, tornou-se a existência em terra, pois todos os dias chegavam a Salvador “um tal número de doentes e com tantos claros na tripulação, que muitas vezes lhes era impossível prosseguir viagem para o Oriente, retornando então para o Reino, após o necessário tempo de reaparelhamento, aguada e reabastecimento.”

Também as condições higiênicas da cidade não eram as mais adequadas. Além do constante contágio com os que chegavam pelo mar trazendo doenças de várias partes do mundo. Segundo Lapa¹⁵¹, os religiosos e militares de alta patente que chegavam enfermos eram acomodados em residências de particulares ou com os jesuítas. Já as demais camadas da tripulação, como os soldados, degredados e outros pobres, eram atendidos no porto e ali recebiam medicação para que pudessem seguir viagem logo que possível.

Porém, o que era oferecido estava muito aquém das numerosas necessidades, pois eram muitas as dificuldades locais e os recursos destinados à saúde eram poucos. A própria cidade também não pode ser definida como preocupada em criar e manter ambientes limpos e não contaminados. A limpeza das casas era precária, a higiene

147 Devido ao clima quente que atravessavam, sobretudo na zona equatorial, os alimentos deterioravam-se freqüentemente e a água, por estar armazenada em barris, com o tempo, acumulava sujeira, adquiriam mau cheiro, podendo causar diarreias. Os paióis de alimentos eram submetidos a uma rigorosa vigilância contra roubos. Somente o capitão e um despenseiro possuíam as chaves. A alimentação era muito deficiente e constituída apenas por água, vinho, que não se devia beber muito por causa dos calores, biscoito, carne salgada ou defumada e peixe salgado. Para temperar utilizava-se azeite e vinagre. BUENO, op. cit. p 40-42.

148 doentio, enfermo

149 Ms. 1.743, Bahia, P.a.c., AHU. In LAPA, op. cit. p.190

150 LAPA, op. cit. p.207

peçoal quase não existia, os dejetos e o lixo eram jogados no Rio das Tripas. Como consequência da falta de escoamento de água e esgoto, as residências particulares transformaram-se em uma grande ameaça a todos.

Os medicamentos necessários à cura das várias enfermidades trazidas por marinheiros e colonizadores não existiam em quantidade suficiente, quando não estavam em falta. Agravando o quadro, a população não possuía moedas para a aquisição dos remédios. Uma das alternativas de tratamento eram os chás, benzeduras, rezas e orações dos tupinambás que viviam em Salvador, embora eles mesmos fossem as grandes vítimas das doenças infecto-contagiosas, como o sarampo e a varíola, trazidas pelos colonizadores e para as quais não possuíam anticorpos.

A taxa de mortalidade entre os indígenas era elevadíssimo, despovoando aldeias e aldeamentos e levando a crise às propriedades que dependiam da mão-de-obra dos tupinambás. Muitos dos sobreviventes fugiram para as matas, espalhando as doenças em grupos ainda não contatados e criando o clima propício para o surgimento de movimentos messiânicos de caráter milenarista, conhecidos como Santidades e uma das razões para a vinda do Santo Ofício à Capitania da Bahia no fim do século XVI.¹⁵²

Em uma de suas cartas, o Padre Leonardo do Valle relatou como muitos índios morreram entre 1560 e 1563 e afirmou que a quantidade dos falecidos era tanta que não havia como enterra-los. Por isso, os corpos eram amontoados em um determinado local, porém o odor que exalavam incomodava a todos. Segundo os cálculos, teriam morrido trinta mil índios no litoral da capitania da Bahia num período de dois ou três meses.¹⁵³

Esse quadro de doenças nos aldeamentos jesuítcos agravaram-se com o passar do tempo. Nesses espaços, as condições de higiene também eram precárias e agravadas pela imposição de determinadas normas como o sedentarismo forçado e o uso de roupas. Também a prática de reunir em um aldeamento os remanescentes de vários outros extintos ampliou a possibilidade de contágio, de desestruturar em caráter definitivo sua organização social, de inviabilizar qualquer forma de resistência mais significativa e desorganizar seu sistema produtivo levando-os á fome e à decisão de se venderem como escravos na tentativa de encontrarem uma forma de sobreviver.

151 LAPA, op. cit. p.209

152 VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios - catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial**. Cia. das Letras. São Paulo, 1995. p.275.

153 VALLE, P. Leonardo. Carta para o Padre Gonçalo Vaz, Provincial da Companhia de Jesus de Portugal, Bahia, 12/05/1563 In **Cartas Avulsas – Aspilcueta Navarro e Outros**. Itatiaia, Belo Horizonte; Edusp, São Paulo, 1988. p. 404 – 418.

É preciso considerar que também os europeus enfrentaram dificuldades em lidar com doenças tipicamente tropicais que desconheciam e para as quais não conheciam medicação adequada. Já os africanos, por terem vivenciado anteriormente sua fase de contágio com as doenças infecto contagiosas de origem européia e estarem aclimatados aos trópicos, não teriam sofrido o mesmo impacto vivido pelos dois grupos. Pode-se mesmo afirmar que o principal fator da alta taxa de mortalidade entre eles eram as condições sociais vivenciadas pelos africanos escravizados.

No final do século XVI, o descaso da Coroa Portuguesa com o problema de saúde e as péssimas condições sanitárias na Capitania da Bahia contribuíram para o agravamento do quadro. Até mesmo as poucas estratégias utilizadas para acabar com que os problemas concernentes a saúde mostraram-se falhas. Procurando solucionar o problema, foram repassados recursos para que o hospital de Nossa Senhora das Candeias ou Hospital da Cidade do Salvador fosse reequipado. Este era um estabelecimento particular fundado nos primeiros anos após a construção da cidade e destinado a atender “aos doentes de terra e mar.”¹⁵⁴ Era, no entanto, um hospital pequeno, pouco arejado e carente de material básico para o atendimento aos doentes, como roupas de cama, colchões, aparelhos cirúrgicos e medicamentos e que, por ter sido planejado para atender às necessidades dos moradores locais, não conseguia fazer frente a tantos doentes chegados incessantemente pelo mar e dos aldeamentos indígenas.

Os inúmeros vereadores e fidalgos que exerceram o cargo de Provedor da Saúde fizeram construir lazaretos no porto destinados aos tripulantes sujeitos a quarentena. Estes estabelecimentos de instalações precárias não conseguiam suprir as necessidades. A falta de pessoas qualificadas e os medicamentos elementares que eram dados aos pacientes pouco ajudavam, principalmente porque a demanda era crescente e imprevisível, o que fez Lapa¹⁵⁵ afirmar que “enquanto durou a Carreira da Índia, Salvador serviu-lhe de vasto hospital.”

O mesmo Lapa destaca que a Companhia da Carreira da Índia absorveu muito dos homens sadios que viviam em Salvador em substituição aos membros da tripulação que continuavam enfermos ou haviam morrido.¹⁵⁶ Os homens fortes e sadios que seguiam viagem quando não pagavam com a vida, acabavam inúteis pelos aleijões em decorrência das amputações realizadas. Essa realidade refletia-se na qualidade do sistema de defesa da cidade, pois ao quadro de poucos homens qualificados somava-se a

154 LAPA, op. cit. p.211

155 LAPA, op. cit. p.207

perda dos homens sadios para a Carreira das Índias e sua substituição pelos doentes, inválidos e aleijados deixados em Salvador.

As doenças foram, portanto, uma das razões para o insucesso relativo do projeto real de aqui construir uma fortaleza inexpugnável. O estado lastimável em que ancoravam as embarcações e a situação precária em termos de salubridade em que se encontrava a fortaleza com suas ruas estreitas, sujas e com esgotos a céu aberto nos quais eram jogados todos os tipos de dejetos, deixavam uma brecha para que as epidemias tomassem conta da população, vítima de um inimigo oculto - a morte.

Os moradores de Salvador aglomeravam-se num ambiente de precárias condições sanitárias e higiênicas e pestífero no qual pulgas, percevejos, piolhos e muitos mortos tornavam a vida na cidade quase insuportável. Como consequência das constantes epidemias constantes, vivia-se em clima de desagregação civil e de desarticulação militar. Embora os que vivessem em suas fazendas e engenhos no Recôncavo fossem poupados dessas péssimas condições de salubridade, não o eram das convocações para completarem as tripulações das embarcações da Carreira das Índias. Esse foi o preço pago pela população por ter na sua cidade o principal porto de escala da Carreira da Índia. Apesar disso, a cidade cresceu, prosperou e sua população aumentou e enriqueceu e foi capaz de encontrar estratégias que lhes permitiram sobreviver e suprir suas necessidades e, mesmo mal alimentada e mal paga, construiu as bases do Império Português na América.

Considerações Finais

A conquista da área que viria a se transformar na América Portuguesa foi parte do grande ciclo de navegações que transformou de forma radical o mundo. A participação de Portugal decorreu da experiência acumulada ao longo de alguns séculos nas atividades de comércio marítimo, de possuir uma boa frota pesqueira, do agravamento da crise econômica, política e social vivida pela Europa no fim do século XV, da pequenez do seu território, de sua população e dos investimentos realizados para melhorar as condições de navegação por espaços ainda não conhecidos e na construção de embarcações maiores, mais velozes e seguras.

A crise no comércio com o Oriente e as constantes ameaças ao domínio das terras americanas motivaram a criação do sistema de Capitânicas Hereditárias em 1530. Porém, a maior presença dos portugueses, os projetos de efetivação e expansão da conquista e as novas relações de poder estabelecidas entre índios e colonos visando promover a inserção de produtos no circuito internacional resultaram em uma seqüência de conflitos e revoltas indígenas. Essa situação culminou na intervenção da Coroa e na decisão de criar um Governo Geral na América que fosse capaz de articular ações econômicas, administrativas, repressivas e defensivas em nome do Rei para solucionar as ameaças internas e externas ao empreendimento colonial.

O Regimento do primeiro Governador, Tomé de Sousa, elaborado em 1548, deixa clara as orientações: superar o problema indígena, coordenar a atuação dos donatários e fundar uma cidade fortificada, onde seria instalada a administração governamental e o núcleo de articulação da defesa do território ante á ameaça dos ataques dos indígenas e dos corsários franceses.

O que se pode induzir das fortificações erguidas em Salvador é que eram frágeis construções incapazes de dar combate aos invasores, que não protegiam os núcleos de povoamento e que se mostravam mais adequadas para enfrentar ataques de pequeno porte e não os realizados pelos tripulantes de esquadras bem armadas. Principalmente porque era pequeno o número de canhões instalados e as tropas eram insuficientes e despreparadas. Ante esse quadro, os colonos viam-se obrigados a participar da defesa da cidade e do Recôncavo e os proprietários de fazendas e engenhos a construírem torres e adquirirem armas para garantir a defesa de suas vidas e propriedades. Por outro lado, o sistema

defensivo mostrou-se eficaz para viabilizar o projeto de conquista das terras indígenas, a dominação dos tupinambás no entorno da Baía de Todos os Santos.

Apesar de todas essas fragilidades, a cidade do Salvador, sede do governo geral português na América, solidificou-se como centro administrativo e eclesiástico e transformou-se em um símbolo de prosperidade econômica no decorrer do século XVI. E esse enriquecimento decorria da intensa atividade de seus moradores envolvidos em múltiplas atividades produtivas, comerciais e como construtores da cidade e do seu sistema defensivo.

2. Um novo desafio: a cidade cresceu e os inimigos aumentaram.

No final do século XVI, Salvador crescia e ultrapassava os muros construídos em 1549. A vida social se tornava mais rica e o número de habitantes aumentava, particularmente depois que os conflitos com os indígenas foram superados. A área conquistada e habitada por portugueses se expandia em torno do Recôncavo.

No tempo da administração de Pereira Coutinho encontram-se referências às áreas de Itapagipe, Pirajá e Matoim como locais de terras férteis com muitos rios navegáveis e, por isso, o donatário as escolheu para “fazer muitos engenhos na terra.”¹ Para tanto, Coutinho distribuiu várias sesmarias, como a doada a Afonso de Torres² em 28 de julho de 1542 na região entre Pirajá e Matoim. Porém, segundo Pinho³, essa sesmaria não foi ocupada devido à reação dos indígenas à presença dos portugueses e às tentativas de serem usados como mão-de-obra.

Dada a conflagração da guerra entre os tupinambás, seus aliados e o donatário, há que se concordar com a informativa de Pinho⁴ de que, no tempo de Pereira Coutinho, não havia ocupação das terras localizadas no até o fundo da baía malgrado as tentativas de expansão da conquista pelo donatário ou por sesmeiros.

¹ **Historia da colonização portuguesa no Brasil.** Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil. Litografia Nacional, Porto, 1923. v. III. P.282.

² Carta de confirma de terra a Afonso de Torres. In Documentos Históricos. op. cit. v. XXXVI. p.417-419.

³ PINHO, op. cit. p. 19.

⁴ PINHO, idem.

Dois anos após a instalação do Governo Geral, visando estimular a construção de engenhos no entorno da Baía de Todos os Santos, o rei flexibilizou as regras relativas à doação de sesmarias e, graças ao apoio militar viabilizado pela nova administração, essas terras passaram a ser ocupadas por colonos e se transformaram em centro produtor de açúcar.⁵ Porém, durante a administração de Tomé de Sousa a questão indígena ainda era um óbice para a continuada expansão da conquista, apesar da repressão desencadeada pelo Governador contra as tribos que opunham resistência à perda de seus territórios e à escravização que lhes era imposta.

Apesar da falta de precisão na documentação produzida pela administração de Tomé de Sousa, há indícios do avanço dos colonos sobre Paripe em 1551⁶, ano em que um Alvará determinou que se fizessem “novos engenhos de açúcar ou reformar os que tinham nessa capitania dessa Bahia.”⁷ Já no ano de 1552 encontram-se referências ao engenho de João Velosa que moia com águas do rio Pirajá.⁸

O relato das revoltas indígenas no governo de Duarte da Costa em 1556 permitem identificar a existência do Engenho do Cardoso, na Península de Itapagipe, assim como a presença de missionários em Itapuã, Rio Vermelho e Paripe.⁹ No litoral, entre a Vila Velha e Rio Vermelho, existiam pequenas roças nas quais se plantava cana, frutas, mandioca e legumes para abastecimento da cidade. Entre Itapuã e Tatuapara havia olarias e currais de gado.

Já no governo de Mem de Sá, o mais repressivo de todos para com os indígenas, a expansão da conquista se fez com maior rapidez. Pelos conflitos com os silvícolas, percebe-se que a presença portuguesa já se fazia presente em Madre de Deus, Tatuapara (hoje Praia do Forte), São Sebastião ou Nazaré do Jacuípe e entre Pirajá até Matoim, onde estavam localizadas fazendas plantadas com cana, frutas e hortaliças e outras dedicadas à criação de gado. Era uma produção vendida em Salvador ou trocada por pão, vinhos, utensílios, mantimentos importados e por sedas e outros tecidos.

⁵ SOUSA, op. cit. p.72

⁶ LEITE, op. cit. p.141-153

⁷ Traslado de uma Provisão passada por el-Rei. In Documentos Históricas. op. cit. v. XXXV. p.334

⁸ Carta de confirma de terra a Afonso de Torres. In Documentos Históricas. op. cit. v. XXXVI. p.418.

⁹ MARIANI, José B. de A. “**Povoamento da Bahia: século XVI**”. In Revista do Centro de Estudos Baianos, s/ed. Salvador,1971. p. 4-5.

O espaço urbano de Salvador foi confinado aos muros construídos e nele foram edificados prédios administrativos, algumas residências, uma igreja, uma praça e poucos caminhos que permitiam o deslocamento dos moradores para a Vila Velha do Pereira, o Monte Calvário e o porto, localizado no sopé da montanha, onde foram elevados a Casa da Fazenda e a da Alfândega, os armazéns e as ferrarias.

Outros pontos próximos à cidade também foram sendo ocupados pelos colonizadores. Na ponta de Itapagipe foram erguidas olarias e um curral de Garcia d'Ávila¹⁰ e um engenho de água na sesmaria doada por Tomé de Sousa a Christóvão de Aguiar D'Altro. No rio Pirajá havia um local seguro para a calafetagem das embarcações de grande, médio e pequeno porte e nas suas margens eram encontradas roças, canaviais e olarias. A uma légua do rio Pirajá encontrava-se a Fazenda de Antônio de Oliveira Carvalhal, antigo alcaide mor de Vila Velha, uma ermida de São Brás e, mais adiante, a igreja de Nossa Senhora da Escada pertencente aos jesuítas com local para seu repouso.

Em Paripe localizavam-se a igreja de Santa Cruz na Fazenda de Torres¹¹ e o Engenho de Pirajá, ou Del Rei, que “moia e dava rendimentos.”¹² Ao norte, entre a Praia Grande e a foz do rio Matoim, havia várias fazendas, canaviais e engenhos com bois e moendas, como as de Francisco Barbuda e outra de Cristóvão de Aguiar. Nas proximidades da Ribeira de Aratu, estava o Engenho Cotegipe, de propriedade de Sebastião da Ponte, vizinho a este, em Matoim, o Engenho Freguesia, de propriedade de Sebastião Faria. O funcionamento desses engenhos permitiu o aumento das rendas, quase inexistentes nos governos anteriores, e que, em 1570, já superior a 6\$000 por ano.

Essa expansão também era devida às medidas adotadas por Mem de Sá para melhorar o funcionamento da máquina administrativa e os investimentos feitos na construção de embarcações adequadas para o transporte dos produtos gerados nessas áreas. Dessa forma, o comércio foi fortalecido e o fluxo de moedas aumentou na capitania.

O clima de prosperidade refletiu-se na estrutura da cidade. Já durante a administração de Tomé de Sousa, foram melhoradas as instalações das Casas da Fazenda e Alfândegas, os Armazéns e as ferrarias, localizadas no porto. Nos armazéns, ficavam expostos para venda cana, farinha, algodão, utensílios, ferramentas, armamentos e outras

¹⁰ SOUSA, op. cit. 1971. p.72

¹¹ Provisão dos Vigários da Vila Velha e da Fazenda de Torres. In Documentos Históricos. op. cit.. XXXVI. p.165.

¹² Traslado de um Alvará passado por el-Rei. In Documentos Históricos. op. cit. v XXXV. p323/324.

mercadorias. Ali também eram alojados soldados, degredados e trabalhadores das obras da cidade.

Na Ribeira das Naus fortaleceu-se o centro de construções e reparos navais e outros núcleos semelhantes surgiram no Rio Vermelho e em Itaparica. Explica-se tal expansão não só pelas condições adequadas desse espaço para o exercício das atividades, como também pela crescente demanda de navios que velejavam com destino a Salvador em busca de alimentos e água fresca, querenamento¹³ e produtos para comercializar. A presença das embarcações da Carreira da Índia trazia vários problemas de saúde para os habitantes da cidade e a riqueza que promovia sua expansão para além dos muros que lhe garantiam relativa proteção das possíveis investidas de cobiçosos invasores estrangeiros.

Já no fim do século XVI, a cidade se espalhava para além dos muros. Fora destes, além dos colonos que viviam em suas roças, fazendas e engenhos, destacava-se a Casa de Repouso dos Jesuítas, conhecida como Quinta do Tanque,¹⁴ e construída nas terras abandonadas pelos indígenas do antigo aldeamento de São Paulo. Essa propriedade era, na verdade, uma fazenda com roças, curral para gado, jardins com um tanque de água ao centro, uma ermida e casas usadas pelos padres para descansar, convalescer de doenças e hospedar os governadores que desejassem se refugiar de suas fainas no perímetro da cidade.

O núcleo central da cidade expandia-se na direção sul. Próximo à Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, surgiu uma rua povoada pelos mercadores, outra abrigava lojas de comércio e uma terceira era ocupada pelos moradores mais abastados. Uma nova praça – a do Terreiro de Jesus – foi aberta para além dos muros originais, na direção norte, em frente do Colégio dos Jesuítas e nas proximidades da Igreja da Sé.

Com a cidade dividida entre dois planos - alto e baixo -, os moradores construíram ligações por caminhos em rampa¹⁵ ou ladeiras¹⁶, duas escadarias e guindaste administrado pelos padres jesuítas por onde eram transportadas mercadorias de propriedade da Ordem e de particulares que pagavam pela prestação dos serviços.

Apesar da expansão e das melhorias, as condições sanitárias, no entanto, não acompanhavam as conquistas. As ruas ainda eram estreitas, mal calçadas e sujas, os dejetos

¹³ LAPA, op. cit. 1971 p.24

¹⁴ Sede atual Arquivo Público da Bahia

¹⁵ Hoje conhecida como a ladeira do Pau da Bandeira e que permitia a ligação entre a parte alta e o porto e a Ribeira das Naus. Um dos seus trechos possuía a forma de rampa e outra a de escadaria, o que a tornava a melhor opção para os deslocamentos, principalmente no período de chuvas.

¹⁶ Hoje conhecidas como Ladeira da Conceição da Praia e da Misericórdia.

eram espalhados por toda sua extensão ou eram transportados, pelos índios e demais funcionários encarregados dessa função, em tonéis e jogados no Rio que depois se chamou “das Tripas.” Os trabalhos de higiene limitavam-se à limpeza intra e extra muros da cidade denunciando que a infra-estrutura de Salvador, nesse quesito, continuava rudimentar.

Uma das expressões dessa expansão foi o aumento do número de igrejas existentes na soterópoles. Além da Capela de Nossa Senhora da Ajuda, da igreja Nossa Senhora da Conceição da Praia, do Colégio dos Jesuítas, foram construídas a pequena ermida de São Pedro, em 1554,¹⁷ erguida no caminho para a Vila Velha; a igreja da Misericórdia em 1555, próxima à Praça do Palácio e ao lado da Sé,¹⁸ a de Nossa Senhora das Graças, em 1557; a de Santo Antônio da Barra entre 1560 e 1562, a capela do Desterro em 1560, localizada na parte leste da cidade e reedificada em 1567 por Mem de Sá, para que a cidade crescesse em sua direção, pois havia poucas residências no local.¹⁹ Porém, a edificação religiosa que melhor simbolizava a importância de Salvador no contexto colonial era, sem dúvida, a Igreja da Sé, cuja construção foi iniciada em 1552²⁰ e marcava a presença definitiva da Igreja Católica na América Portuguesa.

Nesse período ainda há que se referir à crescente edificação de igrejas e conventos de várias Ordens Religiosas. Os prédios pareciam verdadeiras fortificações e surgiam tanto para o norte – Convento dos Padres Carmelitas e Igreja de Nossa Senhora do Carmo em 1585 - quanto para o sul – Mosteiro e Igreja de São Bento em 1587 - e a oeste – Igreja e Convento de São Francisco em 1587.

A expansão e a crescente riqueza passaram a atrair cada vez mais interessados em assaltar e se apossar da cidade e da zona de produção açucareira, o que alarmava os moradores locais e os administradores metropolitanos ante as sucessivas tentativas. As mais relevantes são a de corsários ingleses em 1587, quando bombardearam Salvador e saquearam os engenhos do Recôncavo; em 1595 dez naus francesas, após saquearem a vila de Ilhéus, entraram no porto de Salvador e investiram contra a cidade. No ano de 1599, o

¹⁷ Acredita-se que a localização original dessa ermida fosse na área atualmente conhecido como Relógio de São Pedro

¹⁸ Nos anos de 1550 existia somente o Hospital, conhecido como Hospital do Salvador ou de Nossa Senhora das Candeias e, depois, por Hospital da Santa Casa da Misericórdia. A igreja foi reconstruída a partir de 1567 em pedra e cal

¹⁹ Porém, a igreja que serve de convento até os DIAS de hoje só foi iniciada em 1627 com a ajuda de fiéis. PITA, Sebastião da Rocha. **Historia da América portuguesa desde o ano de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte quatro. Lisboa, 1976, p.185.**

²⁰ Foi reconstruída em pedra em 1559 com sua fachada voltada para a baía de Todos os Santos.

ataque foi realizado por uma esquadra com sete naus holandesas²¹ que tomaram o controle do porto de Salvador e das naus ali atracadas e depois saquearam os engenhos do Recôncavo. Esses ataques rápidos não resultaram na conquista das cidades, o que pode ser explicado não pela capacidade de resistência, mas pela pequenez das frotas e pela ausência de um projeto articulado para a conquista e ocupação da Bahia.

Após 1580, quando Portugal foi incorporado à Espanha, os projetos holandeses para conquistar as zonas de produção de açúcar na América Portuguesa passaram a ser os mais preocupantes. Ante tantas investidas, o governador Diogo de Mendonça Furtado propôs o fortalecimento das defesas através da construção de novos fortes e reedificação de outros, o que, o colocou em atrito com o Bispo, mais interessado em concluir a construção da igreja da Sé do que em aceitar o uso dos recursos para fins militares. Porém, os argumentos do Governador acerca da fragilidade do sistema defensivo, da ausência de frota militar que desse combate aos invasores, da carência de forças militares profissionais e do modelo antiquado e inadequado das fortificações, terminaram por convencer as autoridades metropolitanas da necessidade de realizar investimentos para melhorar o sistema defensivo. O objetivo era o de adequar o sistema defensivo, construído entre os anos de 1549 e 1580, à nova realidade dos conflitos.

A questão indígena estava sob controle e a revolta desses povos não mais representava perigo ao empreendimento colonial. A preocupação era, a partir daquele momento, fazer frente à nova ameaça que chegava por mar e possuía armas modernas. Fortificações se multiplicam e as já existentes foram remodeladas e a elas foram incorporadas trincheiras, baluartes e baterias posicionados em lugares estratégicos, além de ser aumentado o contingente de tropas regulares. A partir desse novo projeto, foram abandonados os antigos e precários modelos da arquitetura militar implantada na Capitania da Bahia e adotado o modelo europeu tradicional com os devidos ajustes às condições de terreno e aos materiais utilizados e os resultantes das variações de estilos definidas pelos vários arquitetos que planejaram o sistema.²²

Apesar das modificações introduzidas, não se pode afirmar que o sistema defensivo de Salvador tenha se tornado totalmente eficaz, como afirma Rodrigues “no final do século XVI, a defesa para um ataque vindo por mar praticamente não existia (em Salvador). Os redutos eram simples fortificações com poucas armas e sem que um protegesse o outro, se

²¹ A Holanda fez várias tentativas de conquista da Capitania da Bahia, havendo registros de ataques nos anos de 1599, 1601, 1605, 1609, 1621, 1624, 1627 e 1638.

constituindo em um sistema defeituoso e desarticulado.”²³ E essa realidade pode ser constatada pelo sucesso da invasão holandesa em 1624, o que obrigou a que as autoridades voltassem a repensar o sistema defensivo após este acontecimento.

²² FONSECA, op. cit. p.17

²³ RODRIGUES, op. cit. 1986.

Fontes:

A.H.U Ms. 1.743, Bahia, P.a.c.

ANAIIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. v.27. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982

ANCHIETA, [Pe.] José de. **Cartas, Informações, Fragmentos históricos e Sermões.** Cartas Jesuíticas III. Coleção Reconquista do Brasil 2. Série v.149. Academia Brasileira de Letras. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1933.

._____. **Textos Históricos.** Obras Completas v. 9. Edições. Loyola. São Paulo, 1989.

APEB. Translado dos Documentos Relativos à História da Bahia – 1534/1590. APEB. Maço: 626/12

Cartas de 9 de agosto de 1549 do Padre Manuel da Nóbrega para o Padre Mestre Simão Rodrigues.

Carta enviada padre Mestre Simão.

Carta de Pe. Manuel da Nóbrega para o Padre Provincial de Portugal.

Carta de Pe. Manuel da Nóbrega ao Pe. Luis da Grã

Carta, Pe. Manuel da Nóbrega ao Dr. Navarro.

CARDIM, Fernão [Jesuíta]. **A Narrativa Epistolar e o Tratado da Terra e da Gente do Brasil.** Obra iniciada em 1583.

GÂNDAVO, Pero Magalhães de. **O Tratado da Terra do Brasil e a História da Província de Santa Cruz.** 1576.

LÉRY, Jean de. **Viagem à Terra do Brasil** [1580]. Biblioteca Histórica Brasileira. Livraria Martins. 1972.

GUIA DOS BENS TOMBADOS DA BAHIA. Coordenação e Pesquisa Prof. Alcindo Mafra de Sousa. Expressão e Cultura Rio de Janeiro.

LEITE, Serafim [Pe]. S.J. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1965. p.21.

NÓBREGA, Manuel da. **Cartas Jesuíticas Cartas do Brasil – 1549-1560.** Biblioteca de Cultura Nacional. Academia Brasileira. Rio de Janeiro, 1931.

REGIMENTO dado a Tomé de Sousa, 1º. Governador Geral do Brasil, por D. João III, em dezembro 1548 In ACCIOLI, I. AMARAL, B. **Memórias Históricas e Políticas da Bahia,** Salvador, Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1919. v.I.

SALVADOR, Vicente [Frei]. **História do Brasil - 1500-1627**. Edição revista por Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Frei Venâncio Wileke. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

SOUSA, Gabriel Soares. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1971.

_____. **Notícia do Brasil**. Martins Fontes. São Paulo, 1943.

SOUSA, Augusto. **Fortificações no Brasil: Época da Respectiva Fundação na Importância Defensiva. Motivo: Determinação dela e valor atual**. Revista do Instituto Histórico Etnográfico e Cartográfico do Brasil. Rio de Janeiro, RJ. nº 48 – 2ª parte. 1885.

STADEN, Hans. **Viagem ao Brasil**. Publicação da Sociedade Hans Staden. São Paulo. 1942.

_____. **Duas viagens ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia. 1988.

VALLE, P. Leonardo. Carta para o Padre Gonçalo Vaz, Provincial da Companhia de Jesus de Portugal, Bahia, 12/05/1563 In Cartas Avulsas – Aspilcueta Navarro e Outros. Itatiaia, Belo Horizonte; Edusp, São Paulo, 1988.

VARNHAGEN, F. **A História geral do Brasil**. Notas de Rodolfo Garcia. Melhoramentos/INL/MEC. São Paulo, 1975.

ACCIOLI, I e AMARAL. B. Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia. v.I. Imprensa. Oficial. Salvador – Ba, 1919-1940.

- Carta de Pero de Campo Tourinho enviada ao Rei em 28/07/1546 de Porto Seguro
- Frei Antônio de Jabotão. **Novo Orbe Seráfico Brasileiro**
- Carta de Luis de Góes a el-Rei sobre o estado em que se encontrava o Brasil. 12 de maio de 1548.
- Regimento de Tomé de Sousa.
- Alvará de 2 de Janeiro de 1549, passado em Almeirim.
- Alvará de 7 de Janeiro de 1549, em Almeirim.
- Lista das nomeações feitas por D. João III para os cargos criados por ocasião da vinda do 1º governador geral do Brasil. Por alvará de 15 de Janeiro de 1549.

Anais da Biblioteca Nacional

- Carta de Luis a Miguel de Arruda em 15 de Agosto de 1551
- Carta de Luis Dias a Miguel de Arruda em 15/06/1551.
- Cartas do governador Mem de Sá.

Arquivo Público do Estado da Bahia

Seção Colonial e Provincial

Registro Provisões Reais – Documento 254/1534-1590.

Ordens Regias – Vol. 25, 26, 42, 52A, 62, 64, 66, 73, 76

Seção de Microfilmagem

Documentos diversos sobre a Bahia

Filme 01 – Documentos nº 02 e nº 36

Filme 02 – Documentos nº 7b e nº 9a

Filme 03 – Documentos nº 9a e nº 9c

Seção Biblioteca

Anais da Biblioteca Nacional

Documentos relativos a Mem de Sá

História Militar de 1549 até 1762

Notícias antigas do Brasil – 1531/1551

Anchieta Cartas inéditas

Documentos Históricos da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Ministério da Educação e Saúde. Registro de Mandados e Provisões Reaes. Rio de Janeiro. 1937.

Volume XXXV - Provisões Seculares e Eclesiásticas- Registro de Mandados e Provisões Reaes.

- Traslado da Provisão de Feitor, e Almoxarife desta cidade do Salvador, e da Alfândega della, que proveu o Senhor Governador
- Traslado da Provisão do Mestre das Obras desta cidade do Salvador [Luis Dias].
- Mandado passado para Gonçalo Ferreira Tesoureiro.

Volume XXXVI

- Carta de confirma de terra a Afonso de Torres.
- Provisão dos Vigários da Vila Velha e da Fazenda de Torres.

Volume XXXVII – Documentos - Mandados, Alvarás, Provisões e Sesmarias.

1 -8- 9 - 10- 11 - 12- 13- 15- 18- 22 - 24- 25- 26- 27- 33 -34 -35 -36-39- 40- 41-42- 43- 46- 47- 49- 50-54 -58- 64- 66- 84- 103- 105-107- 115- 117- 132- 134 -135- 136- 137- 138- 140- 144- 148 -151- 152- 154- 160 -167- 170- 171- 172- 173- 174- 176- 180- 181- 182- 183- 186- 188- 189- 191- 192- 194- 195- 196- 197- 198- 200- 201- 202- 203- 204- 205- 206- 207- 208-209- 211- 212- 213- 214-215- 217- 218-219- 220- 221- 222-223-224-225-226- 227- 229- 240-242-243-247-248-249-250-252-253-254- 255- 256- 257- 258- 259- 260- 264-265-271-274-275-285-291-292-293-303-304-305-307-308-309-311-312-313-314-318-320-321- 322-324-325-326-327-328-329-330-332-338-40-342-343-344-345-352-354-355-371-372-378 -379-384-385- 386-387- 391- 392-393-395 - 493,648,685,748,768,805,851,902.

- Mandado de 22/07/1549 enviado aos Contadores pelo Almoxarife Antônio Cardoso de Barros.
- Mandados passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro
- Mandados passado pelo Governador Tomé de Sousa para o Tesoureiro.

Volume XXXVIII - Mandados, Alvarás, Provisões e Sesmarias.

- Mandado passador pelo Provedor-mor para o Tesoureiro João Araújo.
- Mandados passado pelo Governador Tomé de Sousa para o Tesoureiro.
- Divida de Vasco Fernandes Coutinho á Fazenda Real, por impostos que arrecadou da sahida de escravos
- Proibição de levar escravos de umas Capitánias para outras

- Escravos vindos da Ilha de São Tomé para o Engenho de Francisco de Barros de Azevedo

Referências Bibliográficas

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial. (1500-1800)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

ACCIOLI, I e AMARAL. B. **Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia**. v.I. Imprensa. Oficial. Salvador – Ba, 1919-1940.

AZEVEDO, Pedro Codolino F. de. **História Militar**. 2 vol. Rio de Janeiro: 1950-1952

AZEVEDO, Thales de. **O Povoamento da Cidade do Salvador**. Editora Itapoã, Coleção Baiana. Salvador, 1969.

_____. **Introdução da publicação Salvador da Bahia de Todos os Santos no Século XIX**. Salvador, 1979

BARRETO, Cel. Aníbal. **Fortificações do Brasil**. Resumo Histórico. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1958.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

BOXER, Charles R.. **A idade de ouro do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1963.

BRICHE, Mr. Bahiense. **Manual do engenheiro ou elementos de geometria prática de fortificações de campanha**. Ed. nº2. Ed. Brasil; Salvador: Tupografia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1812.

BUENO, Eduardo. **Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores**. Objetiva. Rio de Janeiro, 1999.

CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre: Uma Dinastia de Pioneiros**, Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.

CALDAS, José Antônio. **Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde o Descobrimento**. Ed. Fac. Similar. Salvador: Beneditina, 1951.

CAMPOS, J. da Silva, **Fortificações da Bahia**. Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, nº 7 Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1940.

CARNEIRO, Edson, **A Cidade do Salvador 1549: Uma Reconstituição Histórica; A conquista da Amazônia**. 2ª ed. – Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira. 1984.

CORTESÃO, Jaime. **Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC, 1958.

COUTO, Jorge. **A construção do Brasil: Ameríndios, Portugueses, e Africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos**. Edições Cosmos. Lisboa, 1995.

CUNHA, Manuela Carneiro da [ORG.]. **História dos Índios do Brasil**. São Paulo, FAPESP/SMC/ Companhia das Letras, 1992.

D'AGOSTINI, Mario P. **Geografia: A Terra, O Planeta da Vida**. v.1. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1988.

DIAS, Carlos Malheiro (dir.). **História da colonização portuguesa do Brasil**. Porto: Litografia Nacional, 1921.

FALCÃO, Edgard Cerqueira. **Fortes Colônias da Cidade do Salvador**. São Paulo: Martins, 1942.

._____ **Relíquias da Bahia**. São Paulo: Of. Romiti & Lonzara, 1940.

FERNANDES, Florestan. **Organização Social dos Tupinambá**. Instituto Progresso Editorial, S.A. São Paulo. 1948

._____ **A função social da guerra na sociedade Tupinambá**. 2ª Edição. Livraria Pioneira. Editora da Universidade de São Paulo. 1970.

FENELON, Dea Ribeiro [ORG.]. **Caráter e Natureza do Sistema Colonial Português**. IN: 5º Textos de História do Brasil. Ed. HUCITEC. 1974.

FONSECA, Fernando Luís da. **Arquitetura Militar da Cidade do Salvador**. Tese (Prof. Titular em Arquitetura). FAUFBA. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1971.

FRÉDERIC, Mauro. **Portugal, o Brasil e o Atlântico**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

EDELWEISS, Frederico. **Nossa Senha da Conceição da Praia a primeira Igreja da Cidade do Salvador e o âmbito primitivo de sua freguesia**. O Bi-centenário e um Monumento Baiano. Coleção Conceição da Praia. Ed Beneditina. Salvador, 1971.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978

GUEDES, Max Justo. **O Descobrimento do Brasil**. Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha. Rio de Janeiro, 1998.

GUIA DOS BENS TOMBADOS DA BAHIA. Coordenação e Pesquisa Prof. Alcindo Mafrá de Sousa. Expressão e Cultura Rio de Janeiro.

história do Exército Brasileiro: Perfil Militar de um Povo. Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Edição do Estado Maior do Exército.. v. 7. Brasília e Rio de Janeiro, 1972.

SZWMRECSÁNYI, Tamás. [Org]. **História econômica do período colonial**. HUCITEC E FAPESP. São Paulo, 1996.

Historia da colonização portuguesa no Brasil. Ed. monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil. Litografia Nacional, **Porto**, 1923.

Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia . In IPAC.BA. VOL. I. Monumentos do Município do Salvador. 2ª edição. Governo do Estado da Bahia. Sec. Da Ind. Comercio e Turismo. Salvador 1984.

JABOATÃO, Frei Antônio de S. Maria. **Catalogo genealógico das principais famílias que procederam de Albuquerque e Cavalcante em Pernambuco e Caramurus na Bahia**. Imprensa Oficial. **Salvador**, 1950.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Bahia e a Carreira da Índia**. Ed. fac-similada. Hucitec, Unicamp. São Paulo, 2000.

_____ **O Antigo Sistema Colonial**. Brasiliense. São Paulo, 1982

LOPES, W.G.R. **Taipa de mão no Brasil: levantamento e análise de construções**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura, área de concentração Tecnologia do Ambiente Construído) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 1998.

MARIANI, José B. de A. **“Povoamento da Bahia: século XVI”**. In Revista do Centro de Estudos Baianos, s/ed. Salvador, 1971.

MENEZES, José Luís Mota e RODRIGUES Maria do Rosário Rosa. **Fortificações Portuguesas no Nordeste do Brasil. Séc. XVI, XVII e XVIII**. Recife: Pool Editora S/A, 1986. P. 121-124.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra** São Paulo: Cia. das Letras. 1995.

MOREIRA, R. **Portugal no Mundo: História das Fortificações Portuguesas no Mundo**. Lisboa. Editora Alfa. 1980.

MILANEZ, A. **Casa de Terra – As técnicas de estabilização do solo a serviço do homem do campo**. Serviço Especial de Saúde Pública – Ministério da Saúde. Rio de Janeiro, 1958.

MR. BRICHE. **Manual do Engenheiro, ou Elementos de Geometria pratica; de fortificações de campanha. Acompanhados de algumas noções sobre outros objectos militares**. Segunda Edição. Bahia, Typg. De Manoel Antonio da Silva Serva. 1812.

NEIVA, Artur. **Diogo Álvares Caramuru e os franceses. Existência do Pau-Brasil na capitania de Francisco Pereira Coutinho**. (um livro em preparação) In **Revista**

Brasileira (publicada pela Academia Brasileira de Letras), número 03. Dezembro. ano 1. p.185-210. Rio de Janeiro, 1941.

NEUHOF, Joan. **Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil**. São Paulo: Martins, s/d.

NORDENSKIÖLD, Erland. **Paliçadas e Gases Asfixiantes entre os indígenas da América do Sul**. Tradução do Prof. Protásio de Melo. Introdução e Notas do Prof. Luis da Câmara Cascudo. Biblioteca do Exército-Editora. Coleção Taunay. Rio de Janeiro. 1961.

NOVAES, Adauto. [Org]. **A Descoberta do Homem e do Mundo**. Companhia das Letras. São Paulo, 1998.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. HUCITEC. São Paulo, 1979.

._____ **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2ª edição, 1986.

NOVAIS, Fernando A. (diretor), SOUSA, Laura de Mello (org.). **A história da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. Vol. 1

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **Acenos sobre a contribuição da engenharia militar para a cabeça do Brasil**. IN Revista da Bahia. Nº 30. EGBA. Bahia, 1999.

._____ **Relação de engenheiros militares da Bahia no período colonial ou que para esta praça trabalharam, obtida de diversas fontes**. IN Revista da Bahia. Nº 30. EGBA. Bahia, 1999.

._____ **A Conservação do Patrimônio Edificado em Terra**. In Anais do I Seminário Ibero-Americano de Construção com Terra. Salvador-Bahia, 2002.

PARAISO, M H B. **O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste**. Tese (Doutorado em História Social para obtenção do título de Doutor em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

._____ **A visão indígena e portuguesa na descoberta do Brasil – a formação da primeira família brasileira**. In Revista da Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória da Bahia. EGBa, ano V, nº 5. Salvador, 2000.

._____ **Aldeamentos de Salvador no século XVI: Um primeiro esboço** IN Revista da Bahia, Salvador, Empresa Gráfica da Bahia. nº 18: 39-48. (1990)

._____ **Os esquecidos de Salvador: índios e negros na cidade-fortaleza e a conquista das terras das aldeias do seu entorno** In Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, v. 98 (jan-dez), 2003. IGHB. Salvador, 2004. p.129-138.

PAULA, Regina Cunha Rodrigues Simões de. **O presídio de Santa Leopoldina do Araguaia e a sua importância em termos de colonização.** Tese de doutoramento apresentada ao departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1972.

PEQUENO GUIA DAS IGREJAS DA BAHIA, **Mont-Serrat o Forte e a Igreja.** Publicação da Prefeitura do Salvador-Ba. Salvador, 1949.

PINHO, Wanderley. **História de um Engenho do Recôncavo: Matoim, Novo Caboto, Freguesia 1552-1944.** Editora Nacional. São Paulo, 1982.

RIBEIRO, Darcy e NETO, Carlos de Araujo Moreira. **A fundação do Brasil: Testemunhos 1500-1700.** Petrópolis: Vozes, 2ª edição, 1993.

RIBEIRO, Darcy. **O povo Brasileiro: evolução e sentido do Brasil.** São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

RUSSEL-WOOD. J. **Um mundo em movimento: Os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808).** Difel, 1988.

SAMPAIO, Theodoro. **História Sobre a Fundação da cidade do Salvador.** Tipografia Beneditina. Bahia, 1949.

SANTANA, Pedro Abelardo de. **Da Bahia a Pernambuco no século 16: Viagens Entre dois Pólos da Colonização do Brasil.** Universidade Federal de Sergipe, Serviço Social do Comércio. Aracaju, 2003.

SANTIAGO, Cibéle. **A respeito das torres de defesa na cidade do Salvador.** In Revista RUA - Revista de Arquitetura e Urbanismo. v.2, nº3. Salvador, 1989.

SILVEIRA, Luis da. **Ensaio Iconografico das Cidades Portuguesas de Além Mar.** Lisboa, Ministério do Ultramar, s.d. v.I. CEAB/ UFBA.

SILVA, Alberto. **Um Documento Inédito sobre Fortificações da Cidade do Salvador.** Centro de Estudos Baianos, publicação nº12. Salvador, Bahia, 14 de março de 1952.

SILVA, Victor Deodato da. **Cavalaria & Nobreza no fim da Idade Média.** Itatiaia. Editora da Universidade de São Paulo.1972

SOUSA, Alberto. **O Ensino da Arquitetura no Império.** Editora Universitária – UFPB. João Pessoa, 2001.

SOUSA, Augusto. **Fortificações no Brasil: Época da Respectiva Fundação na Importância Defensiva. Motivo: Determinação dela e valor atual.** Revista do Instituto Histórico Etnográfico e Cartográfico do Brasil. Rio de Janeiro, RJ. nº 48 – 2ª parte. 1885.

SOUSA, Marcos André Torres. **Arqueologia de Paisagem e Sítios Militares, Estudo de um forte colonial em Laguna-Santa Catarina, Brasil.** Arqueologia Histórica no Brasil, uma Experiência de ensino. Coordenadora Tânia Andrade Lima.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial.** São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia.** Salvador: Centro Editorial da UFBA. 1974.

THEVET André. **As singularidades da França Antártica.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador: transformações e permanências.** Editus. Ilhéus-Ba, 2002.

VASCONCELOS, S de. **Crônica da Companhia de Jesus no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1977

VALLA, Margarida & TEIXEIRA, Manuel C. **O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII.** Livros Horizontes, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial: 1500-1808.** Rio de Janeiro, 2000.

._____ **A heresia dos índios - catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial.** Cia. das Letras. São Paulo, 1995.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal.** Tomo 2. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1962. p 304.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador transformações e permanências (1549-1999).** Editus. Ilhéus, 2002.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos Séculos XVII a XIX.** Corrupio São Paulo, 1987.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no Século XVIII.** Notas de Braz do Amaral. Editora Itapuã, Coleção Baiana. v.I. Salvador, 1969.